



República Federativa do Brasil

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXXVIII — Nº 119

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 21 DE SETEMBRO DE 1983



SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 156ª SESSÃO,
EM 20 DE SETEMBRO DE 1983

Sessão especial destinada a homenagear a memória do ex-Senador Auro Soares de Moura Andrade

2 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO

3 — DISCURSO PROFERIDO EM SESSÃO ANTERIOR

Do Sr. Henrique Santillo, pronunciado na sessão de 12-9-83.

4 — ATAS DE COMISSÕES

5 — MESA DIRETORA

6 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

7 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 156ª Sessão, em 20 de setembro de 1983

1ª Sessão Legislativa Ordinária
da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Nilo Coelho

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Iris Célia — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Gal-

vão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gusíros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — João Lúcio — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Marco Maciel — Nilo Coelho — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Lázaro

Barbosa — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Afonso Camargo — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Declaro aberta a sessão especial do Senado Federal que, em atendimento ao requerimento do nobre Senador Nelson Carneiro e outros Srs. Senadores, destina-se a homenagear a memória do ex-Senador Auro Soares de Moura Andrade.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos. Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (PTB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A política tem tentáculos invencíveis. Quem por ela é atraído dificilmente dela se livra. Os que a abandonam voluntariamente guardam saudades, e os arrancados abrupto sonham, ainda que nem sempre confessem, a oportunidade de a ela retornar. Nas veias de Auro Soares de Moura Andrade cedo correu o sangue do serviço público, a ambição legítima de ser uma voz no cenário político. Poucos, nesses últimos cinquenta anos, tão privilegiadamente preparados como ele, para as oscilações de uma carreira, em que os êxitos conquistados são em geral abafados pelos desencantos que se amealham.

Vai por mais de três décadas que nos conhecemos no Palácio Tiradentes. Depois de exercer, por cerca de três anos, como suplente, o mandato parlamentar, a Bahia me renovava o direito de representá-la na Câmara dos Deputados. Moura Andrade já trazia, no começo de 1951, conquistados na Assembléia legislativa de São Paulo, os lauréis de relator da Constituição estadual e de líder da aguerrida bancada da UDN. Projetara igualmente seu nome no jornalismo acadêmico de *Democracia*, *A Urna e Folha Dobrada*, fechadas pelo poder onipotente; na atividade industrial, como diretor da Associação Comercial de São Paulo; na militância forense, na primeira instância e perante os mais altos tribunais do País. Éramos moços, que cinco anos de diferença, àquele tempo, não separavam as novas gerações que haviam participado da campanha de reconstitucionalização do País, com Eduardo Gomes. Natural que tivéssemos as mesmas ilusões que afagam aos seduzidos pela irresistível megera, de que falava J.J. Seabra. É verdade que nossa escalada não fora a mesma, a minha mais pedregosa e difícil que a dele. Mas os propósitos eram semelhantes, e se diferentes os caminhos, certo é que a cordialidade do primeiro encontro pouco a pouco se converteu em segura amizade, desde quando os azares partidários nos uniram na bancada dos sem legenda. Revestida de sólida cultura humanística e jurídica, sua palavra era tão forte

EXPEDIENTE					
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL					
<p>AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>ALOISIO BARBOSA DE SOUZA Diretor Executivo</p> <p>LUIZ CARLOS DE BASTOS Diretor Industrial</p> <p>RUDY MAURER Diretor Administrativo</p>	<p style="text-align: center;">DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL</p> <p style="text-align: center;">Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal</p> <p style="text-align: center;">ASSINATURAS</p> <p>Via Superfície:</p> <table style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 50%;">Semestre</td> <td style="width: 50%; text-align: right;">Cr\$ 3.000,00</td> </tr> <tr> <td>Ano</td> <td style="text-align: right;">Cr\$ 6.000,00</td> </tr> </table> <p style="text-align: right;">Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00 Tiragem: 2.200 exemplares</p>	Semestre	Cr\$ 3.000,00	Ano	Cr\$ 6.000,00
Semestre	Cr\$ 3.000,00				
Ano	Cr\$ 6.000,00				

quanto ele. Era homem mais de quebrar que de torcer. Provou isso na hora oportuna, quando em jogo a honra do nome que carregava com orgulho, e construído por seu pai nas agruras do então sertão bandeirante, porque conheci aos dois, compreendo o destemor que o filho recolheu da herança paterna. Tive-o a meu lado, no escritório de advocacia da Praça da Sé, por mais de dois anos. Se não o vi freqüentando, àquela época, os corredores do Palácio da Justiça que antes palmilhara, juntos colocamos muitas dúvidas, que sua ilustração e sua acuidade ajudaram a dissipar.

Provado como intérprete do Centro Acadêmico XI de Agosto, nos dias agitados da juventude, foi Moura Andrade dos grandes oradores parlamentares de seu tempo, um tempo de grandes oradores parlamentares, pela clareza do raciocínio, pela beleza da frase, pela elegância do gesto, pela voz privilegiada, pela energia e pelo poder de comunicação. Não o ouvi na praça pública, mas guardo depoimento definitivo do tribuno popular. Jânio Quadros anunciou um comício no Largo do Machado, no Rio de Janeiro. No dia seguinte, Simões Filho, consagrado orador nas duas tribunas, contou-me que assistira ao *meeting*, convocado pela fama que nimbava o futuro Chefe da Nação. Mas sua grande surpresa fora um jovem, de palavra arrebatadora, Moura Andrade. E quase todos os que viveram no Parlamento nestes últimos decênios dele guardam a imagem do homem eloqüente e cordial, obstinado e decidido.

Foi em 1954 que o Partido Trabalhista Nacional elegeu Moura Andrade para o Senado, no esplendor de seus trinta e nove anos. Uma coligação partidária ensinou-lhe renovar o mandato do povo paulista por outro período. Líder da maioria em 1960, já no seguinte era eleito Vice-Presidente desta Casa. Foi nessa fase que Dirceu Cardoso agitou a Nação, confusa e surpresa, lendo, na Câmara, a carta-renúncia do Presidente da República. Corri ao Senado, onde já terminara a sessão, Moura Andrade atendia a Afonso Arinos, que lhe telefonava do Rio de Janeiro, pedindo que adiasse por vinte e quatro horas a aceitação do inesperado gesto, tempo que, penso eu, acreditava bastante para o renunciante rever sua traumática decisão. Um grupo saiu com Moura Andrade em direção ao gabinete de Ranieri Mazzilli. Iamos colados à parede esquerda do plenário, quando, antes de alcançar a sala de avulsos, já o Presidente da Casa, com grande acompanhamento, saía em direção ao Palácio do Planalto. A situação resolvera-se por si mesma, e ao Presidente do Congresso cumpria agir com segurança e autoridade, e assim o fez. Afastou depois obstáculos, quando foi preciso aprovar a emenda parlamentarista. Convocado mais tarde para as funções de Primeiro-Ministro,

lançou-se à consulta dos partidos e proferiu, na Câmara dos Deputados, longo discurso, traçando as linhas gerais de seu programa. Mas não manifestou maior entusiasmo por um plebiscito imediato, que restauraria o presidencialismo antes que se corrigissem os defeitos da contingência e se apurassem as potencialidades do sistema parlamentar, levando o Chefe do Estado a retirar-lhe o convite. Sepultou dentro de si as mágoas e nunca publicamente as expôs. O Senado Federal reafirmou-lhe sempre o mandato presidencial, e, agora que o correr do tempo apaga as injustiças e faz ressaltar os acertos, justo será afirmar que a Nação muito lhe deve por haver estancado, em 1964, ao declarar vaga a Primeira-Magistratura, a divisão sangrenta que se imaginava capaz de desencadear-se no seio das Forças Armadas, naquela longa noite de 31 de março para 1º de abril. Sentiu que era de seu dever evitar o confronto, e, como sempre, agiu com presteza e decisão.

Parece este o momento de recordar Moura Andrade como defensor das prerrogativas parlamentares. Vários momentos marcam essa preocupação. Vitorioso o movimento revolucionário, logo fez sentir aos chefes militares, juntamente com Ranieri Mazzilli, a impossibilidade de o Congresso cassar mandatos de parlamentares julgados incompatíveis com o novo regime. Pronto surgiu a necessidade de eleger um Presidente, vagos que se encontravam os dois postos supremos do Governo. O Congresso aprovou projeto que Pedro Aleixo desenterrara, regulamentando a eleição indireta pelo voto secreto, tal como dispunha a Constituição. Um ato ditatorial, baixado à revelia do Parlamento, determinou, porém, que a votação seria à descoberto. Minha pobre memória, orfã de notas e diários, não me ajuda a situar a residência onde nos reunimos à noite, para tentar a prevalência do texto parlamentar, nem me permite indicar com segurança os presentes ao encontro. Até mesmo não identifico quem aceitou telefonar a Carlos Medeiros, para que fizesse sentir ao Marechal Costa e Silva, seu vizinho, a desnecessidade da disposição revolucionária, tanto mais quando, àquela hora, só restava uma candidatura, a do Marechal Castello Branco. No dia seguinte, procurei Moura Andrade, sugerindo-lhe que realizasse a escolha pelo voto secreto. Aceitou prontamente a idéia, mas a condicionou ao apoio dos dois grandes partidos. Martins Rodrigues assegurou de imediato a solidariedade do PSD: com os encargos da liderança que conquistara por seus altos títulos, por sua vigorosa oposição ao governo que acabava de ruir, Pedro Aleixo opôs à proposta os embargos da prudência. Tenho para mim que, se ao Congresso tivesse sido possível afirmar naquele episódio sua independência, indiferente a cassações de mandatos

e direitos políticos suspensos, é provável que o Legislativo não continuasse exibindo por tanto tempo os andrjos de suas faculdades. Porque assim pensei desde o primeiro instante, absteve-me de votar e incluí, nos Anais, as razões de minha atitude. Mais tarde novamente Moura Andrade saiu à luta, reivindicando para o âmbito do Congresso Nacional a elaboração constitucional de 1967, que presidiu. E logo depois reuniu farta messe de pronunciamentos e pareceres, na tentativa de evitar que a Presidência do Congresso Nacional escapasse, como ocorreu durante alguns anos das mãos do Presidente do Senado Federal. Justo que se leve ainda crédito de Moura Andrade a viagem dos Presidentes das Comissões de Constituição e Justiça das duas Casas a países democráticos da Europa e da América, para que, observando o funcionamento de seus Legislativos, oferecessem sugestões ao fortalecimento da atividade parlamentar, entre nós. Dessa honrosa missão nos desincumbimos, Milton Campos, com os fulgores de sua cultura, e eu, com a modesta contribuição possível. Em 1970, já encerrada sua fulgurante e tumultuada carreira parlamentar, após eleito e reeleito, até mesmo contra a vontade do Planalto, Presidente desta Casa, Moura Andrade afirmaria: "Há os que servem, os que subservem e os que desservem. Creio que estive entre os primeiros. Recuso-me a pertencer às duas outras categorias. Continuarei apoiando os que servem até que vençam e cumpram a missão final de possibilitar ao Brasil horas apenas de servir; Com os que estiveram lealmente ao meu lado, desejo uma ordem constitucional normalizadora — um Congresso — e não meramente uma representação parlamentar desvaliosa e desvalida."

As reservas militares ao ilustre parlamentar paulista não surgiram, e é hora de esclarecer, de seu veemente protesto, redigido no Aeroporto do Galeão, na escala de inesperada viagem de Madri para São Paulo. Conta Luiz Viana Filho que, já em maio de 1966, entre os nomes examinados para a Vice-Presidência da República, foi lembrado o do Presidente do Senado, "mas" — e as palavras são textuais — "o Presidente diz que mantém as restrições militares ao mesmo". E não fora a resistência de Daniel Krieger, já em 1965 o Planalto teria tentado, possivelmente sem êxito, repetir o que logrou na Câmara, com a não-reeleição de Ranieri Mazzilli.

Os desencantos não apagaram em Moura Andrade a sedução pelos altos e baixos da política. Quando deixávamos o velório do corpo de Loureiro Júnior, no fim de uma noite cruciante em São Paulo, Ulysses Guimarães e eu insistimos para que Moura Andrade ingressasse nas hostes emedebistas. Auro prometeu voltar ao assunto, mas se tia em seus olhos, e nos de Dona Beatriz, sua doce

e dedicada companheira de 43 anos, que aquele era o assunto que se afinava com sua irresistível vocação de homem público, que o alegrava, que o fazia reviver. Procurou no tumulto de outras atividades fugir a seu destino. Encheu, até transbordar, as salas da Faculdade de Direito da FMU, de alunos e não-alunos, ávidos de escutar suas lições marcadas de erudição e enriquecidas pela eloquência límpida e comunicativa. Honrava assim o laurel de **doutor honoris causa** que a Universidade de São Paulo lhe conferira em 1955. E ao morrer, aos 66 anos, presidia o Banco de Desenvolvimento de seu Estado natal, com singular dedicação.

Meu caro Moura Andrade, amigo certo das horas incertas: sou eu que agora lanço as mãos até a eternidade para apertar nas minhas tuas mãos generosas, as primeiras que se me estenderam no instante mais amargo e inesperado de minha vida.

E o faço, diante de tua esposa, de teus netos, de teus amigos, de teus filhos, repetindo as mesmas palavras com que, em 1958, encerraste teu veemente e desesperado apelo contra o entreguismo: "O Padre Bernardes, na Nova Floresta, conta que Irmão Francisco, pedindo para os pequenos, para os fracos e oprimidos, foi injuriado. Após ter sido coberto de infâmias, disse aos seus adversários: "Já me deram o que queriam dar-me; deem-me agora o que devo levar ao povo". É o que eu peço." Agora, Moura Andrade, é o Brasil que te pede. Leva ao Senhor a angústia do povo a que serviste e conserva acesa no mundo ignoto do além a chama que iluminou de fé a tua vida! (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Com a palavra o nobre Senador José Fragelli.

O SR. JOSÉ FRAGELLI (PMDB — MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^a Beatriz Soares Andrade e demais membros da família de Auro de Moura Andrade:

Aqui me encontro, indicado pelo Líder do meu Partido, o PMDB, para esta homenagem a Auro Soares de Moura Andrade. Sem dúvida, o título único que posso exibir para a escolha dos meus companheiros de Banca, é o fato de ter sido colega de Auro na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Entramos lá nas Arcadas no ano de 1934, saindo a nossa turma em 1938. Conheci, assim, Auro desde aqueles primeiros dias de faculdade. Provinciano, retraído, nunca participei muito das atividades políticas já bastante intensas, dos jovens acadêmicos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, entre os quais Auro sempre se destacou. Recordo-me dele naquelas primeiras reuniões do Grêmio Literário Álvares de Azevedo. Ali ouvi os primeiros discursos de Auro de Moura Andrade iniciando a sua oratória, sempre presente à tribuna, entusiasta, falando com alma sobre todos os temas que àquela época vinham e seduziam os jovens acadêmicos. Por isso, eu disse aqui certa vez que posso afirmar ter visto nascer a grande oratória de Auro de Moura Andrade, ali na Álvares de Azevedo.

Filho de Antônio Joaquim de Moura Andrade e de D^{ta} Guiomar, seu pai é pessoa conhecida e estimada no meu Estado, Mato Grosso do Sul e em todo o Estado de São Paulo. Foi um pioneiro, um desbravador das matas ao longo da Noroeste. Foi o primeiro que também enfrentou as exuberantes matas ao longo do rio Paraná, no sul de Mato Grosso, desbravando aqueles sertões de matas, de cerrados e de alagados.

Como marcos da atividade do velho Moura Andrade estão pelo menos duas cidades. Andradina, em São Paulo, e Nova Andradina, em Mato Grosso do Sul. No meu Estado, ainda se encontram alguns companheiros de Moura Andrade, à época daquela sua primeira penetração pelo Estado de Mato Grosso do Sul. Portanto, nós, sul-mato-grossenses, damos um atestado vivo desse

desbravador de sertões, fundador de cidades, que foi Antônio Joaquim de Moura Andrade.

Por isso, nós, que conhecemos os antecedentes de Auro, não nos surpreendemos quando num outro plano, no vasto plano da política nacional, Auro como que desenvolveu aquelas energias latentes, que lhe vieram de ilustre herança.

Não vou repassar aqui todos os fatos que marcaram a vida de Auro de Moura Andrade. Já o fez esta página viva de tantas fases da história nacional, que é o eminente Senador Nelson Carneiro. Seria repetir, desnecessariamente, o que aqui acaba de dizer o grande parlamentar, o jurista, o político, o mestre que todos nós não só admiramos como estimamos, que é Nelson Carneiro.

Recordaria que Auro Soares de Moura Andrade tomou, desde cedo, atitudes corajosas na sua vida pública. Jovem, dezesseis anos, formado pelo Instituto Caetano de Campos, em São Paulo, em Pedagogia, em Psicologia e em Lógica, fundamentos da grande cultura que ele sempre exibiu da tribuna da Câmara, do Senado ou em praça pública, com essa mesma idade, na Revolução Constitucionalista de 1932 — ele disse isso num dos seus pronunciamentos, nesta Casa, — pediu licença, por escrito, ao seu pai, para se alistar como soldado da Revolução. Combateu na Serra da Mantiqueira, na Fazenda de Encontro e nas praias de Parati.

Assim começava a sua carreira Auro de Moura Andrade, com uma afirmação das suas idéias e da sua coragem pessoal. Coragem cívica, de um lado, e coragem física, de outro, porque é raro que um jovem, na flor de seus 16 anos, se disponha a morrer na defesa dos princípios e idéias que acalenta.

Como disse, não fui daqueles acadêmicos que se envolveram muito nas lides políticas da Faculdade de Direito de São Paulo. Mas, eu me recordo muito bem que Auro era daqueles que mais desenvolviam atividades, seja nas nossas agrêmiações literárias, seja nos Partidos acadêmicos que se formavam. Batia-se pela palavra oral e pela palavra escrita e se assinalam pelo menos 3 jornais acadêmicos dos quais foi redator: **A Democracia**, **Urna e Folha Dobrada**, que puderam ser editados naqueles anos que mediarão entre 1934 e 10 de novembro de 1937, todos eles fechados no início do Estado Novo.

Assim como todos nós, Auro de Moura Andrade batia-se pela democracia, naqueles anos em que parecia que o Mundo devia escolher entre dois extremismos de um lado o bolchevismo moscovita, e, de outro, o fascismo e o nazismo de Roma e de Berlim. Recordo-me muito bem que, a não ser um pequeno número de integralistas, a massa dos jovens da Academia do Largo de São Francisco era toda ela pela democracia. E um dos seus líderes destacados foi sempre Auro de Moura Andrade. Assim teria que ser ele, como foi de fato, eleito, logo em 1947, como Deputado estadual, pela UDN, destacando-se como orador, que já era reconhecido e aplaudido, também, agora na Assembléia Legislativa, sendo por isso indicado como Líder das Oposições coligadas que, àquela época, combatiam o Governo do Sr. Ademar de Barros, em São Paulo.

Eu tive poucos encontros com Auro de Moura Andrade, nesses anos. Recordo-me de um, em São Paulo, quando ele constituínte no seu Estado e eu em Mato Grosso, estivemos trocando idéias no Palácio 9 de Julho. Mais tarde, me encontrei com ele em Mato Grosso, numa das suas visitas, mas não pude, infelizmente, acompanhar de perto a vida atuante de Auro de Moura Andrade na sua passagem pelo Congresso Nacional, pois ele foi eleito Deputado num quadriênio anterior ao meu e, quando eu fui eleito Deputado, ele já era Senador. Mas, naqueles dias, ele, no Senado Federal, confirmava o que todos nós esperávamos de Auro de Moura Andrade, que ele se firmasse como um dos representantes mais legítimos pelas nossas lutas em favor da democracia, dos mais corajosos, dos mais atuantes, de sorte

que nós poderíamos orgulhar-nos do companheiro das arcadas de 1938.

O Senador Nelson Carneiro já lhe traçou o perfil, aqui, com as suas recordações, com o seu depoimento, com a palavra de quem viveu as fases mais significativas, também vividas por Auro de Moura Andrade, da vida política nacional, a partir de 1955.

Auro logo foi Vice-Líder da Maioria, em seguida, Líder, de 1959 a 1960, e, nessa época, ele recebeu uma consagradora manifestação, em São Paulo, pela sua atuação, como paulista e como brasileiro, no Congresso Nacional. Foi isso em 11 de julho de 1960. No seu discurso, denominado então **Oração aos Paulistas**, e mais tarde reimpresso como **Perfil de uma nova Política**, Auro, como sempre, manifestava a sua confiança nos destinos do Brasil, e destacava, não apenas o seu notável desempenho, sobre o qual calava, mas os dos seus conterrâneos paulistas do cenário da política nacional e no Governo Juscelino Kubitschek, lembrando de Ranieri Mazzilli Presidente da Câmara dos Deputados; Batista Ramos, no Ministério do Trabalho; Horácio Lafer, no Ministério das Relações Exteriores e Paes Leme, no Ministério da Fazenda.

Nesse pronunciamento, com a grandeza que lhe era peculiar, Auro encarecia os serviços já prestados à Nação pelo inescusável Presidente Juscelino Kubitschek, aquele impulso decisivo que o Chefe da Nação imprimiu ao Brasil, iniciando a arrancada mais promissora no caminho do progresso econômico. Recordava os 20 mil quilômetros de rodovias construídas; lembrava Furnas e Três Marias; a implantação das grandes indústrias como a automobilística, a naval, a eletrotécnica, do aço e do alumínio, para mostrar que o Brasil entrava na era da planificação e que nela devia prosseguir, ressaltando, com a imparcialidade e o espírito de justiça que lhe eram próprios, que no mesmo plano se desenvolvia o Governo de Carvalho Pinto, no Estado de São Paulo. Se Juscelino adotara um plano de metas, Carvalho Pinto tinha o seu plano de ação de governo. Parece-me, aliás, o único plano digno desse nome, de ação de governo na área estadual, realizado até hoje em nosso País.

Dizia Moura Andrade:

"Aí está a prova de que não é preciso a implantação de um regime totalitário, suprimindo liberdades para que o Estado possa construir."

E acrescentava, como que profeticamente:

"Autoridade que se faz temida não tem o mesmo direito ao respeito de seus concidadãos e, assim, não deve ser aplaudida pela sua falsa coragem. O verdadeiro estadista sabe governar sem os arroubos da violência."

Era o democrata de sempre, falando em 1960 aos seus coestaduanos, a todo o povo de São Paulo.

Em 1961, Auro galgou a Vice-Presidência do Senado e, logo em 1962, a Presidência. E, como muito bem ressaltou o nobre Senador Nelson Carneiro, foi sempre reeleito, cinco vezes reeleito Presidente do Senado, nas fases mais difíceis da conjuntura política nacional. Auro não era apenas um homem da palavra, do discurso, ele quis, também, ser um administrador e disputou, com a coragem que lhe era peculiar, o Governo do Estado e a Prefeitura de São Paulo. Ele tinha, digamos assim, como que uma vocação política total; não era apenas um homem da tribuna, mas, herdando aquelas insígnias qualidades de seu pai, era um homem de ação e de construção também e, por isso, só por isso, ambicionou servir, no plano do executivo, ao seu Estado e à sua cidade.

Montaigne disse certa vez que nenhum bem pode nos dar prazer senão aquele para cuja perda estamos preparados. Essas lutas, em várias trincheiras, de Auro de Moura Andrade, vitorioso umas vezes, outras não, mostra que ele era integralmente um homem político, que es-

tava preparado para vencer como para ser derrotado. Acho que este é um dos característicos do político: é um homem que disputa as preferências populares, digamos assim, como *fair play*, que sabe ganhar como sabe perder. E, este, sem dúvida, é um dos fundamentos de todo o regime democrático, porque aqueles que só sabem ganhar e não admitem perder deixam de ser democratas para serem autoritários, para não respeitarem a manifestação da maioria da vontade do seu povo. Por isto, Auro de Moura Andrade foi, sem dúvida, um homem que representou muito bem o político civil brasileiro, um homem que lutava sempre preparado para a perda, como preparado para o ganho.

"Assim como o fogo se aviva com o frio, nossa vontade se afia de encontro à oposição". Revendo a vida de Auro de Moura Andrade, acho que ele foi um homem que, nos momentos difíceis, nos instantes em que os acontecimentos pareciam crescer diante dele, em dificuldades de oposições, ele sabia enfrentar, com decisão e com ação, os óbices que se lhe autolhavam. Se não me engano, é disto de que estamos mais precisados hoje, de homens que, na vida pública, sobretudo na direção do País, tenham a noção de que só pode haver democracia quando praticada com esse espírito esportivo, de sorrir da mesma maneira para a vitória como para a derrota.

Seria desnecessário recordar a atuação de Auro de Moura Andrade naqueles dias da renúncia do Presidente Jânio Quadros, quando pela primeira vez ele declarou vaga a Presidência da República. E aqui o Senador Nelson Carneiro, que participou dos acontecimentos e foi companheiro, ao lado de Auro de Moura Andrade, de muitas medidas tomadas, das idéias que então trocaram, das providências que então acertaram para que o Brasil, naquela oportunidade, que infelizmente deveria se repetir, fugisse ao drama maior de uma guerra civil.

Também não preciso recordar que, quando o primeiro governo parlamentarista de Tancredo Neves caiu, muito naturalmente as vistas se voltaram para o homem talhado à missão de ser o condutor da política e da administração nacional: Auro de Moura Andrade. E as dificuldades então surgiram, e só elas é que impediram de ter sido ele um dos chefes de um governo de gabinete na nossa fase parlamentarista.

Nos anos do Governo de João Goulart, sobretudo depois de reintroduzido o regime presidencialista, todos os pronunciamentos de Auro de Moura Andrade como Presidente do Senado e do Congresso Nacional foram no sentido de mobilizar os democratas na defesa das instituições, na sustentação da Carta Magna de 1946, na preservação da ordem e do normal funcionamento dos Poderes da República.

Convocava, seguidamente, através dos seus discursos, nesta Casa e em praça pública, convocava a todos, o povo, as associações de classe, os sindicatos, os intelectuais, os trabalhadores, os militares e os civis para que, ativamente, usassem as armas de que dispõe a democracia para a sua autodefesa. Naquela quadra, portanto, Auro de Moura Andrade não se limitou apenas a ser o Presidente do Senado; foi um político de posições, de atitudes, de idéias claras, pregadas através da palavra, sancionadas pelos seus atos.

Também não preciso recordar, porque já o fez o meu eminente antecessor nesta tribuna, a segunda oportunidade que teve Moura Andrade, como Presidente do Congresso, de declarar vaga a Presidência da República, naquela sessão do Senado que Viana Filho, no seu livro sobre o Governo Castelo Branco, classificou de dramática e na qual Auro de Moura Andrade, com a sua decisão corajosa, afastou, certamente, a guerra civil.

Só um motivo faz o mérito nas ações humanas. Sem dúvida que para o democrata Auro de Moura Andrade, pela segunda vez ter que declarar vaga a Presidência da República, abrindo assim uma fase nova e, sem dúvida quase imprevisível, na vida política do País, só os motivos é que ditavam o mérito do ato por ele praticado, da

decisão por ele tomada. E esses motivos foram, de um lado o desejo, por ele então manifestado, de dar ao Brasil um governo, ou seja, uma autoridade executiva maior que pudesse se impor, e por outro lado, o motivo expresso por Luiz Viana Filho que, com certeza, era a preocupação e eram os sentimentos que dominavam a todos os Congressistas naquele momento: firmar uma autoridade para evitar uma possível guerra intestina.

O mérito incontestável de Auro de Moura Andrade naquelas horas nós temos que recordar, porque não podemos dizer que todos teriam agido da mesma maneira. Agiu com decisão e com coragem, porque os tímidos ficam nas intenções, e nós sabemos a distância que separa a boa intenção da ação efetiva. Os tímidos ficando nas intenções são aqueles que temem atravessar o Rubicão, sabendo que atravessar o Rubicão é fácil, mas que as dificuldades começam do outro lado. E Auro de Moura Andrade assumiu a responsabilidade de todas as dificuldades que pudessem surgir do outro lado, com a sua decisão de, pela segunda vez, declarar vaga a Presidência da República.

Temos que passar ao largo de tantos acontecimentos. Veio a reforma da Constituição, ou seja, o Projeto de Constituição de 1967. Só quero destacar, da sua atuação como Presidente do Congresso naqueles dias, a sua preocupação de, tanto quanto possível, ampliar o debate dos temas que eram trazidos ao Plenário e o seu empenho em fornecer aos representantes de todos os partidos um material farto de tudo aquilo que se produzia aqui no Congresso e fora dele, para que, bem instruídos, os Congressistas pudessem discutir com conhecimento de causa as emendas então apresentadas ao projeto de Constituição.

Era mais uma manifestação do espírito democrático, da vontade aberta, do homem liberal que Auro de Moura Andrade sempre foi, não querendo cepear de nenhum modo a palavra, a discussão, e as decisões dos seus pares nas duas Casas do Congresso.

Numa dessas passagens, ele agradecia aos Líderes de todos os partidos, inclusive os da Oposição, e bem me recordo que entre eles citava também o nome do nosso Líder Humberto Lucena, que depois me explicou que era naquele instante apenas Líder em exercício, e daquele atuante parlamentar que eu conheci, como companheiro, na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, o Senador Aurélio Viana.

Assim, todos podem depor aqui, correligionários e adversários de Auro de Moura Andrade, Presidente do Congresso, exemplar que ele foi, naquela oportunidade da discussão, dos debates e das decisões para formar a Constituição de 1967.

Não é preciso recordar aqui as várias delegações de que Auro de Moura Andrade participou no exterior, representando o Congresso e representando a Nação. Vou lembrar apenas a sua designação como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na Espanha.

E assim já se avizinhava o fim da sua brilhante atuação política.

No Senado, Auro de Moura Andrade não foi apenas o orador por todos admirado e aplaudido, pela sua cultura, pela beleza da sua palavra, pelos seus pronunciamentos incisivos, francos e leais. Ele foi também um organizador. E o Senado lhe deve, entre outros serviços, a instalação do Serviço de Radiodifusão, que inaugurou a Hora do Congresso na *Voz do Brasil*. Ele pretendia, na verdade, implantar uma Rádio do Congresso Nacional para informar bem o povo brasileiro de tudo quanto aqui se passa. E nós, que trabalhamos nesta Casa e na Câmara dos Deputados, sabemos que isto foi mais um serviço essencial prestado por Auro de Moura Andrade ao País e ao Congresso Nacional.

O Serviço Gráfico do Senado Federal foi outra iniciativa de Auro de Moura Andrade, bem como a *Revista de Informação Legislativa*, que tantos serviços presta aos congressistas nos estudos de matérias que lhe são pertinentes; e a Subsecretaria de Edições Técnicas.

Com tudo isto, mostrava Auro de Moura Andrade ser um homem de ação, que muito construiu. Eu não sei bem interpretar, avaliar ou classificar o posicionamento de um homem público. Mas, acho que nós poderíamos dizer que Auro de Moura Andrade era um político de idéias e de princípios, um homem de lutas na pregação e na defesa dessas idéias e desses princípios, e que assim nós poderemos considerá-lo um liberal da melhor estirpe, consoante aquela divisão que faz Madariaga: "Há liberais que defendem a liberdade do homem; e há liberais que defendem a liberdade do dividendo". O verdadeiro liberal não faz objeção a que a pessoa se entregue ao afã de ganhar dinheiro. O dinheiro é um meio neutro, como a água e o papel... A água, que pode dissolver alimentos substanciais como o veneno; e o papel, que pode receber bons pensamentos ou sofríveis pensamentos, boas ou más idéias.

O liberal quer sempre que o dinheiro fique no seu lugar: isto é, que seja meio e não fim.

O liberal se dá conta da estreita relação que há entre o liberalismo econômico e o liberalismo espiritual, mas sobordina sempre o primeiro, que é simples instrumento, ao segundo, que é fim verdadeiro.

Era, pois, daquele liberalismo que, nascido de um instinto pré-racional, amadurecido pela razão e pela experiência de dois séculos — floresce em sabedoria.

Era esse, se não me engano, o liberalismo de Auro de Moura Andrade. Era esse o liberal Auro de Moura Andrade, do qual todos nós, da sua turma de 38 da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, nos recordamos com saudade e nos orgulhamos com razão. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Amaral Furlan.

O SR. AMARAL FURLAN (PDS — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Dona Beatriz Moura Andrade, Família Moura Andrade aqui presente:

É com enorme emoção que eu falo hoje sobre a personalidade desse grande homem que foi o Senador Auro Soares de Moura Andrade.

Com ele comecei a minha vida política, ainda estudante no Largo São Francisco, como Presidente do Diretório Estudantil da UDN, em São Paulo.

Nessa oportunidade, Auro de Moura Andrade já era Deputado Estadual, e em seguida fui eleito Vereador. Na eleição seguinte, ele foi eleito Deputado Federal, e eu, Estadual; depois ele foi Senador e eu Deputado Federal. E enquanto viveu sempre fui seu correligionário e amigo.

"Há sentimentos e juízos de valor que unem os homens acima das diferenças de classes e das lutas de interesses, e, não fossem esses sentimentos, não seria possível à sociedade e ao estado encontrar os verdadeiros caminhos de sua evolução. O sentido de justiça, o desejo de paz, de ordem, de unidade territorial, de amor à pátria, de apego às tradições naturais e históricas da nação, o espírito de sacrifício e a ajuda ao próximo, o cavalheirismo e a decência na conduta da vida pública são causas da harmonia social e da prosperidade dos lares. Se assim vos falo é porque me sinto possuído destes mesmos sentimentos e sei que eles dominam o coração de quantos se ocupam das coisas do governo, sabendo que o governo nada mais é que a força organizada de um povo a serviço da própria Nação. Os homens não devem ser considerados bons ou maus pelo prisma da amizade ou inimizade. Só podem ser interpretados pelo bem ou pelo mal que causem."

Estas são algumas das convicções que animava a conduta de Auro Soares de Moura Andrade, cuja memória hoje reverenciamos com orgulho e saudade. Orgulho porque ele foi entre nós, aquele paradigma em que muitos parlamentares poderiam se espelhar sem desdouro; saudade porque deixou nesta Casa e no cenário da vida

pública brasileira uma lacuna até hoje não preenchida. Nesta Casa e no próprio Congresso Nacional Moura Andrade foi grande parte da alma da Instituição. Também e com que coragem e inteligência expressava o pensamento da classe política, na época preocupada com os destinos da Pátria, do seu povo, do regime, da própria Constituição e do Estado de Direito, por quem mais se bateu Moura Andrade, constitucionalista convicto que era, defensor intransigente da legitimidade da ordem jurídica que antes de tudo deveria ter a unção do Parlamento, respaldado na soberania das urnas.

"Fora da democracia não temos salvação", afirmava em fevereiro de 1980, ao tomar posse no cargo de Presidente do Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo.

Aqui alguns traços da personalidade desse homem extraordinário, que hoje relembramos gratificados pelos ensinamentos e estímulos que nos deixou em traços luminosos e em tudo que sua ação benfazeja tocou.

Era o terceiro filho de Dona Guiomar Soares de Andrade e de Antonio Joaquim de Moura Andrade, bandeirante dos sertões e fundador de cidades. Fez o ginário ao mesmo tempo em que cursava o Instituto Caetano de Campos, por onde se diplomou professor primário aos 16 anos de idade, em 1932, ano em que se alistou ainda na primavera da adolescência, como o soldado mais jovem da Revolução Constitucionalista de São Paulo, onde participou de batalhas encarniçadas na Fazenda Encontro, Cunha e na recuperação da usina da Serra da Mantiqueira.

Em 1938 formou-se em Direito pela Faculdade do Largo de São Francisco. De sua atuação acadêmica, no exercício e aprendizado da política estudantil, fundou e dirigiu jornais engajados na restauração democrática: *A Urna e Democracia*, contra o estado novo. Período em que escreveu artigos para os jornais e revistas mais importantes da época.

Até 1947, já conhecido nacionalmente pelos juristas, foi um dos advogados mais brilhantes de São Paulo, quando foi eleito Deputado Constituinte e líder das Oposições coligadas na Assembléia Legislativa de São Paulo.

Em 1950 foi eleito Deputado Federal e tornou-se uma das "melhores e mais vibrantes figuras políticas de nosso tempo", quer pela sua atuação na tribuna, quanto pelos seus pareceres e pronunciamentos nas Comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Relações Exteriores, foros parlamentares reservados aos congressistas mais notáveis.

Em 1955 aquela faculdade lhe outorgava o título de doutor *Honoris Causa*, mostrando como se assinalara a sua passagem pelas arcadas, principalmente na luta contra o estado novo.

Em 1954, foi eleito Senador e permaneceu entre nós, pela vontade popular, até 1971. Aqui no Senado Federal e no Congresso Nacional foi, sem dúvida alguma, uma das maiores expressões da inteligência e conduta parlamentares. Um defensor intransigente das prerrogativas e autonomia do Poder Legislativo, um verdadeiro guardião da ordem jurídica, ele foi a voz da Constituição.

São seus filhos: Auro Aloísio, casado com Vera Lúcia Fontoura Moura Andrade; Beatriz Helena casada com André Moron Neto e Antonio Joaquim de Moura Andrade Neto, solteiro.

Sr. Presidente, Srs. Senadores seria muito extensivo nesta sessão citar a folha de serviço e os títulos conquistados por Auro Soares de Moura Andrade no exercício de seu sacerdócio na vida pública e na sua fulgurante carreira política marcada de traços indelévels de sua personalidade exuberante e de seu idealismo democrático, humanista e espiritual.

Suas inúmeras viagens aos países do continente americano, da Europa e da longínqua Ásia, que realizou a partir de 1945, lhe amadureceram uma consciência muito

sólida da realidade mundial e das tendências universais da humanidade.

Em 1960, em sua oração aos paulistas, expressava o seu veredicto: "o drama universal deste século está no conflito de duas filosofias inconciliáveis. De um lado, a filosofia do materialismo histórico e, de outro, a filosofia do espiritualismo cristão. Cumpre-nos defender este último, que pertence ao nosso estilo de vida, às nossas concepções sociológicas, aos nossos sentimentos patrióticos, à nossa liturgia emocional. Este é o Brasil que precisamos defender: o Brasil de três raças, o Brasil de três cores, o Brasil de três sangues gotejados. O Brasil branco, o Brasil preto, o Brasil vermelho. A este Brasil tenho dado todas as forças de minha existência de homem público, e tenho pedido a vocação democrática do nosso povo".

Abrindo a Sessão Legislativa Ordinária de 1962, dizia: "As ameaças com que tentam agravar o Congresso representam um triste e prolongado espetáculo de imaturidade política, de arrogância e de leviandade de seus autores e, por outro lado, identificam os desafios do regime, que até aqui se acobertavam sob o manto da legalidade e que já podem ser apontados como fariseus da democracia e inimigos da ordem constituída. As autoridades estão no dever de impedir, em nome da ordem constitucional, da paz pública e do bem nacional, a deflagração de greves de fundo meramente político, que se anunciam sob a mais perfeita inspiração comunista, visando a paralisar o País e levá-lo ao final da calamidade, da vergonha e da inconsciência patriótica".

Guardião do Estado de direito, defensor vigilante e estratégico da constituição evitou, em dois momentos ímpares de nossa história contemporânea, que o País desgarrasse dos caminhos da democracia: na renúncia de Jânio Quadros e na crise de 1964. Duas ocasiões em que exerceu a autoridade constitucional de Presidente do Congresso Nacional para empossar na Presidência da República o Presidente da Câmara dos Deputados, como previa a carta magna. E foi dentro dos preceitos da Constituição que garantiu a posse de Jango, com a fórmula do Parlamentarismo, por razões de temores que todos sabemos. Mas também ajudou a afastá-lo do poder quando o País se encontrava à beira de uma convulsão social de proporções imprevisíveis. Concordava com o Movimento Revolucionário enquanto transitório e protestou contra a sua permanência.

Assim diria em 12 de setembro de 1963 por ocasião da rebelião de Brasília: "o Brasil está sendo ocupado e não se defende. Já suportamos o máximo que poderíamos suportar. A democracia precisa defender-se".

Em 15 de dezembro de 1963, pronunciou mais este alerta à Nação agitada pela subversão da ordem: "são terrivelmente difíceis os dias que se aproximam, não bastassem ao Brasil as dificuldades dos dias em que nos achamos. Urge adotar severas medidas de reabilitação nacional. De modo definitivo, é preciso não esquecer que nada se pode construir quando a política se exerce sem nenhum rigor de consciência nacional e corrompe, por isso, os valores morais e cívicos do povo...".

Em 15 de março de 1964, novo alerta lançou Moura Andrade da Presidência do Congresso Nacional durante a instalação da sessão legislativa ordinária:

"É indissfarçável a gravidade do momento. Para a perturbação da tranquilidade do povo, para o desrespeito aos princípios mais puros e mais válidos do regime, ninguém poderá contar conosco, pois também estamos dispostos a todos os sacrifícios para impedir que se deflagre sobre a Nação a terrível desgraça do fim da sua constituição democrática... Advirto à Nação de que o processo usurpatório da Democracia começa pela usurpação da consciência e da coragem moral dos homens...".

E, concluiu:

Se for para a democracia, o Congresso dará todo o apoio. Se não, não."

A 29 de março de 1964, manifestava à Nação:

"O Congresso cumprirá com a Nação e com as suas Forças Armadas tudo quanto seja necessário para defender a democracia e salvar a honra e a liberdade do povo."

A 2 de abril, declarava a vacância da Presidência e, nos termos do art. 79 da Constituição Federal, empossava Raniere Mazzili, Presidente da Câmara dos Deputados.

Assim como defendeu constitucionalmente a Revolução de Março lutou pela inviolabilidade das prerrogativas e da soberania do Poder Legislativo e nós todos sabemos de uma frase sua que já é célebre "Japona não é toga". Queria, com isto, dizer que o trato das leis é prerrogativa dos magistrados e dos que receberam do povo a missão de regular a sociedade.

Em 1965, quando da discussão da reforma do Poder Legislativo, reivindicou para o âmbito do Congresso a primazia sobre o debate da matéria: instalando os trabalhos da Comissão Mista, disse Moura Andrade:

"Não se faz nenhuma revolução para viver em estado revolucionário, e, sim, para criar ou restabelecer um estado de direito.

A revolução, para ser legítima, e não tornar-se usurpatória, está obrigada:

- 1) a manter as instituições que ratificou;
- 2) a possibilitar, por todos os meios, que essas instituições se reorganizem."

Em defesa e enaltecimento do Poder Legislativo disse Moura Andrade na inauguração da "Hora do Congresso" na "Voz do Brasil", uma de suas realizações:

"Afirmo que o Congresso brasileiro, sempre tão atacado pelos inimigos do regime, constitui, entretanto, a instância final da salvação das liberdades públicas e é na democracia a última trincheira dos direitos dos homens livres. É o Congresso um poder sem armas, que não pode, pois, oprimir, e nasceu na verdade dos movimentos libertários dos povos contra as pressões. É nosso Congresso um poder sem tesouro, que não pode comprar nem corromper consciências, e nasceu, na verdade, das lutas do povo contra a corrupção."

Nos seus planos de valorização e aperfeiçoamento administrativo do Congresso, e em especial, do Senado, preconizou Moura Andrade a criação de uma rádio para o Congresso, criou a *Revista de Informação Legislativa* e o Serviço Gráfico que evoluiu para o atual CEGRAF, que agilizou consideravelmente a edição do *Diário do Congresso*, dos *Anais* e dos *Avulsos* para o trabalho parlamentar e o próprio processo legislativo.

Moura Andrade que exerceu com dignidade e valorizou quase todos os cargos importantes do parlamento, foi um dos homens mais condecorados de sua época, não somente por entidades e instituições brasileiras, mas também por organizações de países estrangeiros.

Tradicionalmente, o Presidente do Congresso, do Senado, era o Vice-Presidente da República. Deve-se a Moura Andrade ter sido o primeiro Presidente do Congresso e restabelecido o exercício dessa Presidência pelo Presidente do Senado.

Conveniências internas impuseram a indicação de Moura Andrade para Embaixador Plenipotenciário do Brasil na Espanha.

Retornando ao Brasil, em 1970, pretendeu retornar à política mas não teve seu nome o referido da Convenção da ARENA.

Nesta ocasião, desabafou à imprensa que há muito não lograva romper o seu silêncio ético:

"Há os que servem, os que subservem e os que desservem. Creio que estive entre os primeiros.

Recuso-me a pertencer às outras duas categorias. Continuarei apoiando os que servem até que vençam e cumpram a missão final de possibilitar ao Brasil horas apenas de servir.

Com os que estiveram lealmente ao meu lado, desejo uma ordem constitucional normalizadora — um congresso — e não meramente uma representação parlamentar desvaliosa e desvalida.”

Desejava, assim, Moura Andrade o restabelecimento da ordem constitucional, do estado de direito e da autonomia plena das prerrogativas do Poder Legislativo.

Ele foi um dos primeiros a aplaudir a extinção do AI-5: “A partir do momento em que o Ato Institucional nº 5 foi revogado pelo Presidente da República, o General Figueiredo, que apoiou a medida, se apresenta perante minha consciência como um homem que teve a coragem de apresentar uma opção de liberdade e de democracia para o Brasil. Não posso negar-lhe apoio”.

Aqui disse o Senador Hugo Ramos, por ocasião do seu falecimento:

“As tábuas de um ataúde levam o corpo do homem mas não levam o próprio homem; levam os despojos da morte, mas o homem transcende à própria morte para viver na lembrança e na veneração dos que o amaram.”

E aqui estamos nós reunidos pelo sentimento comum de estima, admiração, respeito e gratidão por tudo que fez Moura Andrade. Pelo exemplo de honra, dignidade, idealismo, trabalho e patriotismo que nos legou em sua passagem luminosa por esta Casa, a quem soube servir, defender e elevar no conceito da Nação brasileira, que tantas vezes, desta tribuna, ouviu os ecos de sua consciência cívica na maneira austera, serena, profunda e solene com que se expressava e que tanta atenção despertava aos que o ouviam.

Este homem jamais será esquecido por esta Casa e pelo Brasil, que teve nele um de seus filhos mais brilhantes e dedicados.

Foi, na verdade, um grande estadista e por isso nada mais justo que o Parlamento e a Nação se curvem, reverentes, à sua memória.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Srs. Senadores, minhas senhoras, meus senhores, D. Beatriz, queridos familiares de Auro Soares de Moura Andrade:

Ao encerrar esta sessão especial em que o Senado da República reverencia a memória de um de seus mais ilustres Presidentes, gostaria de também ressaltar a estatura do grande estadista e defensor do Poder Legislativo que foi Auro Soares de Moura Andrade.

Como já se disse neste recinto, ele foi a voz da consciência nacional esclarecida, ele era a voz da Constituição em defesa dos princípios perenes que devem reger as normas do estado de direito.

Recordo-o na Câmara dos Deputados e nesta tribuna, nesta Mesa Diretora dos trabalhos da Casa, a voz solene, segura e profunda, investida de uma eloquência admirável a se impor sobranceira sobre o plenário atento.

Daqui a Nação o ouviu várias vezes em seus alertas proféticos sobre os perigos que pairavam sobre a Nação e o regime constitucional do Brasil.

Aqui foi ressaltada, pelos oradores que se manifestaram, a habilidade política com que ele investiu o Presidente da Câmara dos Deputados na Presidência da República, para garantir o império da Constituição sobre o descaminho das correntes políticas e dos interesses de grupos conturbadores da ordem.

Dentro da Constituição empossou João Goulart, e dentro da Constituição negou-lhe a permanência no cargo, para evitar, também, um tributo de sangue ao País, já à beira de uma convulsão social.

Apoiou a Revolução de 64, enquanto um período de exceção destinado a reconduzir o País à normalidade democrática e à preservação de suas instituições políticas e sociais.

Em sua inquietude de refinado espírito constitucionalista vinha desabafando! “Não se faz uma revolução para se viver em um estado revolucionário”.

Moura Andrade foi uma dessas figuras do Senado que não somente passaram pelo Senado. Ele deixou no seu rastro luminoso uma legenda de coragem, sabedoria e admirável vocação de seriedade nos negócios públicos. Era um homem de um carisma formidável, raros os que tendo mantido qualquer aproximação com ele não lhe ficassem cativos pelo sentimento de admiração, amizade e respeito.

A política tem seus caprichos. O silêncio ético de Moura Andrade, ou seus raríssimos e lacônicos desabafos, aconselhou o Poder a nomeá-lo Embaixador do Brasil na Espanha. Em seu retorno, tentou voltar à política. Seu nome foi vetado, paradoxalmente, pela convenção da antiga ARENA, em 1970.

— Amargurado, declarou à imprensa: “Há os que servem, os que subservem e os que desservem ao País. Sempre estive entre os primeiros”.

E foi realmente um dos primeiros a cumprimentar o Presidente Figueiredo, aplaudindo a revogação do AI-5.

A morte de Moura Andrade privou a consciência política do País de um de seus mais competentes membros, uma lacuna impreenchível.

Nesta Casa ele deixou traços indelévels de sua ação benfazeja. Um dos exemplos — aqui citado — é o Centro Gráfico do Senado por ele criado e que veio a agilizar todo o processo legislativo e de divulgação dos trabalhos da Casa.

Um sonho Moura Andrade não realizou: a criação de uma rádio para o Congresso Nacional.

Hoje, por motivo desta sessão, todos nós Senadores, Deputados e Funcionários da Casa que o conheceram, relembram com saudade aquele monumento à inteligência e à dignidade humana que foi Auro Soares de Moura Andrade.

D. Beatriz, Familiares muito queridos de Auro, particularmente Maria Luísa, você vai voltar ao seu colégio, diga bem alto o que ouviu aqui hoje, as coisas todas que foram ditas do seu avô, um homem público que passou à História pelo talento, pela seriedade e, sobretudo, pela emoção como entrou pela História, porque ele viveu a História.

O túmulo guarda o seu corpo, mas o seu espírito, o seu exemplo, a sua figura, a sua voz solene, profunda e fascinante, o seu sacerdócio de homem público está vivo e palpante em nossas consciências, no nosso ambiente, porque todos vamos guardar em nosso coração as suas palavras.

E podemos afirmar com orgulho, entre nós ele foi um dos melhores do seu tempo.

Hoje mesmo, em memorável sessão, abrindo um Simpósio onde figuras internacionais vieram aqui debater problemas, pronunciei palavras de Auro Soares de Moura Andrade. Vou repeti-las agora, porque vamos repetir sempre o prestígio que ele dedicava ao Poder Legislativo:

“Somos um Poder sem armas, não podemos oprimir, não temos tesouros para corromper consciências, mas somos a última trincheira dos homens livres, nascemos das lutas dos povos contra a tirania e a opressão.”

Auro devia parafrasear antes de morrer, para dizer as palavras de Capistrano de Abreu.

“Se me perguntares se estou satisfeito com que fiz, dir-te-ei francamente: Não. Imaginava outra coisa e não pude realizá-la, parte por culpa minha, parte por culpa das circunstâncias. Acreditei muito

na extensão da vida e na brevidade da arte, e fui punido, porque a morte me levou.”

Meus Senhores, vamos lembrar sempre um homem que soube honrar a Inteligência, a Democracia, a Cultura e a sua Pátria. Vamos honrar a memória de Auro Soares de Moura Andrade. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — A Presidência designa para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

I

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 1981 (nº 3.247/80, na Casa de origem), que dispõe sobre a obrigatoriedade de aplicação em projetos específicos dos créditos e financiamentos de organismos governamentais e daqueles provenientes de incentivos fiscais, tendo

PARECERES, sob nºs 585 a 587, de 1983, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, favorável;
- de Economia; favorável, com emenda que apresenta de nº 1-CE; e
- de Finanças, contrário, com voto vencido do Senador José Fragelli e voto vencido, em separado, do Senador Pedro Simon.

2

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 1983 (nº 88/79, na Casa de origem), que revigora, com nova redação, o art. 278 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, dispondo sobre a jornada de trabalho dos estivadores, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 552, de 1983, da Comissão

- de Legislação Social.

3

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 1982 (nº 3.826/80, na Casa de origem), que dá nova redação ao art. 461 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, tendo

PARECER, sob nº 627, de 1983, da Comissão

- de Legislação Social, favorável, com voto vencido, em separado, do Senador Gabriel Hermes.

4

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 36, de 1981 (nº 99/81, na Câmara dos Deputados), que homologa o ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou emissões adicionais de papel-moeda em 1980, até o limite de Cr\$ 70.000.000.000,00 (setenta bilhões de cruzeiros), na forma da legislação em vigor, tendo

PARECERES, sob nºs 322 a 326, de 1983, das Comissões:

- de Constituição e Justiça — 1º pronunciamento: favorável, com voto vencido do Senador Orestes Quêrcia; 2º pronunciamento: ratificando seu parecer anterior;
- de Economia, favorável; e
- de Finanças — 1º pronunciamento: solicitando o reexame da Comissão de Constituição e Justiça; 2º pronunciamento: favorável.

5

Votação, em turno único (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 158, de 1982 — Complementar, de autoria do Senador Itamar Fran-

co, que veda a instituição ou majoração do tributo por decreto-lei e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 688, de 1983; da Comissão — de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

6

Votação, em turno único, do Requerimento nº 781, de 1983, de autoria do Senador Virgílio Távora, solicitando, nos termos do art. 371, alínea c, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de lei da Câmara nº 54, de 1983 (nº 881/79, na Casa de origem), que regula o exercício da profissão de Técnico em Planejamento Turístico e determina outras providências.

7

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 203, de 1982, de autoria do Senador Nelson Carneiro, revogando dispositivos da Lei nº 7.016, de 23 de agosto de 1982, que dispõe sobre a reversão para cargos integrantes do Plano de Classificação instituído pela Lei nº 5.645, de 1970, tendo

PARECERES, sob nºs 689 a 691, de 1983, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável.

— de Serviço Público Civil, favorável; e

— de Finanças, favorável.

8

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 280, de 1980, de autoria do Senador Itamar Franco, determinando que a Ordem dos Advogados do Brasil opine sobre a escolha de Magistrados que devam integrar tribunais com jurisdição em todo o território nacional, tendo

PARECER, sob nº 634, de 1983, da Comissão — de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade, com voto vencido do Senador José Ignácio.

9

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 21, de 1983, de autoria do Senador Henrique Santillo, que dispõe sobre a redução do preço do álcool para venda a proprietários de veículos de aluguel empregados no transporte individual de passageiros, mediante subsídio, nas condições que especifica, tendo

PARECER, sob nº 710, de 1983, da Comissão — de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 775, de 1983, de autoria do Senador Humberto Lucena, de adiamento da discussão para a sessão de 7 de outubro do corrente ano.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 5 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. HENRIQUE SANTILLO NA SESSÃO DE 12-9-83 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Dediquei os últimos dois meses a percorrer meu extenso Estado, tentando, entre outras coisas, sentir a opinião de meus coestaduanos, tentando auscultar a opinião popular sobre o grave momento por que passa o País.

Venho hoje a esta tribuna, Sr. Presidente e Srs. Senadores, para fazer alguns breves comentários a respeito da crise que assola o País, e que não se constitui apenas figura de retórica, porque está de fato atingindo a vida de cada brasileiro, e atingindo as condições de vida de cada família brasileira.

Represento, aqui um Estado que não é um dos mais pobres da Federação, desta triste Federação, mas que talvez represente, de certa forma, a média nacional. É um Estado que está passando fome, Sr. Presidente, cuja população está sendo submetida, tanto quanto todos os brasileiros, creio eu, à angústia, à perplexidade, à desesperança e à desconfiança e à miséria. Sobretudo a desesperança e a desconfiança têm levado ao medo, ao insidioso medo; medo do desemprego, medo do desabrigo, medo da fome.

Estou certo de que, tanto quanto nos demais Estados brasileiros, lá onde estive durante dois meses, percorrendo municípios, distritos e fazendas, começa a população a descrever de todas as suas instituições de todas as instituições nacionais; começa a descrever já agora não apenas do Poder Executivo; descrever também do Congresso Nacional, descrever do Poder Judiciário, dos partidos políticos, da atividade parlamentar, da atividade política. Lá, estou certo — inclusive esta Instituição já padece de credibilidade — a população desconfia e tem medo. Tem medo porque a fome já está instalada à mesa da maioria. Por isso mesmo não são poucas, hoje, as atividades paralelas à chamada economia oficial, as atividades de sombra, as atividades clandestinas. Talvez até por isso, defendendo-se, a população sofra um pouco menos, com esse tipo de atividade econômica marginal, realizada "por baixo do pano", segundo expressão bem brasileira. Os mascates, os vendedores ambulantes.

Proliferam os mascates, os vendedores ambulantes, os entregadores a domicílio, os biscateiros. Também os agiotas e os ladrões de gravata se multiplicam numa situação como essa. A fome já não é uma expectativa, é uma realidade. Ela não existe apenas no Nordeste, no sofrido, no trágico Nordeste. A fome já existe em todo o Brasil, sacrificando milhões de brasileiros. Eu não precisaria dizer que as últimas estatísticas estão a indicar de forma dramática que 70% dos brasileiros padecem de fome crônica; a patologia nacional tem o nome de fome. São, 80, 90 milhões de brasileiros submetidos à desnutrição crônica. Essa desnutrição que atinge a 80%, 90% no Nordeste, segundo as estatísticas oficiais, também atinge mais da metade da população da região mais rica do País, que é a região Sul, inclusive o Estado de São Paulo, cujos índices de desnutrição ascendem a 52% da população.

A revista *Isto É*, que está circulando hoje, traz uma capa significativa: FOME. Fome não apenas no Nordeste como eu disse, porque ratos, calangos e preás, até os paulistas periféricos já comem há algum tempo.

Que caminhos estamos nós, brasileiros, percorrendo? E nós nos enchemos suficientemente de indignação? Nós nos escandalizamos suficientemente? Nós tentamos suficientemente romper as amarras que nos tolhem, que nos limitam e, sobretudo, limitam esta Instituição? Eu me encho de indignação, diante de minha impotência, de minha inutilidade, de minha inocuidade, tanto aqui, desta tribuna, como lá, sentado na cadeira de meu gabinete. Que caminhos nós, os brasileiros, estamos percorrendo, quando fome é o nome da patologia nacional, da doença do Brasil. Um dos caminhos da miséria é o desemprego provocado pela política recessionista de um Governo que teima em grimpar-se nos pícaros de sua autosuficiência e de seu imobilismo; de seu mais frio, mais insensível imobilismo diante da tragédia da fome. Não se trata mais da tragédia dos números, dos economistas ou das dissertações em economês, mas da tragédia cruel de brasileiros que já não se submetem mais à subnutrição crônica, mas são submetidos também à fome aguda, à dor de punhal no epigástrico, à tontura, aos processos de hi-

poglicemia oriundos da fome aguda, da ausência total de alimentos, de proteínas, de carboidratos e de gorduras no estômago.

O desemprego é um dos caminhos da miséria. São milhões os brasileiros desempregados, mesmo levando-se em conta que os índices calculados oficialmente são mascarados pelo subemprego no Brasil subdesenvolvido. Ainda assim, se se levar em conta o número de pessoas desocupadas em relação à população economicamente ativa, os índices oficiais do desemprego, em 1982, atingiram a média de 13% dessa mesma população economicamente ativa, chegando, no Recife, a atingir 20%. No primeiro semestre de 1983, esse índice nacional médio alcançou 15%.

O índice de nível de emprego industrial, na grande São Paulo, como um dos índices também de referência, atingiu, no primeiro semestre do corrente ano, os mesmos níveis de 1972, ou seja, de há onze anos; isto é, o maior centro industrial da América Latina ofereceu, no primeiro semestre de 1983, o mesmo número de empregos que ofereceu no primeiro semestre de 1972, ou apenas 33% a mais do que ofereceu no primeiro semestre de 1970.

A verdade é que levaram o País a um desastre de tal ordem que, na presente década, se o País conseguir crescer, a partir de 1984, 6% ao ano, chegará, em 1990, com mais de 10 milhões de desempregados. Isso, como eu já disse, sem falar-se no subemprego mascarador desses índices e dessa realidade, num país como o nosso. A verdade é que não há nada que indique, a estas alturas, sobretudo, diante do imobilismo desse Governo, da insensibilidade desse Governo, da insensibilidade do Presidente da República que teima em reafirmar a manutenção dos seus Ministros da área econômica, a verdade é que não há nada que indique que o problema do desemprego possa ter uma solução automática ou espontânea.

Deixar a criação de novos empregos apenas ao encargo do ritmo de crescimento da atividade econômica, é manobra arriscada cujos efeitos poderão ser extremamente insatisfatórios.

Como eu já disse, se presumirmos um crescimento, a partir de 1984, de 6% ao ano, ainda assim, teríamos, em 1990, mantidos os atuais parâmetros, mais de 10 milhões de desempregados.

A verdade é que embora imprescindível, não basta definir o crescimento econômico como meta primordial para estes próximos anos. Em outras palavras, é necessário a concepção de um crescimento econômico com características compatíveis com a incorporação gradual de contingentes cada vez maiores da população economicamente ativa. Somente uma política de emprego, explícita e coerente, poderá evitar que os indicadores de desemprego atinjam níveis críticos socialmente insuportáveis. A meu ver, inclusive, já atingimos esses níveis críticos socialmente insuportáveis.

Setores que absorvem muita mão-de-obra, construção civil, indústria têxtil e produção de alimentos devem ser priorizados. Mecanismos estimuladores próprios, como, por exemplo, o crédito, deve também servir de instrumento para que esses setores cresçam mais. A aplicação de dinheiros públicos, de recursos públicos, em obras civis e de saneamento, e a criação de empregos públicos, na área social, parece ser, também, uma das metas que devem ser perseguidas. O que significaria, enfim, mudar o modelo econômico que aí se encontra.

O problema do desemprego não é apenas conjuntural, é estrutural. Sem prejuízo de medidas conjunturais, é claro, outras de base para enfrentar o problema a mais longo prazo, devem ser tomadas. Nesse contexto, a reorientação da política tecnológica, pesquisando o processo de produção que, embora, ocupando mais mão-de-obra, seja capaz de não comprometer a produtividade nacional.

Não se desconhecem as dificuldades para isto, mas, a adoção de tecnologia apropriada ao mercado de traba-

lho brasileiro é indispensável à solução do problema do desemprego a médio prazo.

O Sr. Humberto Lucena — Permite-me V. Ex^a uma parte?

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Ouço V. Ex^a com imenso prazer.

O Sr. Humberto Lucena — V. Ex^a conduz, como sempre, o seu discurso rigorosamente dentro dos parâmetros do programa, do PMDB. As suas palavras candentes são as cores vivas da crise em que se encontra este País, sobretudo, no plano econômico-financeiro e social. Mas, como bem acentuou V. Ex^a, é de estatrecer, diante deste quadro que aí está, nobre Senador Henrique Santillo, e que tende a se agravar, cada dia mais, o imobilismo do Governo, a partir do Senhor Presidente da República, que, hoje, nós temos que insistir em dizer, é o grande responsável por tudo isto que aí está. V. Ex^a, por exemplo, falou que Sua Excelência insiste em manter a equipe econômica e, mais do que isso, insiste em não mudar nada, absolutamente nada. Quer dizer, o modelo não incomoda, Sua Excelência acha, apesar de tudo que está aí, que este modelo é o certo, que vai levar o País a uma fase ainda de prosperidade. Sua Excelência está isolado no Palácio do Planalto, pois tem contra si, hoje, toda a Nação. V. Ex^a viu aí há poucos dias, o manifesto dos empresários, que, aliás, foram recebidos democraticamente pelo Presidente Aurélio Chaves, que debateu com eles, com interesse, os problemas nacionais relacionados com a crise. V. Ex^a, também, viu as propostas do PMDB oferecidas à Nação, pelo Presidente Ulysses Guimarães, num pronunciamento histórico na Câmara dos Deputados. Os trabalhadores, através de suas lideranças sindicais, estão-se posicionando, estão-se manifestando, os advogados, os intelectuais, os jornalistas, mas o Senhor Presidente da República, General João Figueiredo, parece que voltou de Cleveland mais obstinado do que antes. Sua Excelência nunca esteve tão disposto a manter o status quo. E é, realmente, Sr. Senador Henrique Santillo, penoso para nós assistirmos a tudo isso, impotentemente. Porque este Poder, como bem salientou V. Ex^a — e não é só V. Ex^a individualmente, como Senador — sobretudo o Congresso como instituição, está de mãos atadas, não pode nada fazer, porque a política econômica é conduzida exclusivamente pelo Executivo, diante de um sem número de delegações que o Congresso deu, através de decreto-lei, ao Poder Executivo, que, hoje, é que em tudo manda, no campo econômico, através, sobretudo, dos Ministérios da área econômica, mas exatamente, do Conselho Monetário e do Banco Central. Este País, hoje, está sendo governado não mais pela constituição nem por leis, mas por simples resoluções de colegiados ou do Presidente do Banco Central.

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Tem V. Ex^a inteira razão, como teve sempre razão nos seus vários pronunciamentos, no decorrer deste ano, denunciando todo esse processo.

Eu, eminente Senador Humberto Lucena, encho-me de indignação, e estou certo também V. Ex^a, e essa indignação ainda é maior diante da insensibilidade, da frieza, do imobilismo do próprio Presidente da República. Creio mesmo que, como medida de emergência, seria necessário até que formasse aqui uma Comissão mais ampla do Congresso Nacional, constituída pelas Mesas do Senado, da Câmara, pelas Lideranças partidárias do Congresso, pelos Presidentes dos Partidos políticos, chamado-se, também, os empresários, os trabalhadores, as Lojas Maçônicas, as Igrejas, o OAB, o Sindicato dos Trabalhadores, as entidades classistas dos empresários, enfim, todas as instituições representativas da sociedade brasileira, para conosco, de forma urgente, apresentar um programa de salvação nacional, e que representasse

uma forma de pressão sobre o Executivo, sobre o Governo Federal, para que os rumos da vida nacional pudessem ser alterados. Eu não sei se é o Plano Piloto — a realidade, a ficção do Plano Piloto, esse Brasil fantasia do Plano Piloto que nos isola — e que não nos permite escandalizar tanto.

Tenho em mão uma série de dados, Sr. Presidente, uma série de números. E até pediria a V. Ex^a que permitisse fazê-los incluir no bojo deste desprezioso discurso, para dizer que o outro instrumento que está levando à miséria e à fome é o Decreto-lei nº 2.045; é a política salarial atual do governo, que se traduz no descaso com que os trabalhadores brasileiros são tratados pelo Governo Federal.

O custo dos alimentos que só nos primeiros oito meses deste ano subiram mais de 120% em média; os medicamentos subiram 300% em média, só no corrente ano. A cada mês aumenta a proporção das rendas de uma família de classe média, destinada apenas à aquisição de alimentos. A cada mês, a cada dia, a cada hora se aprofunda essa absurda realidade. Perdoem-me, mais isto é fruto da indignação que me domina.

Estou certo de que estamos fazendo muito pouco em nome de nossos representados, em nome dos nossos eleitores; talvez nem mesmo consiga articular um discurso que pudesse significar uma denúncia clara e veemente da realidade com a qual estamos convivendo, de certa forma divorciados dela.

O caminho da fome passa pelo modelo econômico concentrador, passa pela concentração desmesurada da propriedade, passa pela concentração desmedida das rendas.

No País, como um todo, a distribuição de renda sofreu revés considerável nos últimos 20 anos.

Em 1960, os 60% mais pobres da população brasileira detinham 23,41% da renda nacional, enquanto os 5% mais ricos detinham 30,66%. 20 anos depois, já em 1980, segundo a Fundação IBGE, os 60% mais pobres experimentaram queda para 19,3% e os 5% mais ricos elevaram sua participação para 35,19%. Piora o nível de renda, piora a qualidade de vida. É claro que essa piora — ainda que alguma melhora tenha havido em 1979/1980 — foi muito maior, acentuando-se nos anos de 1981, 1982 e 1983 para imensa maioria do povo brasileiro.

Este é um País de doentes, em que quase 70% de sua população tem um padrão de alimentação inferior ao mínimo necessário; 70% de sua população ingere uma quantidade de calorias inferior a 2.480 calorias por dia, mínimo indispensável, segundo a FAO, para a manutenção do organismo do adulto. Este é um País de doentes! É um País de 80 milhões de subnutridos. É tão alarmante a desnutrição que ela espalha-se na verdade, por todos os setores. O exemplo tornado público há poucos dias pelo Ministro Chefe do EMFA, Brigadeiro Waldir Vasconcelos, ilustra muito bem esse fato: o serviço militar dispensa por ano 45% dos jovens que se alistam nas Forças Armadas por terem insuficiência física, provocada basicamente pela desnutrição.

Na agricultura, a fome também fez sua morada, e tem sua origem na deficiente política agrícola ou fundiária adotadas pelo atual modelo. A concentração de rendas na zona rural foi ainda maior nos últimos vinte anos que na zona urbana. O próprio IBGE nos diz que:

“Enquanto os 10% com maiores rendimentos nos setores urbanos aumentaram sua participação na renda de 43,7% para 48,2% de 70 a 80, no setor rural os integrantes desse mesmo estrato passaram de 33% para nada menos de 53,4% da renda.

De modo semelhante o grupo de 5% com maiores rendimentos na zona rural, passou de 23,7% em 1970, para 44,2% em 1980.”

Para que os Senhores tenham uma idéia, o grupo de 1%, com maiores rendimentos na zona rural, detem sozinho quase 1/3 das rendas advindas das atividades rurais; 30% das rendas advindas das atividades rurais concentram-se nas mãos de 1% mais rico da população rural deste País, que é a população proprietária, que é a população latifundiária. Por outro lado, a metade mais pobre da população rural, em 1980, tinha 14,9% apenas de toda a renda auferida por aquele setor.

Para os Senhores terem uma idéia da concentração da propriedade rural, no meu Estado, que é um grande Estado em extensão — e eu espero que ele seja um dia também um grande Estado economicamente — as 16 maiores fazendas ocupam quase 10% de seu território. E isto numa região do País em que os índices de concentração da propriedade rural não são os maiores. E a preocupação que nós temos é que o Governo mantêm-se irredutível na adoção de uma política suicida, baseada na estratégia recessiva imposta pelo Fundo Monetário Internacional.

Eu vou concluir, Sr. Presidente, vou concluir esse desabafo. Durante três meses deixei de usar esta tribuna, a não ser uma vez, para vir aqui analisar algo a respeito dos graves problemas do abastecimento interno neste País, que tem muito a ver com a fome, que tem muito a ver com a angústia nacional. Vou concluir, Sr. Presidente, não sem antes pedir-lhe, obsequiosamente, que me permita incluir no final deste discurso alguns escritos, apenas analisando se vale a pena afundar o Brasil, como estão tentando fazer! O certo é que há um grande grau de incerteza, isto sim, quase pânico, a turbar a visão dos caminhos alternativos para o nosso País, de sorte a fazer com que ele possa superar essa crise de enormes proporções, que afeta a vida de todos os brasileiros.

Sua gigantesca dívida externa está condicionando, agora, a vida de toda a sua população. E, o que parece mais assustador, é que a reduzida contribuição dada por essa enorme dívida, em dólar, acabará sendo totalmente anulada pela recessão econômica que já vem desde 1981, porque, desde então, o PIB per capita se reduz neste País.

O País seria hoje praticamente o mesmo sem Transamazônica, sem Ferrovia do Aço, sem ponte Rio-Niterói, sem Angra I e II, sem Tucuruí e sem Itaipu. Apenas esses projetos faraônicos consumiram quase metade dessa dívida de enormes proporções.

O Sr. José Lins — V. Ex^a me permite?

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Já ouvirei V. Ex^a

Permita-me apenas concluir e em seguida darei o apêndice a V. Ex^a

A verdade é que a ideologia da dependência determina as ações deste Governo, ganha corpo a visão internacionalista de direita, disposta a uma negociação com o Governo norte-americano inclusive, que passaria a colaborar com a ajuda financeira em troca de maior transnacionalização da economia brasileira. Por exemplo: a abertura de nosso mercado financeiro aos bancos estrangeiros — uma maior abertura do mercado financeiro aos interesses dos bancos estrangeiros; suspensão da reserva de mercado para os micro e mini-computadores da informática e até mesmo — por que não? — o leilão de algumas empresas estatais. Permitam-me, aqui, o termo leilão. Não é por acaso que se coloca em discussão a questão da Vale do Rio Doce e da sua privatização. Nós não desejamos a alternativa internacionalista que venha a trocar nossas potencialidades, nossas reservas, as reservas que temos para a geração presente, mas sobretudo para as gerações futuras deste País, e que venha essa alternativa alienar esses recursos. Como igualmente não queremos, também, as palavras de ordem, de muitos setores falaciosos que pregam medidas nacionalistas, mas que, também, descarregar sobre os ombros já extremamente arqueados, extremamente onerados, dos traba-

lhadores, o pesado encargo, para a solução desta crise, alternativas da direita nacionalista que, não poucas vezes, colocam-se em oposição aos que estão no poder hoje. Porque o que nós buscamos é aquilo que a população brasileira anseia: é alternativa democrática, participativa, que vem a fazer com que possamos sair, lá na frente, superando essa crise, pela alteração do modelo, que passe a despertar, sobretudo, o poder criativo do brasileiro, que venha prestigiar o mercado interno, que venha promover uma reforma agrária, que venha reorientar a aplicação dos recursos públicos na geração de maior emprego, que procure prestigiar a criação de uma tecnologia nacional sem essa bobagem de se dizer que queremos, nós da Oposição, novamente, reventar a roda, porque isso já não impressiona ninguém, num País em bancarrota, num sistema econômico fracassado.

O que nós buscamos é uma alternativa democrática. Preocupa-me, Sr. Presidente, que este Congresso esteja fazendo muito pouco para isso; preocupa-me sobretudo que nós parlamentares estejamos fazendo tão pouco para a solução destes problemas; preocupa-me que eu esteja fazendo muito pouco, nada ou quase nada para minorar este quadro dantesco. É por isso que eu aproveito estes breves instantes, na tribuna, para fazer até um apelo no sentido do Presidente do Senado, o Presidente da Câmara dos Deputados, das Lideranças dos vários partidos políticos no Senado e na Câmara dos Deputados, dos Presidentes dos partidos políticos, a fim de que encontrem, com urgência, com o apio, a solidariedade e a participação efetiva de todos os parlamentares, uma saída, juntamente com toda a sociedade, para os nossos angustiantes problemas. Que se tragam para cá os empresários, os trabalhadores, os sindicatos, a Igreja, a OAB, as maçonarias, os grupos de serviço, as instituições representativas da sociedade, e que se coloque o Congresso Nacional em Assembléia permanente. Em sessão permanente, porque um pouco além dos limites da fantasia do Plano Piloto, há uma triste realidade que produz o medo, a doença, a fome e a morte. É uma realidade que mata no Nordeste 300 crianças de cada 1000 que nascem antes de completar um ano de vida, mas também mata centenas, aqui, a poucos quilômetros do Palácio do Planalto, no Nordeste do meu Estado! No Nordeste do meu Estado. Aqui, há poucos quilômetros das fartas mansões oficiais.

Perdoem-me o meu desabafo. Sei que estou fazendo menos do que todos, nesta e na outra Casa. Mas, Sr. Presidente, eu gostaria imensamente que, ao contrário de vir aqui para denúncias, pudesse aqui estar, ainda que indignado, buscando as concordâncias, buscando as convergências, para que esta Casa, superando-se a si mesma, até historicamente, pudesse se elevar na recuperação de seus poderes, pudesse se elevar na recuperação de seu poder de propor, discutir, apoiar, e estabelecer uma política econômica eficaz para este País, junto com as demais instituições da sociedade civil, já que reconhecemos não ser este Congresso totalmente representativo. E não vamos discutir aqui a questão da representatividade popular, porque ela não é absoluta em lugar nenhum, em nenhuma parte do mundo, mas que se poderia completar su-

pletivamente, pela participação direta da sociedade, através de suas outras instituições. Outras instituições que com muita facilidade realizam as suas assembleias, onde desabafos como este, tenho certeza, realizam-se hoje aos milhares por todo o Brasil.

Antes de concluir, já ouvindo a campanha, vou ouvir com imenso prazer o Líder em exercício do PDS, que aqui se encontra e que estou certo, tanto quanto eu, também está preocupado com essa cruel realidade que nos cerca.

O Sr. José Lins — Nobre Senador Henrique Santillo, V. Exª não erra quando diz que também nós do PDS estamos preocupados. Não há, creio, ninguém que não espere que melhore a situação econômica, e por via dessa, a nossa situação social. Mas V. Exª faz um apelo à discussão. Que se convoquem a Igreja, os sindicatos, os trabalhadores, a OAB etc. Ora, essa angústia de que V. Exª fala, essa idéia de discussão ampla, isso mostra exatamente que o partido de V. Exª não tem uma proposta. Analisando-se o discurso do eminente Presidente do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, verifico que S. Exª sugere coisas que nós gostaríamos de ter, mas que não podemos e coisas que nós não queremos e nem podemos. Por exemplo, no caso da moratória unilateral, acho que a Nação brasileira nem quer, e pode fazê-lo. Isso não é o bom para o País. Já no caso do emprego, é claro, todos queremos mais emprego. O problema é que com essa crise, não podemos tê-lo. V. Exª se referiu ao caso da construção civil, da indústria têxtil, da indústria de alimentos, estou de pleno acordo com V. Exª. Mas, V. Exª há de convir que nunca se aplicou tanto dinheiro em construção civil, salvo nesses últimos dois anos, do que na última década. Grande parte da poupança brasileira foi dirigida para a construção civil. A mesma coisa se deu com o setor têxtil e com a indústria alimentar, já que a agricultura tem sido uma das áreas prioritárias. Mas não discordo de V. Exª de que é preciso no bojo dessa crise, alguma coisa nova aconteça. Só que a crise não é só nossa. Nós ainda sofreremos, certamente, muitas dificuldades. Mas países como os Estados Unidos, o Japão, a Alemanha Ocidental têm iguais problemas, todos com um número extremo de desempregados, como V. Exª cita. Eu também discordo de V. Exª, quando diz que mesmo se nós crescermos à taxa de 6% ao ano até o ano 2000, nós chegemos até lá com um índice de 10 milhões de desempregados, o que significaria pelo menos 7 a 8% da força de trabalho ...

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Dá uns 6 a 7%.

O Sr. José Lins — 6 a 7%, por aí. Isso dependeria muito do tipo de aplicação que se fizesse para esse empreendimento ...

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Eu disse, mantidos os atuais parâmetros de investimentos.

O Sr. José Lins — Comungo com V. Exª dessa angústia. Também creio que entendimentos interpartidários podem trazer ao País a tranquilidade que é necessária para a superação da crise atual.

O SR. HENRIQUE SANTILLO — V. Exª há de me desculpar, mas eu vim aqui para manifestar a minha indignação até para comigo mesmo; V. Exª há de me desculpar, mas o que V. exª disse, sobretudo no início de seu aparte, é fruto da visão maniqueísta que grande parte do seu Partido tem.

Eu vou encerrar. Permita-me responder e lhe dizer porque sua visão é maniqueísta, como de resto é a visão que impregna a maioria do seu Partido, infelizmente. Aliás, eu constato isso com muita infelicidade.

O meu Partido tem uma proposta e a proposta foi apresentada à sociedade; poderá vir até a ser constatado que se trata de uma proposta equivocada, isso ainda não foi provado por ninguém, sobretudo por parte do Governo, mas acontece que há duas formas para se sair dessa situação. As coisas estão chegando a um ponto de ruptura, e para sair desse ponto de impasse, a meu ver, há duas formas ou caminhos: ou se estabelece, ali na frente, um processo hegemônico de um dos segmentos da sociedade brasileira, que toma conta do Governo e imprime outros rumos, ou isso se faz através de um amplo processo de conciliação nacional de consenso nacional que leve em conta a participação dos trabalhadores brasileiros sobretudo, mas também dos demais segmentos da sociedade. O que eu estou aqui a dizer é que nós ainda não esgotamos inteiramente as possibilidades de adotarmos a segunda hipótese, que é, seguramente, a mais condizente com os anseios nacionais, porque é a mais democrática.

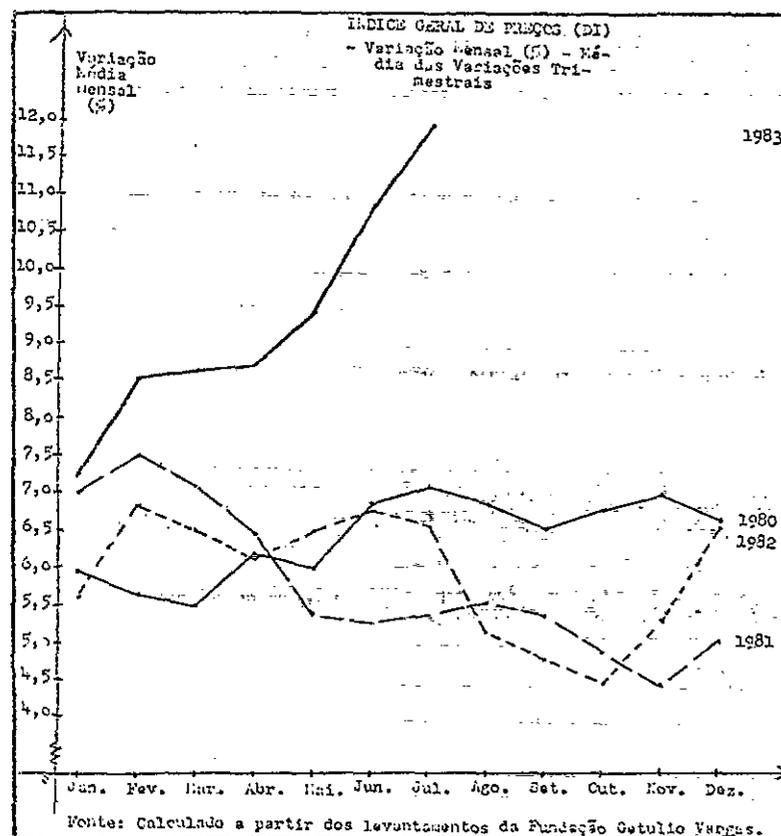
O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Comunico ao nobre Senador que o seu tempo já se esgotou.

O SR. HENRIQUE SANTILLO — ... e há de ser um processo que busque verdadeiramente o consenso nacional e não o consenso das elites como historicamente tem se estabelecido no Brasil, com as propostas de soluções das crises às custas dos trabalhadores. Qualquer proposta para a solução da crise brasileira tem que levar em conta os trabalhadores. É uma possibilidade de sairmos dessa crise dentro de uma alternativa democrática. Creio que o estabelecimento de um processo hegemônico talvez não fosse o melhor caminho para a Nação e é por isso que eu estou aqui, ainda que indignado, ainda que verdadeiramente possesso, ainda que com vontade de denunciar, de xingar, de esbravejar, estou aqui, como quase todos os do meu Partido e grande parte do PDS, a dizer que, com urgência, é preciso que o Congresso Nacional, de certa forma, assuma a missão de ouvir os vários segmentos sociais representativos de nossa sociedade e a presente, com urgência, uma proposta de consenso nacional para que se supere a crise brasileira.

Essa é a minha postura, essa é a minha posição, eivada de revolta e de indignação e da qual não me posso furtar. Por isso estou a esbravejar, a denunciar, a responsabilizar aqueles que, por participação, por convivência ou por omissão são os verdadeiros responsáveis pelo caos em que se encontra este País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. HENRIQUE SANTILLO, EM SEU DISCURSO.



REAJUSTES SALARIAIS NO RIO DE JANEIRO — % — Janeiro a Setembro de 1983 —				
Mês de Correção dos salários (1983)	Reajustes com base na Fundação Getúlio Vargas - (A)	Reajustes com base no IBGE (INPC) aplicado - (B)	B/A (%)	Perda Sames-tral de Sa-lário Real (%)
Janeiro	38,2	37,6	98,4	0,5
Fevereiro	40,5	36,3	89,6	3,0
Março	42,6	41,8	98,1	0,5
Abril	49,4	42,6	86,2	4,5
Maio	55,1	47,5	86,2	5,0
Junho	58,3	52,9	90,7	3,5
Julho	63,2	55,0	87,0	5,0
Agosto	68,5	44,5	65,0	14,2
Setembro	70,9	46,5	65,6	14,3

Obs.: 1. Índices da FGVargas - variação do Custo de Vida, semestral, até o mês anterior ao do reajuste.
2. Índices do IBGE - variação do INPC, semestral, até o segundo mês anterior ao do reajuste, e após os "expurgos". Em agosto e setembro passou a vigorar a correção salarial na base de 80,0% da variação expurgada.

ATAS DE COMISSÕES

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (Resolução nº 52/80)

13ª Reunião, realizada em 13 de maio de 1981

Às dez horas e quarenta minutos do dia treze de maio do ano de mil novecentos e oitenta e um, na Sala da Comissão de Finanças, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pela Resolução nº 52, de 1980, destinada a investigar o funcionamento do Mercado Financeiro do País, presentes os Senhores Senadores Tancredo Neves, Jutahy Magalhães, Jorge Kalume, João Lúcio, José Lins, Lomanto Júnior, Roberto Saturnino, José Rícha e Pedro Simon.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Bernardino Viana, Gabriel Hermes, Almir Pinto, Cunha Lima, Jaison Barreto e Affonso Carmargo.

Abertos os trabalhos, o Senhor Senador Tancredo Neves, Presidente, dispensa a leitura da Ata da reunião anterior. Colocada em discussão e votação é a mesma aprovada.

Em seguida, a palavra é dada ao Professor Jorge Hilário Gouvea, Presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Iniciando a sua exposição afirma que, não é possível se crer que um País como o Brasil possa ser desenvolvido sem que hajam empresas privadas nacionais fortes, que dêem oportunidades aos empresários

privados do Brasil de participarem do desenvolvimento econômico, sem que haja alocação eficiente de recursos para essas empresas privadas nacionais. Afirma, ainda, que não é possível se crer no desenvolvimento econômico do País, quando esse desenvolvimento é restrito somente ao capital estatal ou ao capital estrangeiro. Daí, a lei que criou a CVM e toda a filosofia governamental, desde 1964, fomentar, de todas as maneiras, o desenvolvimento desse mercado, de forma que tenhamos no Brasil empresas de capital nacional privado.

Após a exposição do Professor Jorge Hilário Gouvea, usaram da palavra os Senhores Senadores Roberto Saturnino, Jutahy Magalhães e José Lins, que fizeram perguntas e todas respondidas pelo depoente.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Haroldo Pereira Fernandes, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, é assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação devidamente autorizada, com o apanhamento taquigráfico da referida reunião.

ANEXO À ATA DA 13ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO Nº 52, DE 1980, "DESTINADA A INVESTIGAR O FUNCIONAMENTO DO MERCADO FINANCEIRO DO PAÍS", PARA OUVIR O DEPOIMENTO DO PROFESSOR JORGE HILÁRIO GOUVEA, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.
(INTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REFERIDA REUNIÃO.)

O SR. PRESIDENTE (Tancredo Neves) — Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

A Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o funcionamento do mercado financeiro do País, com especial atenção aos fatos especificados na resolução que a criou, terá a satisfação de ouvir hoje o Professor Jorge Hilário Gouvea, estudioso e autor de trabalhos relativos ao Direito Societário, tendo participado das comissões que elaborou a lei das S.A., ocupando atualmente a alta função de Presidente da Comissão de Valores Mobiliários.

Concedo a palavra a V. Ex^a, para iniciar a sua exposição.

O SR. JORGE HILÁRIO GOUVEA — Muito obrigado. Sr. Presidente, Srs. Senadores, minhas senhoras e meus senhores:

Gostaria, em primeiro lugar, de fazer uma breve exposição sobre as razões da criação da Comissão de Valores Mobiliários, que tenho a grande honra de presidir.

É filosofia do Governo Federal desenvolver o mercado de valores mobiliários. Pergunta-se o que é valor mobiliário, o que é isso que precisa ser desenvolvido? Valores mobiliários — e nos ateremos a esse conceito de valor mobiliário — são os títulos, ações ou debêntures emitidos pelas companhias abertas, pelas sociedades anônimas, que têm a sua negociação feita do mercado secundário, isto é, a bolsa e o mercado de balcão.

Acredita o Governo que o mercado de capitais é um dos instrumentos mais eficazes para a criação de empresas nacionais sólidas que possam competir, em igualdade de condições, com as empresas de capital estrangeiro e com as estatais.

Neste ponto, é importante ressaltar que a única razão de existir desse esforço governamental e de todo segmento da sociedade no sentido de desenvolver esse mercado, tem aspectos políticos, econômicos e sociais.

Não é possível se crer que um País como o Brasil possa ser desenvolvido sem que hajam empresas privadas nacionais fortes, que dêem oportunidade aos empresários privados do Brasil de participarem do desenvolvimento econômico, sem que haja alocação eficiente de recursos para essas empresas privadas nacionais.

O desenvolvimento do mercado é um lado econômico importante que serve para canalizar poupanças para esse setor real da economia.

Há um dado político, que é a difusão ou a proliferação de centros de decisões.

É da maior importância que na sociedade brasileira aberta, haja possibilidade de existência de muitos empreendedores fortes que possam ajudar o desenvolvimento do País. Não é possível se crer no desenvolvimento econômico do País quando esse desenvolvimento é restrito somente ao capital estatal ou ao capital estrangeiro.

Daí, a lei que criou a CVM e toda a filosofia governamental, desde 1964, fomentar, de todas as maneiras, o desenvolvimento desse mercado, de forma que tenhamos no Brasil empresas de capital nacional privado, em que haja possibilidade de democratização desse capital, para que todas as pessoas possam participar do desenvolvimento econômico, e que essas empresas consigam manter um grau de eficiência e um grau de produtividade compatível com o tamanho do Brasil, em concorrência com o capital estrangeiro e o capital estatal.

Seria incompreensível que tivéssemos apenas empresas de capital estrangeiro e empresas de capital unicamente estatal. É uma opção política do Governo, do sistema que o Governo adotou. Não gostaríamos de ver a economia nacional, no seu setor real da economia, na mão somente do Governo ou, muito menos, somente na mão das empresas estrangeiras.

Era necessário, por conseguinte, criar um sistema eficiente de alocação de poupanças populares para esse setor real da economia, através das empresas privadas nacionais.

Os primeiros passos para esse desenvolvimento foram dados com a criação de estímulos fiscais e a realização de uma reforma institucional no mercado, feita mediante a chamada Lei de Mercado de Capitais, que é a Lei nº 4.728, de 15 de julho de 1965.

Esta lei, além de ampliar os incentivos fiscais às sociedades de capital aberto, procurou organizar um sistema de distribuição de valores mobiliários formado por bancos de investimentos e distribuidoras de valores, de um lado e corretoras e bolsas de valores, de outro, sob a administração do Conselho Monetário Nacional e a fiscalização do Banco Central do Brasil.

A mencionada lei ainda fez algumas alterações na Lei das Sociedades por Ações, revelando que o legislador, já naquela época, sentia a necessidade de adaptá-la à nova realidade econômica brasileira.

Podemos dar como exemplo, a introdução da permissão das companhias terem capital autorizado, e que as sociedades que adotassem o sistema de sociedade de capital autorizado tivessem ações sempre nominativas, a criação de ações nominativas endossáveis, para que houvesse maior segurança e liquidez no mercado e a criação ou o desenvolvimento maior das debêntures com correação monetária conversíveis em ações.

Com referência ao mercado de valores mobiliários, repito mais uma vez, mercado que atualmente é restrito às ações e debêntures, o Conselho Monetário Nacional teve a função de fixar a política a ser cumprida pelos componentes do mercado, além do poder exclusivo de baixar normas a respeito da regulação desse próprio mercado.

Ao Banco Central coube, de acordo com a Lei nº 4.728, fiscalizar o mercado e proceder aos registros instituídos pela própria Lei. Quando todo esse sistema começava a colher os primeiros resultados das medidas adotadas, todos os esforços institucionais tornaram-se inúteis. Inicou-se uma alta artificial da Bolsa de Valores, em 71, seguida da conseqüente queda das cotações em um curto espaço de tempo, período esse propício à uma especulação irresponsável que terminou por levar prejuízos a milhares de investidores que, por esse motivo, fugiram do mercado de ações.

As causas desses acontecimentos são inúmeras. Todavia, podemos sintetizá-las nos seguintes itens:

— falta de maturidade do sistema;

- despreparo dos intermediários do mercado;
- falta de conhecimento dos investidores;
- dificuldade de regulação e controle do mercado;
- incipiência dos investidores institucionais.

O Governo tentou recuperar o tempo perdido com sucessivos estímulos fiscais, sem qualquer resultado expressivo.

Chegou-se à conclusão de que os estímulos fiscais, embora importantes, não eram suficientes para a reconstrução do mercado de valores. Seria indispensável que os investidores se sentissem protegidos contra eventuais práticas lesivas aos seus interesses, praticadas por intermediários financeiros e por administradores das companhias, assim como por seus controladores. Essa proteção deveria ser atingida, quer através da lisura de comportamento dos agentes do mercado, quer através do acesso igualitário à todas as informações que pudessem ou que possam influir de modo ponderável na decisão dos investidores de vender ou comprar ações ou debêntures emitidos por uma companhia.

Dentro dessa realidade, o Governo Federal se conscientizou que os estímulos fiscais e mesmo uma maior fiscalização do mercado, não eram suficientes para o soerguimento do mercado de capitais, especificamente o mercado de valores mobiliários. Havia necessidade de novas mudanças institucionais. Daí, amadureceu a idéia da reforma da Lei de Sociedade por Ações e a criação de uma entidade especializada que pudesse vincular o mercado de valores mobiliários; especificamente, valores mobiliários, ações e debêntures.

Como disse certa vez um dos autores da Lei das S.A., e que reproduzo porque é difícil ser mais específico do que as palavras que adiante lerei, essa nova orientação traduziu o reconhecimento de que a expansão do mercado de ações pressupõe verdadeira reforma cultural no sentido das modificações de idéias, crenças, normas, padrões de comportamento e valores que são elementos do sistema cultural que ordena a sociedade. A experiência da execução da Lei nº 4.728, mostrou que prevalece, entre nós, idéias e crenças erradas sobre a função e os padrões de comportamento dos diversos papéis do mercado de ações, e sobre a própria natureza desse tipo. Refiro-me, especialmente, ao comportamento dos diretores de companhias, como se fossem proprietários e não administradores de bens de terceiros; à convicção generalizada e que o poder do acionista majoritário é discricionário ou pode ser exercido em benefício próprio e não apenas da companhia; ao desprezo pelos direitos ou interesses dos acionistas minoritários; à crença de que ações bonificadas são rendimentos ou frutos das ações tal como o dividendo; ao tabu do valor nominal; ao desconhecimento das diferentes funções do mercado primário e secundário e à confusão entre o papel do investidor no mercado primário, desempenhado pelo agente de poupança que, ao adquirir ações como títulos de renda, exerce parte da função empresarial, e do outro, o especulador do mercado secundário, isto é, da Bolsa de Valores, do mercado balcão, que compra ações para revender e cuja função é dar liquidez aos investidores do mercado primário.

A nova Lei das Sociedades Anônimas visou criar quadro institucional que facilite o desenvolvimento do mercado de ações e proporcione ao empresário privado, instrumentos jurídicos e financeiros mais eficientes para a organização da grande empresa. Muitas das soluções por ela adotadas têm objetivo deliberado de corrigir idéias e comportamentos dos participantes de mercado que impedem o seu funcionamento normal. Uma reforma cultural como a prevista, não poderia ser levada a bom termo, sem um órgão que ajudasse a sua implantação. Daí a idéia da criação da Comissão de Valores Mobiliários.

O próprio Governo Federal reconheceu que o Banco Central, dentro de suas múltiplas e importantíssimas atividades, não poderia, sem prejuízo dessas, ainda exercer outras funções geradas pelas duas novas Leis — a Lei das Sociedades Anônimas e a nova Lei sobre a criação e

regulação do Mercado de Valores Mobiliários, que é a ação da CVM e a regulação do Mercado de Valores Mobiliários. A CVM tem duas funções básicas estabelecidas em Lei: uma, é assessorar o Conselho Monetário Nacional na atividade de desenvolver o Mercado de Valores Mobiliários, ainda incipiente, inclusive propondo matérias que cabem ao Conselho normatizar. De outro lado, é função básica da CVM, também, regular o mercado, através da regulamentação das matérias previstas na Lei das S.A. e na própria Lei da criação da CVM, adestrando os registros de imposto por lei e, bem assim, baixando normas relativas a essa administração, autorizar os intermediários de mercado a exercerem as suas atividades e fiscalizar o cumprimento da Lei das S.A., por parte das companhias abertas, e das demais normas legais e regulamentares referente ao Mercado de valores.

Um exemplo típico da função da CVM perante o Conselho Monetário Nacional, de desenvolver o mercado, de atrair novas poupanças para a criação da grande empresa privada nacional, para concorrer com as empresas estatais e estrangeiras, ocorreu nos últimos tempos: antes, o papel exercido pelo Banco Central, de propor ao Conselho Monetário o direcionamento de poupanças para o nosso mercado, para o Mercado de Valores Mobiliários e, posteriormente, em conjunto, Banco Central e CVM, sugerindo ao Conselho Monetário normas que visassem a transferência de recursos para esse Mercado. É o trabalho de criar uma sistemática de canalização de poupança para o mercado acionário, através dos investidores chamados de institucionais. Esses investidores institucionais podem dividir-se em duas categorias: aqueles cujo objetivo é a aglutinação de recursos para investimentos, preferencialmente no Mercado de Valores Mobiliários, que é o caso dos fundos mútuos, os fundos fiscais, o chamado Fundos 157 e o Decreto-lei nº 1.401, que são as sociedades de investimentos que captam recursos no exterior.

O outro tipo de investidor institucional é aquele que desempenha uma atividade específica que, por sua natureza, o torna detentor de massa ponderável de recursos a serem investidos, como é o caso das companhias de seguro que são obrigadas a aplicarem parte das suas reservas técnicas no mercado acionário e as entidades de previdência privada, tais como fundos de pensão e montepio.

No que diz respeito à função reguladora da CVM, é necessário destacar dois pontos que considero marcantes: de um lado, o seu arcabouço filosófico, o arcabouço filosófico dessa regulamentação, desta função regulatória; e, de outro lado, o processo de elaboração das normas da CVM. Quanto ao arcabouço filosófico, é importante que se frise que a Lei que criou a CVM, a Lei nº 6.385, estabeleceu que compete ao Conselho Monetário Nacional fixar a orientação geral a ser observada pela CVM no exercício das suas atribuições. Isto, o Conselho Monetário fez em 21 de dezembro de 1978, ao definir quais os fundamentos e princípios que devem orientar a CVM no exercício de suas atribuições. O Conselho Monetário Nacional entendeu que a implementação de uma política de regulação, na medida em que se pretenda dotá-la de consistência e coerência na sua aplicação, requer prévia definição dos fundamentos básicos em função dos quais serão elaborados os atos emanados pela CVM.

Quais são esses fundamentos? Quais são os fundamentos que devem ser levados em consideração na hora da CVM exercer essas funções regulatórias? Em primeiro lugar, o fundamento do interesse público; em segundo, o da confiabilidade do mercado; o terceiro, de ser um mercado eficiente; o quarto, objetivando a competitividade e, o quinto, o mercado livre e, principalmente, a proteção ao investidor. Como interesse público, é simples o fundamento — porque o Conselho Monetário entendeu que o interesse público era um dos fundamentos da regulação da CVM, — e a posição central que o mercado ocupa no sistema econômico faz com que operações e operações nele realizadas, acarretem reflexos sobre todo o

aparelho produtivo, atingindo aqueles que dele não participam diretamente.

Quanto à confiabilidade, esse Mercado somente cumprirá a sua função alocativa com eficiência, se todos os participantes acreditaram no seu funcionamento ímpessoal e equânime. Na procura de um mercado eficiente, a sua organização, isto é, a organização do mercado deve admitir que as poupanças dirijam-se naturalmente às unidades produtivas e apresentem maior rentabilidade, considerada ao mesmo nível de risco, e que a transferência desses recursos se realizam aos menores custos possíveis. Quanto à competitividade, ela reduz a necessidade de regulação e estimula a criatividade participante do mercado, influenciando positivamente no seu desenvolvimento.

No mercado livre, no processo de regulação e desenvolvimento de mercado devem estar presentes, permanentemente, o respeito à livre atuação das forças de mercado, o livre acesso ao mercado e o exercício das atividades, através de mecanismos que promovam a competitividade na procura de um mercado eficiente e confiável. Finalmente, como último fundamento, a proteção do investidor, com vistas a manter a confiabilidade do mercado e visando a atrair um contingente cada vez maior de pessoas. É necessário proteger o investidor minoritário porque este, em face do seu menor poder econômico e a menor capacidade de organização, precisa de proteção, de forma a resguardar seus interesses no relacionamento com intermediários e companhias, dentro da orientação de que seus riscos fiquem limitados apenas ao investimento realizado, sem que venha essa proteção a distorcer as características de risco, inerentes à aplicação em valores mobiliários. Além disso, o investidor individual é um protagonista da maior relevância no processo da dispersão da propriedade e de diversificação para o centro de decisão, o que contribui para aumentar a eficiência do mercado.

Esses foram os fundamentos que o Conselho Monetário estabeleceu, aos quais a CVM deve se ater no momento de fazer ou exercer as suas atribuições. Além disso, preocupou-se o Conselho Monetário em fixar princípios para essa regulação. E quais são esses princípios? Primeiro: da auto-regulação; segundo: da divulgação plena de informações; terceiro: da qualificação para o exercício de atividades do mercado de valores mobiliários e, quarto: a conduta dos intermediários.

Vou apenas mencionar alguns detalhes sobre determinados princípios aqui mencionados. Sobre a auto-regulação: objetiva a auto-regulação, aumentar a eficiência da atividade regulatória, evitando a centralização excessiva do poder, de ditar normas e de fiscalizar o seu cumprimento por parte da autoridade governamental — este é o fundamento maior para a existência da auto-regulação. Mas, essa delegação de poderes que é dada pelo Governo às entidades auto-reguladoras privadas, notadamente à Bolsa de Valores que é, no nosso mercado, a única que tem esse poder auto-regulador por enquanto, os segmentos auto-regulados, isto é, a Bolsa de Valores, por exemplo, deverão ser objeto de intervenção do órgão regulador, sempre que o interesse público estiver ameaçado pela ação ou omissão da entidade auto-reguladora.

A aplicação das sanções disciplinares dos órgãos auto-reguladores deve contar com instâncias superiores de recursos, cabendo ao órgão regulador — no caso, a CVM —, o poder de rever as decisões dos órgãos auto-reguladores.

Estes são os princípios com referência à auto-regulação.

O outro princípio básico é a divulgação de informações. Essa regulação da divulgação objetiva assegurar ao público, por à disposição do público, em tempo hábil, de forma eficiente e razoável, as informações necessárias para a tomada de decisões, de investir em valores mobi-

liários e, ainda, das decisões de votar, de se fazer representar em assembleias de companhias abertas.

A diretriz básica dessa divulgação de informações é que o sistema visa atualizar o acesso à informação, protegendo o público investidor e gerando a sua confiança. A atualização da informação privilegiada é indesejável, uma vez que permite aos que a ela tem acesso obter benefícios às custas de terceiros, afetando a confiabilidade geral do mercado.

É importante se notar que essas informações dadas ao público são feitas sob um sistema de registro na CVM. E o registro não é um ato formal, ele implica em colocar à disposição do público investidor as informações submetidas à própria CVM e às Bolsas de Valores, obrigatórias por lei. Repito — isto é muito importante, porque é muito desprezado — que o registro não é um ato burocrático e, sim, uma revelação de informações ao público investidor. Nós temos diversos tipos de registro de informações que são prestadas ao público, centralizadas sempre nas informações prestadas pelas companhias, regularmente. Toda companhia aberta, toda companhia que tem suas ações ou debêntures negociadas no mercado, seja no Mercado de Bolsa, seja no Mercado de Balcão — isto é, entende-se por Mercado de Balcão aquele em que há sempre intermediação na compra e venda de valores mobiliários, de ações e debêntures, feita através de intermediários autorizados a exercer essa função, seja bancos de investimentos, sociedade de corretoras, distribuidoras ou, em alguns casos, bancos comerciais.

O registro da companhia, isto é, as informações prestadas pelas companhias são informações que estão à disposição do público na CVM, através do sistema de microfilmagem, em 24 horas o público investidor tem amplo acesso a todas informações de microfichas, imediatamente quando chega a informação na CVM. Chamamos de registro atualizado as informações anuais, semestrais, trimestrais ou os fatos que são acontecidos nas companhias, são automaticamente comunicados à CVM e às Bolsas, e essas informações são disponíveis ao público investidor imediatamente, sem necessidade que os analistas de mercado ou o próprio investidor procure na própria companhia informações a respeito dessa própria companhia. Isso é o que chamamos de registro de companhia para negociação em Bolsa ou Balcão. O Conselho Monetário orientou a CVM que tivesse esse tipo de registro. Também temos o registro de emissão primária, que se refere às informações divulgadas por ocasião de lançamentos de novas ações no mercado, isto é, todo aumento de capital que haja procura de investidores através de intermediação financeira, através de elementos credenciados ou mediante oferta pública, é necessário que se dê informações a respeito desse esforço de venda dessas novas ações que vêm ao mercado.

Cogitou-se também que, no seu devido tempo, a CVM pudessem vir a fazer o registro de distribuições secundárias, que é destinado a prover informações em certas situações de distribuições de valores no mercado secundário, isto é, no mercado de Bolsas ou no mercado de Balcão, caracterizada, seja por se tratar de um lote substancial de títulos, cuja origem leva o investidor a necessitar de maiores esclarecimentos, seja quanto a forma que se pretenda adotar para a sua colocação junto ao público.

Rezam os princípios fixados pelo Conselho Monetário: "dada a existência de um registro atualizado sobre a companhia, cabe apenas prover as informações sobre a distribuição em si. A exigência desse registro será efetuada gradualmente, à medida que for solicitado pelas condições vigentes no mercado." Até hoje a CVM não baixou normas públicas a respeito de ofertas ou distribuições secundárias. Temos também a possibilidade de registrar operações especiais, que são as ofertas com requisição de controle, permuta de valores mobiliários, fechamento de capital, recompra de valores mobiliários pela própria companhia, etc.

Está prevista, também, a possibilidade, quando o mercado assim o exigir ou for mais sofisticado ou mais desenvolvido o nosso mercado, o registro das operações daqueles que têm acesso privilegiado à informação. Temos também previsto a regulamentação, pela própria lei, de registro de informações relativo ao uso do poder de voto, que é a procura, o anúncio público de pedido de procurações para exercer o direito de voto. Esta é uma síntese dos princípios que regem as funções da CVM em matéria de divulgação e informação.

Não quero mais me alongar sobre outras questões de princípios, como já disse antes, a qualificação para o exercício de atividade de mercado de valores mobiliários e a conduta dos intermediários, por se tratar de um documento que já faz parte do relatório de atividades, que os ilustres Senadores têm à sua disposição aqui no próprio Senado, chamando a atenção para o fato de que o relatório que fala especificamente desses princípios e fundamentos da regulação do mercado, faz parte do relatório de atividades do ano de 1978.

Este, então, é o arcabouço filosófico em que deve, de acordo com o Conselho Monetário, a CVM exercer os seus poderes de regulação. Um outro princípio da regulação que é importante — como já salientei anteriormente — ser divulgado, é o processo de elaboração das normas da CVM. A lei faculta à CVM que ela, antes de divulgar as suas normas de competência originária, faça uma audiência pública, isto é, ouça os interessados na implantação dessas normas. Essa faculdade que a lei conhece deu à CVM, esta a transformou em regra. Não há nenhuma norma pública da CVM, nenhum ato de normatização pública da CVM, que não seja feito ou elaborado através do processo de audiência pública. Nós publicamos avisos nos jornais de que o projeto acha-se à disposição das pessoas interessadas e damos o prazo compatível com a importância da norma, para que as pessoas se manifestem a respeito.

Esse tipo de processo de elaboração de normas, tem duas finalidades: uma é aperfeiçoar a norma em si e a segunda, que é a mais importante, é dar legitimidade à norma a ser baixada, porque os componentes do mercado, a quem são endereçadas essas normas, ajudando ou participando da elaboração das mesmas, as legitimam, não só pelo fato de participar da sua elaboração, como aceitá-las e, muito mais do que isso, sentirem que ao fazerem parte da elaboração da norma, eles são quase que como donos daquela norma. O sentido da penetração das normas no mercado tem tido um efeito muito maior do que o esperado, justamente pelos participantes do mercado sentirem-se co-autores dessas normas que o regulam.

Gostaria ao finalizar essa exposição, enfatizar mais uma vez a importância do mercado secundário, isto é, a importância das negociações feitas nas Bolsas de Valores para a economia nacional. A Bolsa de Valores não é um centro apenas de negociação, que dá liquidez às novas ações emitidas pelas companhias. Ela é isso, mas também serve como instrumento de financiamento de pessoas que vão ao mercado fazer operações na Bolsa; serve, também, como elemento para atrair, através da especulação sadia, investidores que desejam tirar melhor proveito do seu investimento e, principalmente, através do mercado secundário forte, através do grande volume de negociações no mercado, é que teremos oportunidade de vermos companhias emitirem novas ações, se capitalizarem, através do custo de capital mais baixo, porque ela poderá emitir as suas ações por um preço mais propício aos interesses da própria companhia.

Vale notar que o ano passado, quando tivemos o mercado secundário bastante forte, bastane ativo, tivemos de capitalização das empresas brasileiras, principalmente as privadas nacionais, mais de um bilhão de dólares canalizados diretamente para a empresa privada nacional. Isto quer dizer — cito um bilhão de dólares, não para ser pedante, mas para comparar com outros países, em que esta cifra já é uma cifra relevante. O mercado o ano pas-

sado, de 1980, cumpriu plenamente as suas finalidades. Tivemos o mercado secundário, isto é, as Bolsas de Valores, negociando grandes volumes e atraindo investidores, não só para as Bolsas em si, mas o que é mais importante, para as empresas privadas nacionais, que conseguiram captar mais de um bilhão de dólares no decorrer do ano de 1980, através de emissões de novas ações, captando esses recursos diretamente do mercado.

Outro ponto importante da função da Bolsa, que é uma função menos econômica e mais política, é que como a Bolsa de Valores, o mercado secundário ainda incipiente, ainda necessitando de maiores fluxos de recursos para esse mercado, é um termômetro da vida nacional; a Bolsa é um termômetro em todos os países, nos acontecimentos exógenos ao próprio mercado. Temos o exemplo, agora, da França: quando foi divulgado o resultado das eleições naquele país, a Bolsa foi obrigada a fechar as suas negociações, porque houve uma queda brusca nas cotações das ações no mercado.

Este é um exemplo bem marcante de que a Bolsa é um termômetro do que se passa no exterior porque, na verdade, ela representa aquilo que existe de mais puro no sistema capitalista, que é o livre mercado. Então, quando nós temos um livre mercado — e a Bolsa de Valores é o exemplo típico do sistema livre de economia de mercado — todos os fatos que acontecem no mundo e, especificamente, a Bolsa de Valores, no Brasil, deve refletir imediatamente na própria Bolsa, uma ressonância muito maior, não nas cotações mas, talvez, muito mais na opinião pública, devido, também, à visibilidade que é o sistema de Bolsas de Valores, que assegura a todo público, não só investidor, mas ao público em geral, através da imprensa.

Sr. Presidente, creio que é hora de terminar a minha formulação inicial, porque se fosse falar sobre CVM, eu não acabaria hoje, porque são quatro anos de trabalho de todos aqueles que compõem o colegiado da CVM, a diretoria da CVM; todos nós fomos trabalhar na CVM, vindos do setor privado, justamente por achar importante o desenvolvimento do mercado para a subsistência ou para o desenvolvimento do País: falar sobre a CVM é falar de parte da nossa vida, porque é um órgão novíssimo, tem apenas quatro anos formalmente, e três anos de plenas funções. Então, quando se fala da vida, se perde muito tempo. Oportunamente estarei pronto a vir, se o Senado assim o desejar, falar sobre a vida da CVM, sobre o que foi feito nestes últimos três anos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tancredo Neves) — Agradecendo a brilhante exposição que acaba de fazer o nosso ilustre convidado de hoje, vamos passar à segunda parte dos nossos trabalhos, que diz respeito às interpelações.

O primeiro interpelante inscrito é o nobre Senador Roberto Saturnino, a quem concedo a palavra.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Sr. Presidente, Dr. Jorge Hilário Gouveia Vieira, pelas informações trazidas ao conhecimento desta Comissão, verifica-se que confirmam as notícias veiculadas insistentemente pela imprensa na primeira quinzena de março; verifica-se que o pregão da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, do dia 11 de março, foi um dos mais anormais e tumultuados da história dessa instituição. Tumulto esse provocado pela venda absolutamente anormal, extraordinária, de ações da Companhia Vale do Rio Doce, por parte da corretora ligada justamente ao Presidente da Bolsa, Corretora Ney Carvalho. Verifica-se, também, que pelo movimento inusitado da venda de ações da Vale do Rio Doce, por essa mesma Corretora nos dias que precederam esse pregão, a anormalidade dessas vendas já havia sido notada, a própria Bolsa de Valores havia destacado dois observadores para exatamente acompanhar essas vendas anormais de lotes de ações da Vale do Rio Doce. No entanto, apesar desse precedente, apesar dessa anormalidade já anotada nos dias anteriores e, apesar do tumulto absolutamente

extraordinário verificado no pregão do dia 11, ele não foi suspenso.

Indagaria de V. S^a, em primeiro lugar: se a Comissão de Valores Mobiliários tinha conhecimento, como a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro o tinha já dessas vendas extraordinárias no dia anterior? Em segundo lugar, se a Comissão de Valores Mobiliários poderia ter determinado a suspensão do pregão? Em terceiro lugar, se tem conhecimento das razões dessa flagrante omissão da direção da Bolsa do Rio, não suspendendo o pregão? Em quarto lugar, se tem conhecimento de interferência do Banco Central no sentido de impedir a suspensão que era devida por todos esses motivos?

O SR. JORGE HILÁRIO GOUVEA — Muito bem, a primeira pergunta é se a CVM tinha conhecimento da negociação de grandes lotes nos dias anteriores? A CVM tinha conhecimento da negociação de grandes lotes, ou seja, de um acréscimo de volume das negociações das ações do Vale do Rio Doce, mas isso não implica em dizer que se tratava de venda de grandes lotes. Nem todo o crescimento de volume importa em venda de grandes lotes de ações. Podemos verificar, em todas as estatísticas de pregões, que em determinadas ocasiões o volume de negociações aumenta em virtude de negociações de diversos investidores. Então, é praticamente impossível para um órgão regulador, como a CVM, que fica distante do mercado, saber imediatamente se está havendo negociações de grandes lotes ou não. Ela tem conhecimento de negociações de grande volume, mas não sabe se é de grandes lotes; e nem a Bolsa de Valores tem condições imediatas de averiguar se está ocorrendo venda de grandes lotes.

A Bolsa de Valores, a partir do momento em que começou a aumentar o volume de negociação, se não me engano, no dia 7 de março, destacou — como V. Ex^a disse — duas pessoas para o posto da Vale do Rio Doce, porque estava havendo negociação de ações em maior volume do que o normal. Mas isso não pressupõe nenhuma irregularidade, era mais para fazer um acompanhamento mais atento do que se passava no recinto da Bolsa; não ainda preocupada em prevenir alguma coisa mas, sei, de, se houvesse alguma irregularidade, tomar um posicionamento posterior.

Os volumes negociados eram grandes, mas não assustadores. Efetivamente, no dia 11 de março, houve, especificamente na última meia hora, ou nos últimos 15 minutos, um tumulto no pregão; esse tumulto, como consta dos autos em que julgamos os fatos daquele dia, ocorreu especificamente nos últimos 15 minutos — o grande tumulto — e, no final desses 15 minutos, foi piorando. A CVM tinha acusado a Bolsa de omissão. As averiguações feitas pela CVM foram no sentido de omissão da administração da Bolsa de ter permitido que ocorresse aquele tumulto. Houve uma acusação contundente, propostas de penalidade aos administradores da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, mas observando o sadio processo de dar direito de defesa aos acusados, verificou a CVM que, na realidade, naqueles últimos minutos os administradores da Bolsa de Valores não tinham condições de suspender o pregão, sob pena de prejudicar ainda mais, não digo a confiabilidade do mercado, mas de causar uma balbúrdia talvez maior.

Pelas provas e argumentos apresentados pela Bolsa, que constam do processo, como V. Ex^a sabe, levou-nos a decidir que realmente os administradores da Bolsa não tinham condições de nem tocar uma campainha e dizer: "Recomecem tudo novamente", porque tocar essa campainha implicava em prejudicar inclusive o Mercado, e não haveria nem tempo físico para proceder ao leilão daquele lote, de forma mais ordenada.

Creio, Sr. Senador, que já respondi sobre o conhecimento e a suspensão do pregão e a omissão da Bolsa.

O SR. ROBERTO SATURNINO — A CVM não teve conhecimento, no dia, do que se passava?

O SR. JORGE HILÁRIO GOUVEA — Teve conhecimento no dia, claro que teve, sobre um grande volume, mas não sabia que era de grandes lotes. Sabia que uma Corretora estava vendendo ações, em número maciço, da Vale do Rio Doce, mas a atuação da CVM é a posteriori, não é preventiva.

O SR. ROBERTO SATURNINO — A CVM não poderia ter determinado isso?

O SR. JORGE HILÁRIO GOUVEA — Não, porque isso entra no poder de auto-regulação. A CVM delega às Bolsas esse poder, porque a Bolsa tem mais sensibilidade e mais presença do que um órgão que está totalmente afastado do recinto do pregão, para ter a sensibilidade do que estava acontecendo. Eu soube que estava ocorrendo a venda de um grande volume, mas isso não quer dizer que houvesse alguma irregularidade, mas só uma indagação do que estava acontecendo, ao meio dia e meia. A essa hora eu, pessoalmente, soube que estavam ocorrendo grandes vendas de ações da Vale do Rio Doce, mas nada indicava que houvesse irregularidade. A função da CVM, neste caso, é delegar à Bolsa a sensibilidade de fazer alguma coisa e o papel da CVM é de agir mais a posteriori do que a priori.

Quanto à interferência do Banco Central, permita-me V. Ex^a prestar uma pequena explicação sobre o fato de que a Imprensa divulgou que a Bolsa de Valores de São Paulo teria suspenso o pregão naquele dia e que o Banco Central ou a CVM teria dito que não, para prosseguir o pregão. Isto não é verdade; isto foi um terrível equívoco ou má informação. Na verdade, o que ocorreu é que no dia seguinte, dia 12, a Bolsa de São Paulo suspendeu, não abriu o pregão da Vale do Rio Doce, ainda sob o impacto do tumulto havido na véspera. Mas o Banco Central não mandou reabrir as negociações da Vale do Rio Doce; quem mandou foi a própria CVM, através de um telex, porque tinha informações já colhidas pelos promitentes vendedores de que a venda das ações da Vale do Rio Doce tinha se encerrado no dia 11 e que não haveria mais negociação por parte daquele promitente no dia 12.

Nós avisamos a Bolsa de Valores de São Paulo, a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, a Bolsa de Valores de Minas Gerais, a Bolsa de Valores do Rio Grande do Sul, que não haveria, no dia 12, mais a presença de um investidor institucional sem grande volume, que poderia reabrir sem perigo, porque não haveria o tumulto que houve nos últimos quinze minutos.

Foi o que aconteceu: a Bolsa de São Paulo reabriu o pregão depois de recebido esse telex da CVM e o mesmo transcorreu na maior normalidade.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Sr. Presidente, nas investigações procedidas pela CVM, verifica-se claramente: primeiro, que a Corretora Ney Carvalho, direta ou indiretamente, através de suas coligadas, SMC e Reflam, estava profundamente comprometida com obrigações assumidas no mercado futuro, em janeiro e fevereiro com prazo, ao que parece, de 60 dias, em operações a descoberto com ações da Vale do Rio Doce, a preços que, com a tendência que se verificava no mercado acionário naquele final de fevereiro, implicaria num prejuízo para essa corretora, para essa empresa, que seria difícil avaliar mas, seguramente, da ordem de 80 milhões de cruzeiros ou mais, o que significaria cerca de 50% do patrimônio líquido dessa empresa.

Segundo: que nos pregões do dia 5 a 11 de março nas Bolsas de Valores do Rio de Janeiro e de São Paulo, essa Corretora Ney Carvalho, cujo Presidente é também o Presidente da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, operou vendendo lotes absolutamente extraordinários, muitíssimo acima das médias observadas nos dias e meses anteriores, da Cia.

Vale do Rio Doce, por processos tais que terminaram configurando claramente uma intenção, uma manobra da derrubada de preços, à qual o mercado reagiu, ainda nos primeiros dias, dada a tendência altista que se observava, derrubada essa que acabou ocorrendo no dia 11, nesse pregão, tumultuado a que nos referimos.

Com essa prática, essa Corretora, além de infringir dispositivos legais, além de agredir e desmoralizar o mercado, inflingiu pesadas perdas ao seu comitente que, no caso, era o Banco Central, perdas essas que também são dificilmente avaliáveis, mas que numa estimativa de ordem de grandeza, poder-se-ia situar em torno de 200 milhões de cruzeiros.

Terceiro: os principais compradores dessas ações, cujo preço foi derrubado por manobras constatadas nas investigações nesses pregões anormais, foi a própria Corretora Ney Carvalho, através de suas coligadas subsidiárias SMC e Reflam, isto é, a Ney Carvalho como vendedora, como operadora, derrubou os preços, comprou ela mesma as ações a preços mais baixos e, com isso, reduziu sensivelmente os prejuízos catastróficos que teria, caso essas operações não ocorressem, reduzindo-os à custa de perdas enormes do Banco Central e, por conseguinte, dinheiro público.

Apesar de todas essas constatações, claramente configuradas nas investigações procedidas, as penalidades impostas à Corretora, pelo que eu tenho conhecimento — pode ser que eu esteja enganado — limitaram-se a uma pena de advertência resultante do julgamento.

Gostaria que V. Sª nos informasse: primeiro, que penalidades poderiam ter sido impostas, quais as outras penas, quais as razões que determinaram a imposição de uma penalidade que, a nosso juízo — podemos estar equivocados — foi extremamente baixa e insignificante diante da gravidade do ocorrido, das constatações resultantes do próprio inquérito procedido, das próprias investigações procedidas pela CVM.

O SR. JORGE HILÁRIO GOUVEIA — Na verdade, foi feita esta acusação à Corretora, isto é, que ela teria deliberadamente derrubado o papel. Foi muito mais uma impressão trazida pelos operadores, naquele dia, do que a constatação de um fato.

É bom que se diga sempre que, em matéria de mercado, devido à sua grande visibilidade, devido a seu grande interesse por parte dos operadores — e como há um componente muito importante de perdas e ganhos numa negociação de ações do mercado — sempre há pessoas que saem ganhando. As pessoas que saem perdendo têm um reflexo condicionado à essa perda, um reflexo, inclusive, emocional.

Foi muito interessante notar, nesse processo da Vale do Rio Doce, nesse episódio todo, que a CVM investigou durante um bom espaço de tempo, dedicou grandes esforços para elucidação do processo, tivemos um processo de mais de 4 mil páginas, ouviu-se mais de 30 depoimentos, fez-se, inclusive, confrontos de depoimentos, levantamento de compradores etc., e chegou-se à conclusão de que muitas coisas que se diziam naquela época não foram confirmadas no próprio processo, no próprio depoimento de muitas pessoas que diziam isto ou aquilo a respeito do fato, quando foram depor na CVM, inclusive, alegaram que não era bem assim, que era um pouco diferente. Isso é só pra lhe mostrar, nobre Senador...

O SR. ROBERTO SATURNINO — É porque os fatos a que me referi, retirei-os das investigações que constam do relatório.

O SR. JORGE HILÁRIO GOUVEIA — Apenas para chegar na questão da acusação, naquela ocasião procedeu-se à elaboração de uma acusação, um processo criminal, sem ouvir as partes, só através de provas circunstanciais, que levavam a crer, ao encarregado do inquérito, que, de fato, o corretor pudesse ter feito o que fez para se beneficiar. Mas, as provas trazidas aos autos, como V. Exª bem conhece, afastaram todas as provas

circunstanciais; outras provas factuais desarmaram aquelas provas circunstanciais então existentes.

Durante os pregões do dia 5 ao dia 11 até determinada época, as cotações da Vale do Rio Doce tiveram seu curso totalmente normal, pois não houve muita discrepância de preços, se compararmos com outras ações de variações de preços — tivemos variações muito mais acentuadas em outras ações — que, no caso específico da Vale do Rio Doce, é claro que tínhamos um grande volume de ações; sempre, naturalmente, havendo maior oferta vai baixando o preço, mas até quinze minutos ou meia hora antes — até 15 minutos para 1 hora —, os preços, se mantiveram numa flutuação dentro da lei da oferta e da procura. Não houve, a CVM não constatou nenhum dolo por parte do intermediário em querer efetivamente derrubar as ações, como se diz, inclusive porque os preços se mantiveram numa oscilação bastante razoável, face ao volume negociado e as características do mercado naquele tempo.

O importante é salientar que a Corretora, realmente como consta do inquérito, tinha posição a descoberto através de pessoas a elas ligadas, coligadas a ela, mas nós não constatamos na CVM — claro que ela descobriu uma parcela ínfima, teria oportunidade se existisse o dolo, se ela tivesse feito tudo para se beneficiar, se os eventos fossem feitos para beneficiar a si mesmo, ela teria coberto a sua posição de uma maneira mais substancial. Na verdade, tinha as oportunidades, tinha o volume, tinha o vendedor suficiente para cobrir a sua posição e não o fez. Só uma pequena, ínfima parcela, que ela, nas alegações, disse muito bem: não podia deixar de fazer, porque tinha um prazo para cobrir a minha posição, que se esgotaria brevemente — em abril —, porque o compromisso dela e dessas empresas coligadas se encerrava em abril. Então, ela precisava se cobrir, em determinada época e não se utilizou disso; só uma ínfima parte, um percentual mínimo, nessas ações, nesse período da venda das ações da Vale do Rio Doce por parte do Tesouro Nacional. Seria, diante das provas apresentadas, diante das circunstâncias apresentadas ao conhecimento do colegiado da CVM, no momento de decidir, profundamente injusto — diria mesmo, que nada mais importante do que a justiça — então, seria profundamente injusto por parte do colegiado da CVM, se penalizasse a Corretora Ney Carvalho a título de conclusão na operação ou a título de ter-se beneficiado na operação. Isto nós não tivemos, no exame acurado do processo, sob pena de cometer uma flagrante injustiça de considerar essa Corretora como tendo feito tudo o que fez para se cobrir de posições no mercado futuro.

Quanto às penas, se por acaso, para argumentar, fosse considerado que a Corretora teria criado condições artificiais de preço — coisa que não ficou configurada no processo, por parte de ninguém, — mas se fosse, é uma falta grave e a penalidade poderia ir desde a suspensão do exercício do cargo ou da atividade em termos de ação financeira até o impedimento para operar no mercado. Mas isto só ocorre em casos de dolo, de falta grave na criação de condições artificiais de preço.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Multas, também poderia ter sido impostas?

O SR. JORGE HILÁRIO GOUVEIA — Multas também foi imposta ao Presidente da Bolsa que, por coincidência, era o administrador da Corretora; foi imposta uma multa pecuniária.

O SR. ROBERTO SATURNINO — E a Corretora e as empresas não foram?

O SR. JORGE HILÁRIO GOUVEIA — A Corretora foi punida também com uma pena de advertência, o administrador foi punido com uma multa pecuniária e as empresas, não, porque as empresas coligadas agiram normalmente no mercado, comprando um parcela ínfima, como não poderiam deixar de fazer.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Sr. Presidente, devo dizer que, pelo volume das informações que nos foram enviadas e pelos óbvios tumultos dos dias que estamos vivendo, não tive a oportunidade de ler senão a metade do volumoso processo instaurado pela Comissão de Valores Mobiliários. Pela metade que li, essas constatações estavam flagrantes, estavam patentes e a participação da Corretora não teria sido tão ínfima assim, de vez que foi, de longe, a maior compradora das ações nesse dia do pregão, de vez que a própria estimativa de redução do prejuízo teria sido algo substancial de dezenas de milhões de cruzeiros. Mas, não tenho condições de refutar, de confirmar essas informações que constam da primeira parte que pude ler; gostaria de tempo para complementar a leitura e, posteriormente, ouvirmos outra vez S. Sª e, se necessário, o Presidente da Bolsa e Presidente da Corretora, Sr. Fernando Carvalho, porque acho que esse caso, pela dimensão que teve e pelo rumor que provocou diante da opinião pública e da própria instituição da Bolsa de Valores e do mercado de capitais em geral merece um esclarecimento cabal por parte desta Comissão. Foi, aliás, um dos principais itens que determinaram a constituição desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Tancredo Neves) — A ponderação de V. Exª é totalmente procedente.

Realmente, o volume de informações que a Comissão recebeu, não só do Banco Central, como da Bolsa de Valores, é por demais complexo e exige um exame mais pormenorizado, mais refletido, mais ponderado; V. Exª, é quem vai se entregar a esse trabalho, dirá à Comissão no momento oportuno se satisfaz com o que está no processo ou se chamaremos novamente o nosso ilustre visitante de hoje ou outras entidades que estejam ligadas ao caso.

O SR. JORGE HILÁRIO GOUVEIA — Sr. Presidente, Sr. Senador, gostaria só de esclarecer que a Corretora, as coligadas à Corretora não foram as que mais comprou. A Corretora foi a que mais vendeu, foi a intermediária da venda; quanto à compra, não foi a maior compradora; no mercado à vista, ela não comprou sequer uma ação. Para complementar a minha resposta, Sr. Senador, Sr. Presidente, gostaria de passar a palavra ao Diretor da CVM; para esclarecer melhor, porque tem os dados mais à mão a respeito do assunto. Seria possível?

O SR. PRESIDENTE (Tancredo Neves) — Consulto ao nobre Relator se tem alguma objeção ao solicitado pelo ilustre visitante? (Pausa)

O SR. RELATOR (José Lins) — Em absoluto, Sr. Presidente, o interesse do Relator é que o assunto fique mais o mais possível esclarecido.

O SR. PRESIDENTE (Tancredo Neves) — Concedo a palavra ao Sr. Antonio Milão Rodrigues Lima.

O SR. ANTONIO MILÃO RODRIGUES LIMA — Queríamos apenas distinguir duas coisas: há dois períodos de compra e de venda. Há um período em que a Corretora Ney Carvalho, que vai de 20 de janeiro a 27 de fevereiro, vendeu a descoberto, e um período que vai do dia 4 ao dia 11, em que ela fez as vendas que foram consideradas inusitadas. No período em que ela vendeu a descoberto, ela ficou em descoberto em 29 milhões de ações da Cia. Vale do Rio Doce. As aquisições foram feitas em nome de REPLAN, 14 milhões e, em nome de SMC Distribuidora, 14 milhões, e mais um milhão de ações em nome de Nei de Souza Ribeiro, que também é um dos sócios da corretora Nei Carvalho.

No período chamado crítico — de 4 a 11 — a Nei Carvalho cobriu-se, apenas em torno de 2 milhões de ações nesse período, sendo que no dia 10 de março ela adquiriu, no futuro, um milhão de ações. No dia 11, comprou 6 milhões e vendeu 4 milhões e 850 mil. Então, em torno de 2 milhões foi a posição coberta nesse período. Os outros 27 milhões foram cobertos nos dias subsequentes,

entre os dias 13 e 25 de março. Assim, parece-nos que não está caracterizado que houve uma cobertura excessiva — por esses números que nós temos no processo — mas apenas de 2 milhões de ações, num total de 29 milhões. Nessa cobertura dos 29 milhões ou dos 27 restantes, a Corretora teve, efetivamente, um prejuízo de 72 milhões de cruzeiros. Esses são os números que nós temos e são, efetivamente, pequenos; é pequena a parte efetivamente coberta nesse período. E ela comprou sempre no mercado futuro, cobriu-se nessa posição do mercado futuro, perdendo na REPLAN 52 milhões e, na SMC, em torno de 20 milhões de cruzeiros. Ela fez a recomposição de capital nessas duas subsidiárias e é evidente que houve uma perda relativamente, grande no caso específico. Então, ela não se cobriu é bom que realmente fique caracterizado — nesse período de 4 a 5; ela se cobriu, efetivamente, quando os preços começaram realmente a crescer. E os Srs. sabem que entre os dias 12 e 25, os preços saíram do patamar inferior de 4 cruzeiros e 50 ...

O SR. ROBERTO SATURNINO — Que tinha sido estabelecido por ela.

O SR. ANTONIO MILÃO RODRIGUES LIMA — Que teria sido o patamar mínimo vendido e o preço estabelecido pelo Banco Central para a realização dessas vendas, para até 7 cruzeiros e 65 centavos, quando ela cobriu a sua última posição.

O SR. PRESIDENTE (Tancredo Neves) — O segundo interpelante é o nosso eminente colega Jutahy Magalhães, a quem concedo a palavra.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Sr. Presidente, lamento profundamente não ter podido acompanhar o depoimento e nem os debates, porque estava presidindo a sessão do Congresso Nacional que somente agora terminou. Mas, como desejava aproveitar a oportunidade para fazer algumas indagações, começaria a indagar sobre o problema da Vale do Rio Doce, do chamado "caso Vale". A impressão que existe, mas também não tive oportunidade de ler o material que foi enviado aqui para a CPI, estou me baseando apenas em algumas faixas de recortes de jornais que tenho hábito de fazer, mas tenho a impressão de que foi mais do que comprovada já, pelo menos por decisões do Tribunal Federal de Recursos e pelo Supremo Tribunal, quanto ao aspecto da legalidade, de que não houve nada de reprovável por decisões já passadas em julgado.

Então, ficaria apenas a dúvida a respeito de possíveis prejuízos ou não e de erros na execução da ordem dada pelo Banco Central e executada por uma Corretora.

Fala-se no problema dos últimos 15 minutos do pregão do dia 11, que no dia 12, teria havido por parte das Bolsas de Valores de São Paulo e de Minas Gerais, levantamento dos trabalhos com proibição de pregão das ações da Vale do Rio Doce, se não me engano, e de que alguma determinada ordem para essas Bolsas teria feito com que os trabalhos fossem reiniciados. Aí, criticou-se o fato de que teria havido uma determinação por parte do Banco Central, que não seria o órgão competente para dar essa ordem. V. Ex^a poderia explicar algo a esse respeito? Quem deu a ordem?

O SR. JORGE HILÁRIO GOUVEA — Na sua ausência, essa pergunta já havia sido respondida.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Lamento.

O SR. JORGE HILÁRIO GOUVEA — É muito importante repisar mais uma vez que não houve abertura do pregão da Vale do Rio Doce no dia seguinte ao dia 11, ou seja, no dia 12. E foi a CVM, sabedora de que não haveria mais venda de grandes lotes naquele dia, que determinou à Bolsa de São Paulo que reabrisse o pregão.

Não houve por parte de nenhuma das Bolsas, no dia do tumulto, nenhuma providência para a suspensão do pregão.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Desculpe-me se eu fizer perguntas que haviam sido feitas porque, como disse, não pude acompanhar os trabalhos por motivos alheios à minha vontade.

Mas a respeito de problema de possíveis prejuízos, eu me baseio em jornal da minha terra, da Bahia, que traz uma declaração de que "as ações da Vale vendidas por Galvêas dão 13 vezes mais lucros". Então, declara que a Vale do Rio Doce teria tido um prejuízo de 13 vezes o valor da ação: Eu gostaria que V. Ex^a também determinasse — isso foi deste ano; portanto, não foi na época do pregão, mas em relação aos preços deste ano — portanto, — gostaria que V. Ex^a explicasse se isso realmente ocorre, se a Vale do Rio Doce com o aumento do valor das ações, se as mesmas hoje estão 13 vezes acima do valor da venda feita pela caução da Vale do Rio Doce.

O SR. JORGE HILÁRIO GOUVEA — Senador, sua pergunta é muito pertinente. Eu, como Presidente da CVM, não sou analista de mercado e era antes da Presidência da CVM, modesto advogado, e nunca pretendi ser analista de mercado.

Mas, rendo aqui minhas homenagens à essa profissão tão difícil que é fazer análise de mercado e avaliar preço de ações na venda em Bolsa de Valores.

Veja, Sr. Senador que, em fevereiro de 1980, o preço médio da ação era Cr\$ 4,34; haviam analistas de investimentos que diziam que essa ação ia chegar a uma cotação de Cr\$ 20,00 no final do ano; haviam outros que achavam que não, que o preço seria diferente. Houve muita oscilação dos preços e, na verdade, aqueles que achavam que a ação ia subir desesperadamente, chegar até Cr\$ 20,00, devem ter ficado um pouco frustrados porque, no mês de outubro, a ação continuava a Cr\$ 4,50. Isso, em termos nominais, sem falar na inflação, quer dizer, em novembro o preço estava muito abaixo do preço médio de fevereiro, como estava muito abaixo do preço de março.

Houve, de fato, uma depressão muito grande em todas as ações, inclusive da Vale do Rio Doce e neste mês mesmo — estamos no mês de maio —, a ação da Vale do Rio Doce já foi cotada a Cr\$ 5,00 e a Cr\$ 6,20.

Realmente, nessa questão de fixação de preços de venda, de negociação ou de análise de investimentos, rendo minhas homenagens aos analistas de mercado que têm uma hercúlea missão de tentar avaliar o melhor preço de determinada ação.

Sendo V. Ex^a, o mais específico na sua pergunta, pretendo ser mais o específico possível na minha resposta: na verdade, as ações da Vale do Rio Doce estão hoje muito abaixo do preço vendido naquela época pelo Banco Central.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Não sei se V. S^a já foi indagado para um ponto que considere, na época, e, pelos recortes que tenho aqui, muito importante: de que teria havido, na venda das ações, uma preocupação da corretora de forçar a baixa do preço para cobrir o prejuízo e o compromisso que teve de adquirir e revender posteriormente, num mercado futuro, ações da Vale do Rio Doce que estavam a descoberto.

Gostaria que V. S^a respondesse, se essa pergunta ainda não tiver sido feita.

O SR. JORGE HILÁRIO GOUVEA — Essa pergunta foi feita e a resposta amplamente debatida.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Então, vamos passar a outro assunto, porque o caso Vale, estou vendo que já foi bastante debatido hoje na minha ausência.

Mas, tenho um assunto que é outro problema, não tem nada a ver com a Vale do Rio Doce.

Sr. Presidente, compareci a um debate na televisão da minha terra e uma das indagações que me fizeram foi de que havia uma determinada pessoa que estava recebendo uma acusação, sendo processada e condenada e, no entanto, o Tieppo estava solto — o falo aqui no Tieppo, porque na época era o caso que estava em destaque — e qual seria minha opinião a respeito do assunto.

Declarei que, no meu entendimento, também esses responsáveis pelos estouros financeiros deveriam responder criminalmente, embora considerassem que aqueles que infringissem outras leis, também deveriam fazê-lo da mesma forma.

Fiz um pronunciamento ao chegar aqui ao Senado, no qual tratei sobre esse assunto. Vou me permitir ler uma parte, até um pouquinho longa, a respeito de um determinado problema que levantei, que diz respeito à Comissão de Valores Mobiliários.

Dizia eu, naquela época:

A esta altura vale indagar porque somente foi aplicada pena de advertência ao Fundo Fiscal Maissonave de Investimentos que, segundo a Comissão de Valores Mobiliários, manipulou, artificialmente, ações da Indústria Nossa Senhora da Aparecida S/A?

Segundo as conclusões do relator do inquérito, Sr. Francisco Roberto André Gros, a operação artificial provocou uma valorização repentina das ações daquela indústria, da ordem de quarenta e sete por cento, numa época em que o mercado, em geral, se apresentava em baixa.

Acrescenta aquele documento que os responsáveis não apresentaram provas ou explicações capazes de elidir a ilicitude das operações, afirmando, textualmente, que a manobra se traduziu em prejuízo para o mercado e "para os terceiros investidores que, iludidos com o artil, teriam adquirido cotas dos mencionados fundos".

Prossegue o relatório salientando que a responsabilidade dos administradores ficou comprovada pelas ordens "dadas às corretoras para a execução das operações irregulares", concluindo, diante das provas insofismáveis constantes do inquérito, por pedir a punição dos administradores que fizeram a "troca de chumbo".

Trata-se de um tipo de ação ilícita que não pode ser singular, como o roubo ou o furto por vezes mas exige, necessariamente, um parceiro. Este existiu, mas a Comissão de Valores Mobiliários, até agora, não revelou seu nome.

Por quê?

Não terá sido ele tão responsável quanto a Maissonave de Investimentos?

É bastante crível a existência de falha na legislação. Mas as leis se fazem para ser provadas na prática. Se há uma omissão legal punitiva, que ela seja sanada, modificando-se a legislação em vigor. Não é possível que os investidores sejam ludibriados por ações ilícitas e os responsáveis sofram uma simples pena de advertência, nem ao menos uma sanção pecuniária, quando exigível a pena privativa da liberdade, justamente dada a gravidade do delito.

V. S^a poderia explicar-me esse problema?

O SR. JORGE HILÁRIO GOUVEA — É uma boa oportunidade que V. Ex^a me dá para explicar o processo punitivo da CVM e a filosofia que ela imprime na aplicação de penalidades e do processo administrativo, principalmente dando oportunidade para o sagrado direito de defesa.

A CVM constatou que no fial — e o mercado todo sabia, durante determinada época, que era uma prática de

mercado — dos exercícios, alguns fundos fiscais, todos não, não vamos generalizar, mas alguns administradores de fundos fiscais — e quando falamos administradores não é a pessoa física administrador, é o Banco de Investimento encarregado da extração do fundo fiscal — que, no intuito de valorizar as suas cotas, criavam condições artificiais de preços, através da "troca de chumbo. Isto que se diz no mercado, isto é: "Eu compro a sua ação, Você me vende a sua ação, a um preço administrado por eles mesmos".

É uma prática lesiva à confiabilidade do mercado, mas que não acarreta um ganho desmesurado para o administrador do fundo; é uma infração muito mais à confiabilidade e à eficiência do mercado, do que um delito de resultado pecuniário altamente importante para o administrador do fundo.

A CVM resolveu atacar de rijo essas práticas e em todos os casos em que ela apurou — se não me engano, foram 5 ou 6 bancos administradores de fundos de investimentos — aplicou a penalidade máxima pecuniária prevista em lei, que é de 500 ORTNs.

Neste caso específico que o Senador mencionou — como a todos nós, a gradação da pena tem que corresponder ao delito — no caso desse Banco, comparado com os outros, foi só uma ação que teve uma criação artificial de preço, uma só ação. Em segundo lugar, o conluio que houve foi feito com um Banco, quer dizer uma troca de chumbo com um banco que já havia sido punido pela CVM na mesma época, pelo mesmo ilícito e de uma forma muito mais gradual, muito maior — 500 ORTNs — porque naquele caso, esta ação era uma ação de uma carteira maior do outro banco de investimentos. E não seria juridicamente possível penalizar o outro banco duas vezes pelo mesmo fato. Por isso ele não foi punido. E o outro que foi punido com advertência, perto dos outros casos, ocorridos na mesma época, não poderia levar a mesma pena.

Então não seria crível que nós fixássemos uma pena pecuniária para um delito menor do que outros administradores de fundos tinham feito na mesma época, com muito maior gravidade e que levaram a pena máxima pecuniária prevista em lei.

Quero, nesta oportunidade, dizer que essa prática de "troca de chumbo," pelas punições aplicadas pela CVM, pela divulgação do resultado através do **Diário Oficial**, como a CVM sempre, faz em todas as suas decisões, o efeito demonstrativo dessas punições — porque é muito mais importante o efeito demonstrativo para efeito de confiabilidade do mercado em geral, do que o agravamento da penalidade — devido a essa circunstância da divulgação da penalidade e a ressonância, o reflexo que teve disso no mercado, não tivemos apesar de toda a fiscalização feita, nenhum outro caso de "troca de chumbo" de nosso conhecimento no mercado. Ficamos satisfeitos que a ação feita pela CVM na punição desses casos, teve um efeito multiplicador muito grande, uma longa prática de mercado não é mais adotada nesse próprio mercado, resguardando a propriedade do mesmo. Não sei se respondi a sua pergunta...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — V. S^a respondeu a pergunta embota eu tenha um pensamento um pouco divergente a respeito das medidas que se fazem necessárias.

Acho que V. S^a conseguiu, com as medidas tomadas, talvez sanar o mercado e evitar a repetição desses fatos. Isso já seria altamente louvável.

Mas tenho estado com uma idéia fixa de que a legislação deveria ser modificada para punir, exemplarmente, aqueles que estão ludibriando os pequenos investidores porque, neste caso, por exemplo, não apenas aumentou o volume de 47% do valor daquela ação, aumentando ficticiamente o seu balanço — porque acho que a idéia era aumentar o valor da sua carteira de ações — mas, também, provocando investimentos de pequenos investidores que, enganados com aquela alta, achavam que as ações estavam realmente valorizando normalmente. En-

tão, como diz o próprio relatório, houve prejuízos de terceiros.

Nesses casos é que eu acho que a legislação deveria ser mais rigorosa e, talvez exagerando, eu digo muito que está na hora de nós trazermos os colarinhos brancos para também responder em perante a lei. Infelizmente isso não é uma prática normal e, por isso é que logo após esse pronunciamento, o Deputado Nilson Gibson apresentou um projeto na Câmara modificando a legislação, aumentando o Poder do Executivo de punir aqueles que cometerem esses delitos. O projeto está em minhas mãos para também estudá-lo e ver se é preciso apresentar alguma emenda a esse respeito.

A finalidade da indagação foi para ter uma informação ficial de como funcionou esse problema e a exposição de V. S^a mostra o que dentro da legislação poderia ser feito; também deve haver gradação da punição; lamento que seja tão baixa mas dentro das normas legais vigentes, V. S^a agiu dentro daquilo que a lei diz.

Agradeço a informação de V. S^a e espero no futuro, conforme disse ao Dr. Longoni ontem, que essa legislação seja modificada para poder punir melhor aqueles que cometem esses crimes.

O SR. PRESIDENTE (Tancredo Neves) — Concedo a palavra ao nobre Relator, Senador José Lins.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Sr. Presidente, se o Relator me permitisse, eu gostaria, porque localizei aqui uma informação, de fazer uma última indagação.

O SR. PRESIDENTE (Tancredo Neves) — Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Localizei aqui a informação de que naquele mesmo dia do pregão tumultuado, depois dos preços baixados, a Ney Carvalho rendeu à própria SMC — que é própria Ney Carvalho — no mercado futuro, exatamente 6 milhões e 810 mil ações da Vale do Rio Doce, o que significa cerca de metade das ações vendidas no mercado futuro naquele dia, o que denota uma participação, não íntima mas, ao contrário, muito expressiva das operações naquele dia.

Isso parece-me em contradição com a afirmação de que essa participação teria sido ínfima.

O SR. JORGE HILÁRIO GOUVEIA — Desculpe, Senador, mas essa operação que V. Ex^a está mencionando é uma operação de **day trade**, ou seja, operação feita no mesmo dia de venda e de compra. Ela fez uma operação de venda, mas também fez operações de compra. Ela fez operações de compra e venda num mesmo dia, o chamado **day trade** e, então, o saldo foi ínfimo em relação às negociações totais do dia.

O SR. PRESIDENTE (Tancredo Neves) — Concedo a palavra ao nobre Senador José Lins.

O SR. RELATOR (José Lins) — Sr. Presidente e Srs. membros da Comissão, o Dr. Jorge Hilário Gouveia Vieira, advogado no Rio de Janeiro, ex-Diretor do Instituto dos Advogados Brasileiros, ex-membro do 1º Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda, Professor de Direito Comercial e ex-Diretor da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, com este currículo participou, também, dos trabalhos da elaboração da Lei das Sociedades por Ações. É, portanto, um homem que tem excepcionais credenciais para bem informar esta Comissão, não bastasse, é claro, a sua posição de hoje, Presidente da CVM.

Por outro lado, Sr. Presidente, é fora de dúvida que o volume de informações prestadas pelo setor público: dados da Caixa Econômica Federal, do Banco Central, do Ministério da Fazenda, da Comissão de Valores Mobiliários, da Bolsa de Valores, são fartamente postos à disposição da Comissão. E são tantos que eu diria que realmente não é fácil nos apercebermos do verdadeiro significado do seu conjunto e, nesse ponto, o nobre Senador Roberto Saturnino tem inteira e total razão.

Eu mesmo, ao iniciar a leitura desses documentos, tive uma impressão diferente daquela a que cheguei na leitura final de todo esse material. O caso da Vale do Rio Doce, parece-me hoje, a mim pelo menos, extremamente claro. E, por uma questão de didática, gostaria de comentar ou de fazer algumas perguntas ao Dr. Hilário, de um modo sistemático que talvez não exija um desenvolvimento muito grande das respostas, mas gostaria de ter uma informação segura, precisa, não digo tipo "sim-não", mas que facilitasse a percepção geral do problema nas suas diversas fases. Nesse problema, Sr. Presidente, estão envolvidos: primeiro, um vendedor das ações da Vale do Rio Doce, no caso, o proprietário das ações, o Governo Federal e essas ações foram vendidas através, não daquela lei que diz que "a União não pode alienar os seus bens", mas através de uma legislação especial.

A primeira pergunta que eu diria ao Dr. Hilário, é se o vendedor tinha realmente competência para fazer essa venda e se essa competência, mesmo depois do fato, foi reconhecida pelo Tribunal de Justiça. Inclui-se a pergunta se esconde à natureza da operação feita: se o vendedor tinha autorização legal para vender; e se estava submetido à alguma limitação quanto ao volume. Esta a primeira pergunta que faço ao Dr. Hilário.

O SR. JORGE HILÁRIO GOUVEIA — Senador, não resta dúvida que o poder e a faculdade do Tesouro Nacional em vender as ações é incontestável. Ninguém mais, hoje em dia, contesta o poder do Tesouro Nacional, através do Banco Central, de vender as ações. Isso foi analisado pelo Poder Judiciário, foi analisado a nível administrativo e não resta nenhuma sombra de dúvida de que é uma faculdade legal que pode ser exercida pelo Tesouro Nacional e o Banco Central. Gostaria, Sr. Senador, se possível, se V. Ex^a me permitir, de resumir rapidamente o que foi o processo de averiguação da CVM nesse chamado "Casos da Vale do Rio Doce".

O que nós, na CVM, tentamos descobrir, ou examinamos e decidimos sobre o que? São 5 itens. Primeiro:

"É da competência da CVM, em vista do relatório de inquérito, das razões de defesa apresentados e das informações prestadas pelo Banco Central, verificar se os servidores do Banco Central do Brasil, ao venderem aquela quantidade de ações violaram o artigo 19 da Lei nº 6.385, sobre registro de instituição de emissão."

Foi muito dito nesta Casa, no Congresso Nacional, da necessidade do registro prévio na CVM. Esta tese foi totalmente descartada, não só pela CVM, mas também pelo Poder Judiciário, de que não houve violação do artigo 19 da Lei nº 6.385, isto é, não é necessário o registro prévio na CVM.

Segundo:

"Se a venda foi realizada com infração às normas votadas pelas Bolsas de Valores, em cumprimento a Carta-circular 303; em caso afirmativo, quais os responsáveis por essa inflação."

Realmente houve violação da 303, foi apurada essa violação e, como os destinatários dessa Carta-circular 303 são os intermediários do mercado, a responsabilidade pela observância da Carta-circular 303 compete, única e exclusivamente, aos intermediários e à Bolsa de Valores.

Terceiro:

"A venda foi realizada com o propósito da Corretora ou dos servidores do Banco Central do Brasil, de criarem condições artificiais de demanda, oferta ou preço de ações?"

Não, não houve dolo, não houve o intuito de, segundo todos os documentos, testemunhos e todos os fatos apre-

ciados pela CVM, nada poderia levar a CVM a decidir que houve por parte da Corretora ou por parte do Banco Central, o intuito de criar condições artificiais de demanda, oferta ou preço de ações.

Quarto:

“Examinamos se as condições em que foram vendidas ações no final do pregão do dia 11, caracterizam infração às normas e práticas das Bolsas de Valores. Em caso afirmativo, quais os responsáveis por essa infração?”

Verificamos que houve, realmente, no final do pregão, infrações às normas e práticas de mercado e, portanto, punimos aqueles infratores que foram à Corretora e o seu operador.

Quinto:

“Se houve vazamento no mercado, de informação da venda de ações pelo Banco Central do Brasil, em condições a permitir que os investidores do mercado tenham negociado na posse de uma ação privilegiada”.

Como os srs. Senadores têm conhecimento dos documentos apresentados pela CVM, examinamos exaustivamente o perfil de cada um dos investidores que adquiriram ações da Vale do Rio Doce no pregão do dia 11, especificamente aqueles que compraram mais volumes a preço de 4,50 e chegamos à conclusão de que absolutamente não houve o menor indício de vazamento da informação com respeito ao preço pré-fixado.

Digo e repito que esses 5 itens foram objeto de investigação da CVM. Foi um trabalho do qual muito me orgulho, não porque eu o tenha elaborado, uma vez que o foi equipe da CVM: cansei-me de sair da CVM às 11 horas da noite e os funcionários da CVM estavam trabalhando na pesquisa de todos esses elementos necessários para a apuração da verdade. Foi um trabalho, no meu ponto de vista, da maior profundidade, examinamos todos os aspectos da questão, levantamos todos os ângulos de acusações e chegamos à conclusão que chegamos punindo aquele que nós achávamos que, por justiça, deveria ser punido.

Se for do interesse do Senado Federal, diria que a CVM está, como sempre, à disposição dos membros desta Casa para prestar mais informações, além daquelas que estão em todo esse dossiê que mandamos à esta Comissão. Mas levando em consideração também que a CVM, ao julgar o processo, levou em consideração todos aqueles elementos que tinha à sua disposição. E foi aí que ela tentou fazer justiça: aliás, decisão da CVM esta, que foi inquinada de ilegal por parte do apenado, tanto da Corretora quanto do Presidente da Bolsa, que recorrem à Justiça Federal tendo esta reconhecido a justiça da penalidade imposta ao intermediário.

O SR. RELATOR (José Lins) — Sr. Presidente, acho que o Dr. Hilário já avançou em algumas respostas às questões que eu ia levantar, mas a fim de facilitar o esclarecimento do problema, que me parece bastante complexo, o primeiro personagem, portanto, que comparece nesta questão é realmente o vendedor. O vendedor, segundo as informações e os documentos, era realmente hábil para fazer a venda — e, segundo S. S^a confirma, em duas ações — uma popular e outra de mandado de segurança da Ney Carvalho —, tanto o Tribunal Federal de Recursos, como o Tribunal de Justiça, reconheceram que a venda procedida pelo setor público não sofreu qualquer laivo de irregularidade. Inclusive, quanto ao volume que, volume, se não me engano — gostaria de ter a confirmação do Dr. Hilário de Gouveia, se é que é possível fazê-la agora —, quanto representou em percentual o volume total vendido desde o dia 5 até o dia 11, sobre o volume de ações da Vale do Rio Doce?

O SR. JORGE HILÁRIO GOUVEA — O percentual das ações vendidas — são pouco mais de 150 milhões de ações —, em relação à Carteira do Tesouro Nacional das ações da Vale do Rio Doce, é uma parcela ínfima. Não tenho o número na cabeça, mas a Carteira do Tesouro Nacional das ações da Vale do Rio Doce é muitíssimo superior aos 150 milhões de ações vendidas no período.

O SR. RELATOR (José Lins) — Estou informado de que esse volume representaria cerca de 1,62% do total dessas ações. Mas, é realmente uma quantidade ínfima, V. S^a confirma.

Neste caso, passaríamos a analisar a posição do segundo personagem que comparece a esse problema, que é a Corretora. A Corretora poderia ter executado uma ordem errada do vendedor e, nesse caso, poderia ter influenciado um preço ou trazido o preço dos papéis a um nível inferior ao limite ofertado pelo vendedor, poderia ter burlado as normas da própria Bolsa ou da CVM, poderia ter provocado com isso, prejuízos ao vendedor das ações e poderia ter manipulado o mercado em seu benefício. V. S^a já deu informações completas a respeito de todos esses itens. Quanto às normas, houve o inquérito que abrangeu, evidentemente, a análise do procedimento normativo, da verificação da observância das normas da Bolsa e da CVM; o problema dos preços também foi analisado; o problema do prejuízo, se não me engano, foi levantado pelo nobre Senador Jutahy Magalhães e, quanto à manipulação do mercado em benefício próprio, foi objeto da inquirição do eminente Senador Roberto Saturnino e V. S^a já deu alguma informação sobre isso.

Mas, em torno desse problema, isto é, da posição da Corretora nessa questão toda que tanto tumulto causou, houve um inquérito procedido a nível da Bolsa e da CVM, e houve um recurso interposto pela Corretora a nível do Tribunal. Qual é o resumo dessas providências e qual o resultado do inquérito e do recurso interposto no Tribunal?

O SR. JORGE HILÁRIO GOUVEA — A CVM puniu a Corretora e o seu operador, por infringência à normas e práticas do mercado, consubstanciadas na Cartão-circular 203 e nas normas da própria Bolsa a respeito do assunto.

Friso que, anteriormente, a Bolsa já tinha punido outro intermediário por infringência à essa mesma Cartão-circular 203. A própria Bolsa, no seu inquérito, disse que havia a infringência da 303, mas deixou de punir o intermediário. A CVM, examinando todas as circunstâncias do caso, bem como todos os ângulos: responsabilidade do vendedor, intermediário e comprador, chegou à conclusão que de fato havia ocorrido tão-somente, face aos 5 itens levantados, a infringência da Cartão-circular 203 que, para a confiabilidade do mercado, é da maior importância que ela seja respeitada, como a própria Bolsa já o tem feito desde esse episódio, com muito mais rigor no seu poder de auto-regulação.

Desde o ano passado, nós já tivemos mais de 30 ou 50 casos de cumprimento específico de venda de grandes lotes, através do mecanismo de leilão especial. E, por causa desses fatos, a CVM puniu o intermediário, puniu o Presidente da Bolsa, a Corretora, e o seu operador. A decisão da CVM foi contestada em juízo, na Justiça Federal, através de mandado de segurança e o Juiz, entrando no mérito da questão, disse que realmente o intermediário, a Corretora, tinha infringido a Cartão-circular 203 da CVM e que a ela era dirigido, dando, então, razão à CVM na sua decisão considerando legal a penalidade imposta à Corretora.

No que se refere ao poder do Governo vender, já tratamos desse assunto. A CVM tratou mais da forma de venda do que do poder propriamente dito de o Estado vender as ações, porque isto é incontestável por todos.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Por intermédio de V. Ex^a, Senador José Lins, eu poderia pedir uma informação adicional a respeito da proposta?

O SR. RELATOR (José Lins) — Se a Presidência me permite, terei o maior prazer.

O SR. PRESIDENTE (Tancredo Neves) — V. Ex^a poderá fazê-lo até diretamente, que o Relator não vai se sentir constrangido,...

O SR. RELATOR (José Lins) — Pelo contrário.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Obrigado. Gostaria apenas de saber se as ações vendidas foram ordinárias ou preferenciais.

O SR. JORGE HILÁRIO GOUVEA — Preferenciais.

O SR. JOSÉ LINS — Gostaria que V. S^a nos explicasse qual foi realmente a norma infringida, no caso da 203. Qual o conteúdo dessa exigência normativa?

O SR. JORGE HILÁRIO GOUVEA — A norma visa assegurar a todo investidor, um conhecimento equânime sobre vendas de grande lote, porque toda venda de grande lote de ações por parte de um investidor, altera as condições de mercado. Então, é necessário que o intermediário, quando verificar que se trata de um grande lote, isto é, uma negociação a nível superior à média dos últimos pregões, que comunique à Bolsa o seu desejo de vender um grande lote de ações e que se proceda, então, ao mecanismo do leilão especial, para que todos os investidores estejam aptos a decidir por compra, venda ou permanecer com as ações que vão ser objetos do leilão especial.

É um mecanismo utilizado para que as forças compradoras converjam com as forças vendedoras no momento da venda de grandes lotes.

Daí a necessidade dessa regulação por parte das Bolsas de Valores, que a fizeram, a prática desses leilões especiais tem sido adotados com bastante frequência, sendo de ressaltar que esta norma, este ato administrativo do CVM é dirigido ao intermediário porque só ele pode ter sensibilidade para saber quando há um volume substancialmente superior à média dos últimos pregões. Se, por acaso, esta norma fosse aplicada ao investidor em geral, — por isso a CVM a fez, só direcionando-a aos intermediários, que são os especialistas no assunto, que têm sensibilidade para o que é um grande lote, o que é um volume sensivelmente superior à média dos últimos pregões. Se a CVM não tivesse tomado essa providência de endereçar a norma somente aos intermediários, receio que o mercado não funcionasse com eficiência, porque o investidor jamais saberia o que é venda de grande lote e o que é média sensivelmente superior aos últimos pregões.

Então, é uma norma específica para os intermediários, pois somente eles têm a sensibilidade de absorvê-la; esta norma só tem penetração no meio dos intermediários e não do investidor. Uma coisa importante de ressaltar é que a CVM entende a nível de investidor, todos os investidores são iguais, seja o setor público, seja o privado. Esta regra para o intermediário, aplica-se a todos os corretores, mas os corretores são os responsáveis para detectar, juntamente com as Bolsas, quando há uma venda de grande lote.

O SR. RELATOR (José Lins) — V. S^a analisou o problema também do ponto de vista do vendedor, ou seja, do Banco Central, Ministério da Fazenda. A norma foi infringida pela Corretora e a ela competia essa observância; nunca, portanto, ao vendedor.

Desde que houve, de qualquer modo, alguma anormalidade no pregão, sobretudo do dia 11, naturalmente competiria ao terceiro personagem presente no problema, que seria a própria Bolsa de Valores, analisar a ques-

tão e providenciar para que o mercado voltasse à sua normalidade.

É sabido que, em função do tumulto que se estabeleceu naquele dia, as Bolsas de Valores de São Paulo e de Belo Horizonte reagiram, inclusive fechando as suas portas.

A pergunta é se essa informação é correta e, sendo correta, se houve uma reabertura imediatamente posterior imposta pelo próprio Banco Central?

O SR. JORGE HILÁRIO GOUVEA — As ações da Vale do Rio Doce foram suspensas no dia seguinte ao dia 11, quando não havia mais motivo para tanto, porque não haveria a presença de um investidor, de uma Corretora vendendo grandes lotes de ações.

Não houve suspensão durante o pregão do dia 11, as Bolsas não fizeram nada, só acompanharam o pregão e, no dia seguinte, a Bolsa de São Paulo efetivamente suspendeu a negociação das ações da Vale do Rio Doce e a CVM determinou a reabertura do programa com as ações da Vale esclarecendo, inclusive, à Bolsa de São Paulo, que não haveria mais razões para a suspensão naquele dia, porque estava esclarecido quem era o comitente e o mesmo não iria vender mais grandes lotes daquelas ações.

O Banco Central não enviou telex, não determinou à Bolsa nenhuma medida e essa providência foi tomada, como lhe competia, pela CVM e o pregão no dia 12 foi absolutamente normal.

O SR. RELATOR (José Lins) — Uma vez que a Bolsa tomou as providências devidas exigidas pelo tumulto criado pelo pregão, sobretudo do dia 11, primeiro, através de um inquérito administrativo que teve, como consequência, uma análise posterior da própria CVM e, em seguida, um recurso da Ney Carvalho em seu próprio benefício junto ao Tribunal, pergunto se haveria mais alguma instância capaz de julgar novamente tudo isso ou se a Bolsa e a CVM estão satisfeitas com essa série de inquéritos e julgamentos realizados pelos órgãos competentes?

O SR. JORGE HILÁRIO GOUVEA — A CVM cumpriu o seu dever de examinar profundamente o caso. Não conheço nenhum episódio que tenha sido objeto de tanta investigação, como esse do chamado caso Vale. Em todas as instâncias — na administrativa, posso falar com certa tranquilidade, porque o trabalho realizado foi realmente o máximo que nós podíamos fazer, agimos com inteira liberdade buscando a verdade dos fatos e estamos com a consciência tranquila do dever cumprido — a instância judicial, reconhecendo a legalidade da decisão da CVM, é sempre reconfortadora. Claro que a CVM se rende sempre à soberania do Poder Judiciário.

Mas, repetindo, o CVM cumpriu o seu dever, examinou a fundo todas as circunstâncias, os Tribunais em outra esfera, sob competência do Ministro da Fazenda, também examinou a questão, decidindo favoravelmente. Creio que nunca vi, no mercado, nenhum episódio em que tenha havido tanta investigação e tanto cuidado na apuração da verdade.

O SR. RELATOR (José Lins) — Apenas mais uma pergunta: tendo em conta que o tumulto que se estabeleceu em torno do episódio das ações da Vale do Rio Doce, realmente trouxe julgamentos de toda a natureza, tanto com relação à ação do Governo, quanto à posição da Corretora, da Bolsa, da CVM, em suma de uma série de autoridades, V. S.^a acha que todo esse tumulto com visível prejuízo, pelo menos momentâneo, para o conceito da Bolsa, embora esse prejuízo dependa mais de um julgamento, que fatalmente pode ser reformulado em função de análise mais profunda, eu pergunto se isso veio em decorrência de uma bolsa da legislação atual, das normas atuais ou se essas normas estão boas?

Esta Comissão tem um profundo interesse na análise do sistema institucional financeiro brasileiro, mas de seus instrumentos mais importantes, como é o caso da legislação relativa ao mercado de valores mobiliários, de modo que a opinião de V. S.^a é muito importante.

Esse episódio decorreu da falha da instrumentação legal e normativa da Bolsa e da CVM, o que redundaria numa exigência de reanálise dessa legislação e dessas normas, ou S. S.^a acha que isso decorreu apenas de uma falha momentânea da Corretora?

O SR. JORGE HILÁRIO GOUVEA — É uma boa pergunta, que exige de minha parte uma certa cautela na resposta.

Em primeiro lugar, como é público, a Carta-Circular nº 303 que é dirigida às Bolsas, tem suas imperfeições. A CVM, inclusive, está estudando juntamente com as Bolsas, uma fórmula para torná-la mais eficaz. Mas o episódio, em si, não decorreu de uma falha da norma da 303; acredito eu que tenha sido muito mais uma questão de não observância no caso específico de uma norma de mercado.

Para aqueles que dizem que nesse caso específico da 303, ou seja, o leilão especial, principalmente do dia 11 seria difícil, porque o intermediário não podia saber que era um grande lote, respondo que, uma vez o fato passado, ficou patente, pelo menos no dia 11, que o intermediário sabia que se tratava de um lote bastante superior aos últimos pregões. No caso específico, acredito que não tenha sido um erro da norma, apesar de a norma ser imperfeita e apesar de estarmos estudando, junto com as Bolsas, uma melhoria para torná-la mais eficaz. Mas essa ineficácia não abrangia esse caso específico da Vale do Rio Doce.

Como já disse na minha exposição inicial, a posição da CVM em matéria de confiabilidade de mercado e de regulação para dar uma nova confiabilidade ao mercado, essa regulação é evolutiva, à medida que vai se passando o tempo, à medida que vai se sentindo a necessidade de aperfeiçoar as normas e criar novas normas.

Como fixou o Conselho Monetário, quando for necessário, a CVM poderá pensar em regular as chamadas distribuições secundárias, isto é, a venda de grandes lotes por parte do investidor. Mas a CVM ainda não baixou normas sobre o assunto e, quando baixá-las, vai ouvir todos os investidores e toda a comunidade para saber, inclusive, sobre a oportunidade da regulação desse assunto.

O SR. RELATOR (José Lins) — Sr. Presidente, o Relator está satisfeito. Agradeço ao Dr. Jorge Hilário Gouvea, a grande contribuição que trouxe ao esclarecimento de um dos principais problemas que são objetos de inquirição desta Comissão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tancredo Neves) — Não havendo mais interpellantes inscritos, dou por encerrados os nossos trabalhos, mais uma vez agradecendo ao Dr. Jorge Hilário Gouvea pela sua presença e pela maneira clara, objetiva e quase didática com que respondeu às indagações dos ilustres membros desta Comissão.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 51 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (Resolução nº 52/80)

14ª Reunião, realizada em 15 de Outubro de 1981

Às dez horas e quinze minutos do dia quinze de outubro do ano de mil novecentos e oitenta e um, na Sala da Comissão de Finanças, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pela Resolução nº 52, de 1980, destinada a investigar o funcionamento do Mercado Financeiro do País, presentes os Senhores Senadores Tancredo Neves, José Lins, João Lúcio, Jutahy Magalhães, Bernardino Viana, Leite Chaves, Henrique Santillo e Dirceu Cardoso.

lhães, Bernardino Viana, Leite Chaves, Henrique Santillo e Dirceu Cardoso.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Lomanto Júnior, Almir Pinto, Jorge Kalume, Roberto Saturnino, Pedro Simon, Cunha Lima, Jaison Barreto e Affonso Camargo.

Abertos os trabalhos, o Senhor Senador Tancredo Neves, Presidente, dispensa a leitura da Ata da reunião anterior. Colocada em discussão e votação é a mesma aprovada.

Em seguida, a palavra é concedida ao Ministro Ernane Galvêas, que agradece a sua convocação de estar nesta CPI, principalmente presidida pelo Senador Tancredo Neves. Iniciando a sua exposição, o Senhor Ministro Ernane Galvêas declara que preparou um trabalho relativo à evolução do Sistema Financeiro e do Mercado de Capitais no Brasil. Desenvolveu algumas considerações sobre as dificuldades atuais porque atravessa a economia brasileira. Sobre a evolução do sistema financeiro, afirmou o seguinte: dentro das três fases em que foi dividido a evolução do sistema, vimos que ele se comportou antes da criação da antiga SUMOC, depois de vinte anos de vida da SUMOC e de sua convivência com o Banco do Brasil e, a partir de 1965, com a reestruturação do sistema, tanto do lado do sistema financeiro, quanto do mercado de capitais.

Após a exposição do Senhor Ministro, argüíram o deponente, os Senhores Senadores Leite Chaves, Bernardino Viana, Jutahy Magalhães, Henrique Santillo, Dirceu Cardoso e José Lins, todas respondidas satisfatoriamente.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Haroldo Pereira Fernandes, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, é assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, devidamente autorizada com o apanhamento taquigráfico da presente reunião.

ANEXO À ATA DA 14ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO Nº 52, DE 1980, "DESTINADA A INVESTIGAR O FUNCIONAMENTO DO MERCADO FINANCEIRO DO PAÍS", PARA OUVIR O DEPOIMENTO DO MINISTRO ERNANE GALVÊAS, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO. (ÍNTGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REFERIDA REUNIÃO.)

O SR. PRESIDENTE (Tancredo Neves) — Esta Comissão se honra em receber hoje o Ministro Ernane Galvêas. É um nome que dispensa adjetivos e dispensa apresentação.

Os que acompanham a vida do Brasil nesses últimos decênios o vêem sempre presente em todos os setores da atividade pública, dando a contribuição do seu talento, da sua cultura e do seu espírito público. Não há setor na Administração Financeira do País a que ele não tenha levado o seu esforço e não tenha levado o seu espírito público. Nós que o conhecemos de muitos anos e que tivemos a honra de trabalhar com ele, muito de perto e em longos períodos, podemos dar de público o testemunho de que é, na sua geração, um dos brasileiros mais ilustres, mais íntegros e mais devotados à causa de nosso povo.

Aqui hoje vamos ouvi-lo numa exposição sobre os objetivos desta Comissão e ninguém com mais competência do que ele para fazê-lo, porque acompanha de perto a evolução das nossas instituições financeiras, tanto nas horas em que navegamos em mar bonançoso, como naquelas horas em que tivemos de enfrentar ondas encapeladas.

Ernane Galvêas, se nos permite, num raro divergir das posições políticas que são menos suas do que do Gover-

no, nem por isso deixa de ser o credor do nosso respeito e da nossa admiração, pelo muito que o Brasil deve a S. Ex^a.

Concedo a palavra ao ilustre Ministro para a sua exposição.

O SR. ERNANE GALVÊAS — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Devo dizer que foi com a maior satisfação, meu estimado amigo e ilustre Senador Tancredo Neves, que aceitei o convite para vir aqui a esta Comissão do Senado, destinada a investigar o funcionamento do Sistema Financeiro e que já abrigou o depoimento de tantas pessoas credenciadas na área da economia nacional com testemunhos valiosos para o resultado do trabalho que se espera desta Comissão.

Sinto-me particularmente muito honrado de, sendo esta a primeira vez que venho a uma Comissão do Senado, fazê-lo numa comissão presidida por V. Ex^a, com quem eu trabalhei quando Primeiro-Ministro e quando Ministro da Fazenda, ocasião em que lá me encontrou como um Consultor, um Assessor Econômico, aprendendo desde cedo a admirar o seu trabalho, a maneira elevada com que o ilustre Senador sempre tratou as coisas públicas no Brasil e o seu interesse nacional.

Preparei um trabalho, Sr. Presidente, relativo à evolução do Sistema Financeiro e do Mercado de Capitais no Brasil, especialmente para servir de subsídio ao trabalho do Relator e à análise dos Membros desta Comissão sobre o tema a que se propõe. Pretendo deixar este trabalho com a Comissão e fazer umas considerações rápidas sobre a evolução do Sistema Financeiro no Brasil.

Desenvolvo também, nesse mesmo trabalho, algumas considerações sobre as dificuldades atuais por que atravessa a economia brasileira, para concluir com observações e informações sobre a estratégia que preside a atual política econômica, voltada para dar soluções principalmente aos problemas da inflação, aos problemas do balanço de pagamentos, aos problemas de energia e de desenvolvimento econômico, que nesses últimos anos realmente mudaram de rumo, depois de uma fase de longo progresso na economia nacional.

Sobre a evolução do Sistema Financeiro, já tantos depoimentos aqui foram feitos; além desse trabalho que trago hoje, também o Banco Central supriu a Comissão com vários documentos, todos eles muito amplos em informações, estatísticas e dados que pudemos recolher para trazer à consideração dos Senhores Membros.

Mas, direi o seguinte: estamos realizando uma experiência que não é de muitos anos. Dentro das três fases em que dividimos a evolução do Sistema Financeiro nesses últimos anos, vimos como ele se comportou antes da criação da antiga SUMOC, depois dos 20 anos de vida da SUMOC e de sua convivência com o Banco do Brasil, dentro de uma organização provisória em que se preparava a criação do Banco Central e uma nova organização financeira no País, e, a partir de 1965, com a reestruturação do sistema e a reformulação que se imprimiu, tanto do lado do Sistema Financeiro, quanto do Mercado de Capitais.

Antes da SUMOC, todos nós sabemos, o Banco do Brasil funcionava como centro absoluto do sistema. Era, ao mesmo tempo, Banco Central, Banco Agrícola, Banco de Desenvolvimento, líder do Sistema Bancário Nacional, e não se pode deixar de creditar ao Banco do Brasil o extraordinário trabalho que realizou e que vem realizando em todas essas áreas.

A criação da SUMOC, em 1945, foi, particularmente, um resultado da Conferência de Bretton Woods; sempre lembramos isso com o nosso estimado Professor Bulhões, que, ao regressar da reunião da qual surgiram o Fundo Monetário e o Banco Mundial, trouxe as novas idéias que iam presidir a estratégia da política econômica, do comércio internacional, da política de câmbio, da estabilidade monetária interna e externa, considerados os novos instrumentos, que se criaram em Bretton

Woods, para enfrentar a desorganização — quase que a indisciplina cambial — que imperava em toda a esfera internacional.

A SUMOC, com a intenção de preparar o terreno para a criação do Banco Central, levou talvez um pouco mais de tempo do que esperávamos — duas décadas, mais instituiu um sistema de Banco Central no Brasil, que, praticamente, foi a base da reorganização a partir de 1965. A criação do Conselho da SUMOC trouxe uma instituição, um conselho, um órgão novo, que reunia uma série de poderes, delegados pelo Congresso Nacional e reforçados através da Lei nº 4.595. A partir daí, ganhamos, uma enorme flexibilidade na condução dos assuntos econômicos, financeiros, cambiais, e, até mais do que isso, atualmente uma estreita coordenação entre a política monetária-cambial e a política fiscal.

Na expressão de alguns analistas da história do Sistema Econômico e Financeiro no Brasil, talvez uma das idéias mais felizes, implementadas no Brasil, foi a criação do Conselho da SUMOC, hoje Conselho Monetário Nacional.

Uma coisa importante de verificarmos nessa evolução do sistema é como ele evoluiu em resposta às modificações e exigências da própria transformação verificada na estrutura da economia nacional.

Saímos da Guerra, terminada em 1945, com uma série de problemas. O país tinha passado vários anos sem poder importar uma série de produtos que a economia precisava para o seu funcionamento regular: máquinas, equipamentos, veículos, material de transporte, matérias-primas essenciais. Não podendo importar, durante o período da Guerra, os produtos de que necessitava, o País improvisou a sua produção durante essa fase e foi mantada uma estrutura preliminar e provisória, que depois iria se consolidar no período de após guerra, principalmente a partir de 1950. Os efeitos da Guerra sobre as transformações na economia nacional foram, realmente, da maior importância, pelas necessidades de nos adaptarmos às novas exigências da conjuntura.

Passamos a produzir o que antes nós importávamos: bens de consumo duráveis, veículos, geladeiras, televisores, rádios, etc. É impressionante ver como, em 1950, o País praticamente não produzia esses bens e como, em pouco tempo — cerca de 10 anos, em 1960 o País multiplicando essa produção numa velocidade espantosa, que dava ao crescimento do Produto Nacional uma taxa incomparável e, talvez, colocava o Brasil num ritmo de crescimento, que poucos países experimentaram, a não ser o Japão, por força da própria estagnação sofrida durante a guerra, e depois a Alemanha e a Itália, pelos mesmos motivos.

Passamos a produzir esses bens de consumo duráveis na indústria de transformação, passamos a produzir máquinas e equipamentos e passamos a exportar esses bens.

Isso constituiu um tremendo desafio à velha estrutura do sistema financeiro nacional. Nós, que, antes, tínhamos um sistema simplificado, baseado fundamentalmente nas operações de curto prazo dos bancos comerciais, com os banqueiros acostumados e acomodados aos descontos de borderôs e duplicatas, de repente nos defrontamos com o desafio de ter de inovar em matéria do sistema financeiro, de criar novas instituições para financiar essa nova produção, que passava a ser realizada na economia nacional, e de ter de inovar em matéria de financiamentos de médio prazo e financiamentos de longo prazo para equipamentos e máquinas, que passaram a ser produzidos no País, principalmente a partir de 1956.

O sistema tinha, então, enormes limitações, porque, na sua simplicidade, os bancos comerciais, com essas operações de curto prazo, a Caixa Econômica, fazendo um pouco de financiamento à habitação e de financiamento de consumo, naqueles empréstimos de consignação, e as companhias de seguro, que também financiavam habitações e a construção de edifícios comerciais,

constituíam praticamente todo o sistema financeiro do Brasil.

O desenvolvimento industrial e o processo de industrialização e de urbanização acirraram o processo inflacionário, no Brasil. A inflação tomou um ritmo mais intenso, agravou-se o problema da habitação, porque a inflação, ao lado da lei da usura, levou a um processo de diminuição de poupança, em que, praticamente, desapareceram os depósitos a prazo nos bancos comerciais, retirando a possibilidade de que, através da velha estrutura, se ingressasse num processo de financiamento adequado às novas necessidades. Então, tivemos um descompasso grande entre os meios e instrumentos financeiros e as necessidades de financiar essa nova produção.

Os artificios que a economia foi inventando, através de operações triangulares, de operações no mercado paralelo, para remunerar a formação de poupança, foram conduzindo as Autoridades à procura de uma solução.

A primeira experiência nesse campo, para dar uma resposta a esses novos desafios, a essas novas necessidades da economia, foi a criação do BNDE, em 1952. O BNDE trazia, na esteira da sua criação, um programa de reaparelhamento econômico, com grandes ambições, para financiar transportes, siderurgia, indústria pesada. Assim, coube ao BNDE, a partir de 1952, uma grande responsabilidade no processo de reestruturação da economia nacional do pós-guerra.

Antes, tivemos a criação do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, que não prosperou muito; hoje é que está ganhando alguma projeção. Criamos depois o Banco do Nordeste do Brasil, em 1962, para dar um atendimento específico às necessidades do Nordeste. Um pouco mais tarde, reformulamos, em 1966, o Banco da Amazônia, anteriormente Banco da Borracha. Assim, fomos constituindo, na área oficial, algumas grandes unidades financeiras de segunda linha.

E, na área privada, também começamos uma primeira experiência, com uma portaria, de 1959, do Ministro da Fazenda, que criou as sociedades de crédito e financiamento e as sociedades de investimento. As primeiras com a finalidade específica de financiar a venda de bens de consumo duráveis e fazer algum financiamento de capital de giro a médio prazo e as sociedades de investimentos, como precursoras dos bancos de investimento, com a finalidade de criar condição para o mercado de capitais no Brasil, para a venda de ações e papéis de mais largo prazo.

Com essa primeira experiência, já indicando que as Autoridades adotavam as práticas de outros países, no sentido da especialização do sistema financeiro, contrariamente à experiência europeia, principalmente a alemã, que concentrava nos bancos comerciais praticamente todas as atividades financeiras, desde os financiamentos de habitações e os financiamentos a longo prazo, até os financiamentos de curto prazo, adotamos mais o modelo americano — modelo composto de bancos comerciais, com operações de curto prazo, de instituições especializadas no financiamento de consumo e de instituições especializadas na construção de habitações e, também, no mercado de capitais.

Nessa primeira experiência, tivemos também o problema da lei de usura convivendo com o problema da inflação e fomos descobrindo mecanismos e artificios para estabelecer esse convívio: primeiro, a venda de letras de câmbio, com ágio; depois, com deságio, o que iniciou ou deu partida a uma experiência, que ia terminar em 1964, com o estabelecimento da correção monetária. Quando nós criamos, para as Obrigações Reajustáveis do Tesouro, a figura da correção monetária, era nessas experiências dos ágios e deságios das letras de câmbio que havíamos realizado o primeiro exercício nessa direção.

A partir daí, só em 1964 foi feita a grande transformação, a reestruturação do sistema, definida por dois marcos importantes: a Lei nº 4.595, de dezembro de 1964, que transformou o Conselho da SUMOC em Con-

selho Monetário e criou o Banco Central, convertendo praticamente a organização da antiga SUMOC numa instituição definida de banco central, no Brasil, resolvendo uma velha questão que, desde os anos de 1920, vinha sendo discutida no Congresso e no Executivo, e a Lei nº 4.728, que deu a estrutura atual do mercado de capitais.

Com isso procedeu-se, realmente, a uma total transformação do sistema. O Banco do Brasil continuou, e continua como uma instituição oficial mais ativa na área de execução da política traçada pelo Conselho Monetário. O Banco Central passou a ser a instituição que assessora o Conselho, prepara os estudos técnicos, fiscaliza o sistema e impõe ao mesmo a disciplina necessária para o seu melhor comportamento e a sua maior eficiência. O Banco do Brasil continuou como agente do tesouro, como principal instituição na área de crédito rural e na execução da política de preços mínimos, como caixa única do sistema financeiro, como a instituição que realiza a câmara de compensação; ademais, ficou com as funções de recolher os depósitos voluntários dos bancos e exercer, através da CACEX, um papel da maior importância na disciplina e no controle de comércio exterior.

Então, realmente definimos a estrutura do sistema com base nas características de especialização: os bancos comerciais nas operações de curto prazo, os bancos de investimento no mercado de capitais, na venda de papéis e nas aplicações de longo prazo, as sociedades financeiras com o crédito ao consumo e, no sistema de distribuição do mercado de capitais, as bolsas de valores, com as corretoras e as distribuidoras também bastante especificadas nas suas atividades.

Ao lado desse sistema, construímos o que se poderia denominar de um subsistema do BNH — o Sistema Financeiro da Habitação, com o BNH administrando o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, que, hoje, se constitui numa tremenda massa de recursos e que serve, basicamente, para aplicações e investimentos na área social, em casas populares, em saneamento, na realização de obras para fornecimento de água às cidades. Ao lado do BNH, criamos as sociedades de crédito imobiliário e as APES, com as cadernetas de poupança e as vendas de letras imobiliárias, que estão desaparecendo em função da grande atração que exercem aquelas cadernetas.

No contexto desse novo sistema, as Caixas Econômicas Estaduais praticamente passaram a funcionar como bancos comerciais mistos, com algumas atividades, também, na área de poupança, e houve uma grande transformação com a unificação da Caixa Econômica Federal, que passou, realmente, a ser a instituição líder do Sistema Financeiro da Habitação.

Nessa evolução e buscando sempre mobilizar recursos com natureza e prazos em condições compatíveis com os requerimentos e as necessidades dos financiamentos para essa transformação da economia nacional, partimos para a criação dos grandes fundos financeiros.

Já tínhamos o fundo da Marinha Mercante, que financiava a construção naval; criamos, no BNDE, o FINAME e o FIDEME, para financiamento de máquinas e equipamentos e para financiamento da média e pequena empresa; criamos, no Banco do Brasil, o FIDEPE, para importação de máquinas, e o FUNDECE, para capitalização das empresas.

Mais tarde, face aos requerimentos das necessidades do balanço de pagamentos e das importações, criamos o FINEX, que hoje constitui um fundo da maior importância para financiar a produção exportável de bens de consumo, de máquinas e de equipamentos.

Ademais, criamos, no BNDE, como subsidiárias, a FIBASA, para capitalização de empresas na área de matérias-primas básicas, a EMBRAMEC, para máquinas e equipamentos, e a IBRASA, para o fortalecimento do capital próprio das instituições nacionais.

Com vistas ao desenvolvimento do Norte-Nordeste e do centro do País, criamos o PIN, de início especialmente voltado para a construção da rodovia amazônica, o

PROTERRA, que tem tido um desenvolvimento importante, e, em seguida, o Programa Sertanejo, o POLO-CENTRO e outros programas, todos eles com recursos específicos e dentro da mesma concepção dos grandes programas.

Mais recentemente, em 1971, criamos, também, dois importantes programas de alto sentido social, que foram o PIS e o PASEP, sendo, inicialmente, o PIS totalmente administrado pela Caixa Econômica e o PASEP pelo Banco do Brasil. Esses programas propiciam uma mobilização de grandes massas de recursos, que em muito tem ajudado na reformulação do sistema para dar atendimento ao programa de urbanização, de desenvolvimento urbano e a todos os programas de investimento, que requeiram capital mais estável e de mais longo prazo. Atualmente, esses programas estão orientados mais na direção das carteiras de aplicação do BNDE, embora com a administração acessória do Banco do Brasil, no tocante ao PASEP, e da Caixa Econômica, no tocante ao PIS.

O sistema evoluiu rapidamente e, a partir dessa nova concepção, tivemos um processo acelerado de expansão dos bancos comerciais, que estiveram muito estagnados, principalmente no período de 1956 a 1962. A partir daí, eles recuperaram o atraso e se desenvolveram celeremente, abrindo, em decorrência da inflação, um enorme número de agências, principalmente nos grandes centros urbanos.

O sistema chegou a ter quase 500 bancos, por volta de 1965, e, ademais, com o surgimento dos bancos de investimento, das sociedades financeiras, das corretoras, ocorreu uma espécie de explosão, de multiplicação de instituições, tanto na área financeira, como no mercado de capitais.

Depois dessa euforia, o Governo orientou a sua atenção para a unificação do sistema, principalmente com vistas a ganhar dimensão de escala dentro das diversas unidades. Assim, o Governo foi tratando de facilitar e de estimular as fusões e as associações de instituições financeiras, de tal forma que, de 500 bancos que tínhamos, hoje estamos com mais ou menos 110.

A quantidade de bancos de investimento não cresceu muito, porque as próprias autoridades impuseram, de início, uma limitação de 15 instituições da espécie, número que depois chegou a 30 e que se mantém até hoje.

As sociedades financeiras chegaram a 275 e, hoje, são menos da metade — aproximadamente 115; as corretoras eram 404, em 1960, e, hoje, são 270; as distribuidoras tiveram, também, grande multiplicação de unidades e, depois, diminuíram.

O sistema então se consolidou, o número de unidades diminuiu. Atualmente, temos um sistema muito mais sólido, de muito maior dimensão e muito mais eficiente.

Por outro lado, começamos um processo de interiorização. Na medida em que o País ia avançando a sua fronteira de desenvolvimento em direção ao Norte, ao Nordeste e ao Centro-Oeste, também o sistema bancário foi acompanhando essa evolução. E isso é facilmente verificado através do número de agências que atendem, hoje, os municípios brasileiros.

Em 1970, portanto, há muito pouco tempo, tínhamos 1.600 municípios atendidos pela rede bancária, o que perfazia pouco mais de 40% do total de municípios. Atualmente, temos agências bancárias em quase 3.500 deles, ou seja, em aproximadamente 85% dos municípios brasileiros.

Essa interiorização se constituiu em braços estendidos do sistema consolidado, sistema que foi sendo unificado através das fusões e associações e que, dentro desse processo, acabou chegando à atual composição dos grandes conglomerados.

Na primeira experiência, marcada pela nítida especialização das instituições, o custo elevado da administração departamentalizada foi conduzindo na direção de se reunir dentro de um mesmo grupo econômico as di-

versas instituições, desde o Banco Comercial, o Banco de Investimento, as financeiras, até as companhias de seguro, o que, hoje, dá nova feição ao sistema financeiro nacional, com os grandes conglomerados abrangendo, praticamente, todos esses tipos de instituição.

É uma experiência que está sendo vivida, é uma experiência que vem sendo inclusive criticada. Primeiro, pela forma de especialização adotada e, agora, pela formação dos conglomerados.

Mas, ao vir a esta Comissão que examina a evolução do sistema financeiro nacional, para tirar suas conclusões e fazer uma análise de quais seriam os rumos mais acertados para orientar esse sistema, assinalo que ainda falta a consolidação dessa primeira experiência para extrairmos algumas definições mais concretas.

A partir dessa nova estrutura, mudamos também a concepção da política de crédito no País e fomos buscando as prioridades, para melhor orientar o sistema de acordo com os interesses maiores da economia nacional. E, na conjuntura atual, encontramos o Governo direcionando todo o sistema financeiro no sentido das grandes prioridades, voltadas na direção da agricultura, do alargamento das fronteiras agrícolas, de caminhar na direção do Norte e do Centro-Oeste, de expandir a área plantada, de fomentar o aumento da produtividade na área agrícola, principalmente na produção de alimentos e dos produtos de exportação, como também voltadas na direção das exportações.

As exportações e o balanço de pagamentos passaram a constituir um ponto de forte estrangulamento na economia nacional. Com o desenvolvimento da economia esbarrando nas limitações do balanço de pagamentos, as exportações passaram então ao lado da agricultura, a constituir, nesta conjuntura, uma prioridade primeira no quadro das preocupações da política de crédito. E, ao lado disso, principalmente a partir de 1974, acrescentaram-se as preocupações com o programa energético.

A importação do petróleo pesa sobre o balanço de pagamentos, criando inúmeras restrições na área externa.

Então, a eliminação desses problemas ou dessas limitações vai, realmente, ter início com as soluções que conseguirmos dar ao problema da energia, com vistas a economizar na importação de petróleo, a produzir petróleo no Território Nacional e a desenvolver fontes alternativas de energia, com os nossos próprios recursos, seja na área das hidrelétricas, seja na área da exploração da biomassa, da produção de álcool para substituir a gasolina, do carvão para substituir o óleo combustível, seja na área de pesquisa, com o desenvolvimento que vimos realizando, no sentido de encontrar alguma solução para usar os óleos vegetais, de que dispomos no Brasil, para substituição do óleo diesel. O problema mais difícil que temos para reequacionar é o programa energético no Brasil.

Ao lado dessas prioridades, a orientação da política financeira e, principalmente, a orientação da política de crédito no Brasil passaram também a traduzir uma característica importante dentro do processo de tratamento diferenciado para determinadas regiões e setores.

Assim, intensificamos o tratamento diferenciado em relação ao Norte-Nordeste, aliviando as restrições que impúnhamos à política financeira nas áreas menos desenvolvidas do País, tornando para essas regiões o crédito mais fácil, menos incerto e com taxas de juros mais baratas, e procurando, através de programas especiais, como o Programa de Recursos Hídricos, o POLONOR-DESTE, o Projeto Sertanejo, dar resposta aos empreendimentos mais urgentes, capazes de resolver as dificuldades maiores dessas regiões.

Ao lado dessa preocupação regional, situa-se a preocupação com determinados setores. Na agricultura, resalta a preocupação com os pequenos e médios produtores, principalmente os primeiros, assistidos integralmen-

te, nas suas necessidades de crédito, com taxas de juros extremamente favorecidas.

Nesse contexto, as pequenas empresas foram, também, liberadas de uma série de dificuldades e passaram a ter atendimento prioritário, dentro de certas proporções, nas aplicações das instituições financeiras.

Orientou-se, ademais, os bancos no sentido de atender, também, áreas que antes estavam sob a responsabilidade exclusiva do Banco Central, de forma a que o sistema bancário privado destine, com certa definição, recursos para as pequenas empresas, as regiões necessitadas e os pequenos lavradores.

Em todo esse conjunto, dentro desse novo arcabouço, dentro dessa ordem de prioridades, passamos a verificar, então, uma mudança extraordinária na estrutura do sistema financeiro.

Isso é facilmente constatado, quando examinamos a composição dos haveres financeiros monetários e não-monetários.

Em 1950, mais de 95% dos haveres financeiros eram compostos por depósitos à vista nos bancos comerciais e por papel-moeda emitido pela Autoridade Monetária. Hoje, praticamente 2/3 dos haveres financeiros são de longo prazo, provenientes de títulos vendidos no mercado, de cadernetas de poupança etc.

Essa mudança da composição dos haveres monetários e não-monetários, com a imposição, principalmente, da poupança dentro do sistema financeiro, marca, também, toda a transformação que o sistema sofreu nesses últimos 30 anos.

Essa nova situação mudou, também, o enfoque de alguma parte da própria política monetária, que usa, como em todos os países modernos, três instrumentos clássicos: o do redesconto, o do depósito compulsório e o das operações de mercado aberto.

De fato, na medida em que os haveres financeiros não-monetários ganham essa expressão, de representarem 2/3 da mobilização de recursos no sistema, evidentemente que o redesconto e o depósito compulsório, como instrumento de política monetária, vão cedendo passos às operações de mercado aberto.

O que vemos hoje é um mecanismo mais eficiente na administração da política monetária, ao lado da execução do Orçamento Monetário como um todo, através das operações de mercado aberto.

Evoluímos também e ganhamos muita experiência na administração do Orçamento Monetário, principalmente neste ano de 1981, quando conseguimos o que é, talvez, o início de um novo processo de administração da política financeira no Brasil, mediante uma disciplina maior sobre esse Orçamento, com uma execução mais rigorosa dos parâmetros pelo Conselho Monetário, indicativos dos objetivos a serem perseguidos na execução dessa política.

Ajustou-se o comportamento do Banco do Brasil dentro desse Orçamento, para serem seguidos realmente os limites impostos, trabalhando aquele Órgão, sem maiores restrições, principalmente na área do atendimento agrícola e das exportações, mas procurando compensar as operações de outras áreas, a fim de serem respeitadas a disciplina e a limitação global do próprio Orçamento Monetário.

Nesse conjunto, dentro das prioridades estabelecidas pela política de crédito, ainda convivemos, numa grande proporção, com um problema que muito se discute, atualmente, em relação aos subsídios implícitos nas operações de crédito.

Nas operações de crédito agrícola, principalmente nos programas especiais do Nordeste, nos programas do álcool, nos programas de exportação, o crédito oficial e a indução do sistema privado no trabalho paralelo ao crédito oficial são realizados com taxas de juros altamente subsidiadas, em termos do custo dessas operações de crédito em relação à taxa de inflação. De tal forma que, praticamente, num total de 6,5 trilhões de cruzeiros com que trabalha o sistema, temos, aproximadamente, 70% das

operações dentro da área de crédito subsidiado contra 30% na área de crédito livre, a qual realmente opera com taxas de mercado, que, hoje, toda a sociedade considera externamente altas.

Esse problema do crédito subsidiado, que é parte integrante da nossa política de crédito atual, que procura, realmente, dar um apoio maior e mais veloz aos problemas que mais afligem a economia nacional, traz, entretanto, à baila o problema de uma taxa de juros elevada.

O segmento livre de mercado, com uma dimensão muito menor, tem, na verdade, dentro da média do sistema, a necessidade de trabalhar com taxa mais elevada.

Ao mesmo tempo, temos uma derivada importante do financiamento do exterior. De fato, para responder aos problemas da crise no balanço de pagamento, caminhamos na direção de realizar grandes projetos de investimentos na área da hidrelétrica, das comunicações, dos transportes, da siderurgia, e esses projetos foram realizados com financiamentos maciços do exterior.

Assim, num determinado momento, nos encontramos com uma enorme massa de recursos que alimenta a atividade econômica no Brasil, baseada em recursos captados nos mercados financeiros internacionais.

Como essa massa realmente é ponderável, hoje temos só na área de moeda, de mobilização de recursos nos mercados financeiros internacionais, uma necessidade de rotação de operações de crédito da ordem de 8 bilhões de dólares; se somarmos a esse montante apenas os juros dessa dívida, que podemos calcular, a uma taxa razoável, em torno de 7 bilhões, temos cerca de 15 bilhões de dólares para movimentar anualmente, que, a uma taxa de 100, 110 cruzeiros, representam mais do que o total das operações de empréstimos do Banco do Brasil.

Portanto, essa massa de recursos, que hoje financia e alimenta as operações da economia nacional, que, como não poderia deixar de ser, não se desliga da atuação dos mercados internacionais, tem uma enorme repercussão do ponto de vista da comunicação das taxas de juros. As taxas de juros que prevalecem nos mercados internacionais e que acompanham essas operações de crédito em moeda nos sistemas de onde levamos esses recursos, evidentemente, condicionam o comportamento das taxas de juros na economia interna, principalmente quando temos uma grande departamentalização. Cerca de 70% das operações são trabalhadas com taxas inferiores às taxas de mercado e os demais 30% do segmento livre de mercado recebem, então, impacto maior da influência das taxas externas.

Nesse contexto todo da transformação da estrutura do sistema financeiro, da reformulação do mercado de capitais, da reorientação da política de crédito e da reutilização ou da modificação da ênfase da utilização dos instrumentos da política monetária, creio que realizamos, no Brasil, uma das experiências mais bem sucedidas no mundo, no pós-guerra.

Primeiro, tivemos, na década de 50 e na década de 60, taxas extremamente elevadas de expansão da economia nacional.

A partir de 1965, abrimos as comportas da nossa economia para uma maior integração com a economia mundial, estimulando as exportações, e verificamos que, através do processo de seu crescimento, conseguimos dar um impulso renovado ao desenvolvimento da economia nacional, que talvez atravessou, de 1968 a 74, o período de maior progresso e de maior desenvolvimento de toda a história econômica do Brasil.

Vem o Brasil, desde 1950, experimentando altas taxas de desenvolvimento econômico. Praticamente, o País dobrou a sua dimensão econômica a cada dez anos, com uma taxa média de crescimento do produto real de 7%.

É difícil se conceber isso, mas, mais do que isso, atingimos uma velocidade extraordinária de desenvolvimento no período de 1968 a 1974, com uma taxa de crescimento de mais de 11%, o que significa que, a cada seis anos, a

tomar esse período como base, o País teria dobrado a sua dimensão econômica.

Todavia, nesse processo de desenvolvimento acelerado, de grande progresso, de criação de uma estrutura importante em todos os setores fundamentais da economia, fomos apanhados pelo choque do petróleo.

Quando o preço do barril de petróleo passou de 2 dólares para 10 dólares, isso representou um tremendo impacto na economia nacional, que, como a da maioria dos países ocidentais, tinha sido construída à base de um combustível de petróleo barato. A partir do encarecimento dessa fonte de energia, começamos a ter sérios problemas de inflação e de desequilíbrio do balanço de pagamentos.

Então, ao lado de um problema difícil de equacionar — a questão da energia, estamos com uma inflação que veio ganhando crescimento, expansão, e recrudescer, rapidamente, de 1974 até hoje.

Atravessamos a barreira dos 100% de inflação, chegamos a 125% e estamos, hoje, reagindo numa taxa de declínio, que, possivelmente, permitirá chegarmos, ao fim do ano, com menos de 100% de inflação, o que já é uma grande conquista, depois de experimentarmos um sério desequilíbrio no balanço de pagamentos, com um agravamento do balanço como um todo, pela falta de superávit na balança comercial.

Essa situação vem ocorrendo desde 1974, mas com perspectiva de solução, não só do lado da inflação, como do lado do balanço de pagamentos.

Em 1977, praticamente, já tínhamos conseguido um pequeno superávit na balança comercial, mas em 1979 e 1980 tivemos o segundo e grande choque do petróleo, acompanhado de uma elevação brutal das taxas de juros nos mercados financeiros internacionais.

Esses dois golpes, esses dois impactos, voltaram a agravar a situação da economia nacional. Nos concentramos, eu creio, mais rapidamente do que na fase anterior: conseguimos mobilizar todos os nossos recursos, aperfeiçoamos os instrumentos e a coordenação das políticas fiscal, cambial e monetária.

Creio que impusemos uma disciplina, uma grande disciplina, na condução dessas três políticas e estamos vendo que, a partir de 1980, depois de todas essas adversidades da área externa, começamos a reduzir a inflação mediante um maior controle, como disse antes, sobre os instrumentos da política monetária.

Já começamos a ver, também, que do lado externo, na área da balança comercial, possivelmente poderemos experimentar um superávit nesse ano de 1981.

Superávit da balança comercial, realmente, é o início da solução do problema mais aflitivo da economia brasileira; é através do superávit que vamos poder reduzir a nossa dependência dos financiamentos externos; é a partir do superávit da balança comercial que vamos, realmente, poder cumprir o serviço da dívida, sem agravar as nossas obrigações no exterior.

Uma vez que isso seja conseguido, uma vez que essa dependência seja condicionada a limites suportáveis pela própria economia, ganharemos uma outra liberdade, uma outra condição, para poder compor a nossa política interna com maior flexibilidade.

No momento, como disse antes, estamos muito pressos à necessidade de absorção de recursos externos, para renovar as amortizações da dívida externa, e de conseguir recursos adicionais, para manter o sistema financeiro regularmente, o que acarreta uma dependência de ter de absorver o impacto das altas taxas de juros, que se refletem no mercado interno e reduzem as possibilidades de investimento.

Com a redução dos investimentos, ocorre a diminuição da atividade econômica e do nível de emprego, que são problemas que estamos vivendo hoje, problemas, sem dúvida, transitórios, porque na medida em que formos conseguindo maior controle sobre a inflação e reduzindo a nossa dependência de importação de energia,

estaremos reequacionando, adequadamente, o balanço de pagamentos e entraremos, novamente, num processo, em que teremos domínio sobre a condução de nossa política econômica.

Creio, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, que estamos no caminho certo, que estamos no rumo das soluções mais adequadas para os problemas que afligem toda a sociedade e a economia nacional. Não temos, realmente, perspectiva de resolver esses problemas em prazo curto; a nossa previsão é de que no ano de 1982 e, talvez, no de 1983 ainda vamos repetir a mesma experiência de luta, de esforço, de concentração de esforços para darmos solução aos problemas de inflação, de balanço de pagamentos e de reequacionamento do problema energético.

Mas, utilizando recursos nacionais, mobilizando recursos naturais, fomentando a agricultura e a mineração, estimulando as exportações, nós, sem dúvida alguma, melhor do que os países que enfrentam problemas semelhantes, poderemos, num prazo menor, num prazo mais curto, dar solução a esses problemas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tancredo Neves) — Agradeço ao Ministro Ernane Galvêas a sua brilhante e notável exposição. Consoante praxe adotada, nessa Comissão, seguem-se agora as interpelações, que os Srs. Senadores achem por bem apresentar ao ilustre visitante. Está inscrito, em primeiro lugar, o ilustre Senador Leite Chaves, a quem concedo a palavra.

O SR. LEITE CHAVES — Sr. Ministro, posso confessar que a sua palavra me impressionou, realmente, como um relato técnico. V. Ex^a está numa missão muito importante do País e parece crer, piamente, que, através de medidas financeiras da política do governo, se possa resolver a política do País.

Congratulo-me com V. Ex^a pela maneira como projetou a visão do Governo, nesse setor financeiro, e tenho certeza de que essa é a impressão do Senado. É a primeira vez que ouço V. Ex^a e posso assegurar que os pontos da minha admiração particular subiram a partir desse instante.

Entretanto, vemos que não há, de parte do Ministro da Fazenda, uma preocupação com os efeitos sociais da política financeira.

Parece-me que o próprio Governo se contenta em criar os organismos e enunciar-los, sem que haja a preocupação, por exemplo, sobre os seus resultados positivos, o seu condicionamento em caráter permanente.

V. Ex^a se referiu, inclusive, ao PROTERRA como um dos programas do Governo, dentro desse contexto, dentro dessa constelação administrativa e financeira.

Entretanto, todos nós sabemos que o PROTERRA, há muito tempo, está inativo por falta de verbas e, não só este Programa, como também diversos outros. Sabemos, ademais, que o Governo, muitas vezes, na impossibilidade de dar funcionamento regular a um órgão, cria outros e os anuncia ao País, vendendo esperanças de que, através dessas novas iniciativas, os resultados poderão ser melhores.

É interessante — e não é nenhuma crítica a V. Ex^a, pois trata-se de um sistema em que V. Ex^a, digamos, é uma peça da "engrenagem", que não depende apenas da sua parte — que muitas dessas leis são aprovadas inclusive por esta Casa. V. Ex^as são sabedores de que vêm mensagens e nós, aqui, as aprovamos, muitas das vezes sem o consentimento da Nação.

A Nação, embora seja majoritária no posicionamento de oposição, no Congresso, por razões conhecidas, casuísticas, não é majoritária e somos obrigados, às vezes, a aprovar por uma maioria, que nem sempre tem o respaldo nacional, determinadas medidas que, a nosso ver, não são as ideais.

Então, veja V. Ex^a que, neste contexto geral, há bancos para tudo, há financiamento para tudo; mas nós no-

tamos a falta de um banco no setor mais fundamental do País.

Se um lavrador, por exemplo, do Paraná, que está saindo da sua terra porque não teve condições de competitividade, quiser adquirir um imóvel, não há um banco de colonização no País.

Veja V. Ex^a que a coisa que consideramos mais séria no País, hoje, é que não se resolve nada, sem que se resolva o problema da terra. Enquanto ela estiver concentrada dessa forma, jamais poderemos ter verdadeiros sucessos em setores financeiros. Grupos particulares poderão alcançar as culminâncias do que se está versando no País, mas não resolveremos problemas sociais.

Então, veja V. Ex^a, que não há um banco de colonização. O seu sistema, muito amplo, atende a todos os setores, atende a qualquer especulação, mas, no que diz respeito à concessão de financiamento para aquisição de média e pequena propriedade imobiliária, não existe.

Enquanto isto, há créditos privilegiados de tal sorte, que permitiram que, em determinados Estados, grandes fazendeiros comprassem pequenas propriedades. No Paraná, por exemplo, de 1975 para cá, perdemos 150 mil imóveis rurais, em razão dos mal empreendimentos introduzidos, sobretudo com créditos subsidiados, permitindo que os titulares das maiores propriedades adquirissem imóveis dos pequenos proprietários.

Por outro lado, Sr. Ministro, estamos preocupados e notamos que o Banco do Brasil, que é uma organização das mais respeitáveis neste País, pioneira na realização do Governo no setor financeiro, e que foi um modelo, está sendo sacrificado em função de determinadas organizações privadas, que, através de influências maiores, estão se agigantando no País, em detrimento do Banco.

Os setores, puramente de natureza pública e de alta relevância social e econômica, jamais poderão existir no País, sem que a proeminência seja do Governo. Não acreditamos muito e nem acreditamos válido esse prestígio que se dá às redes particulares, em detrimento do Banco do Brasil.

Há uma preocupação nossa, neste setor. Houve tempo, em que o próprio Banco do Brasil, onde a Nação se exercita financeiramente, não tinha dificuldades em criar agências particulares. Criava postos — postos humildantes — que não permitiam, sequer, a realização efetiva dos seus serviços, enquanto que os bancos particulares eram criados às dezenas, sob a justificativa da incorporação de outros bancos. É uma grande preocupação nossa, pois o Banco do Brasil, aqui, no Congresso, é visto com muito respeito pela sua seriedade, pelo tipo de serviço que presta, pela relevância dos seus objetivos.

Outra coisa, também, Sr. Ministro, é quando V. Ex^a dá ênfase à essa realização financeira do Governo; isso nos preocupa.

Sabemos que há bancos, por exemplo o Banco do Estado de São Paulo, que, através mesmo de estímulos do próprio Governador, favorecem, de uma maneira que não se pode impedir, interesses nacionais ou mesmo locais. Muitas pessoas tomam empréstimos do Banco do Estado de São Paulo, levantam esses empréstimos e os colocam em depósitos a prazo fixo, a juros elevados, ou seja, fazem empréstimos, pagando uma taxa menor, e os colocam em depósitos a juros maiores, no próprio Banco, auferindo vantagens enormes da diferença de juros.

Isto nos tem chegado ao conhecimento; fatos os mais generalizados, no Estado de São Paulo, aqui mesmo e no Estado do Paraná, nos fazem questionar como é que pode dar resultados para o País um sistema financeiro, que permite operações dessa natureza, meramente especulativa.

Outra coisa, Sr. Ministro, no setor da exportação — isto é um apelo ao seu Ministério e aos representantes dos grandes organismos que estão aqui presentes, prestigiando V. Ex^a, tais como o Presidente do Banco do Brasil, os seus Diretores e o próprio Presidente do Banco

Central — é a questão da qualidade das mercadorias que estamos exportando.

Nós, aqui, temos lutado, seriamente, para aprovação de um mecanismo de certificação da qualidade das mercadorias feitas no País. O Senado não pode permitir que nós continuemos a fabricar automóveis, que perecem, que enferrujam em dois anos e meio de uso. Um País subdesenvolvido não pode se dar ao luxo de consumir produtos perecíveis dessa natureza, quando, na Europa, para um carro, hoje, há uma preocupação de que tenha uma durabilidade mínima de 10 anos.

Aqui, temos lutado para aprovação de um projeto de certificação de qualidade. Eu, próprio, fiz um projeto, estabelecendo que os automóveis não podem, digamos, sofrer alterações externas, em prazo menor de 5 anos, a menos que seja para melhoria de suas condições de economia e de segurança, e não consegui aprovação.

Então, veja V. Ex^a, temos um País subdesenvolvido adquirindo, de modo geral mercadorias péssimas; entre as mercadorias, do País, de um modo geral os carros são os piores do mundo. Muito bonitos, mas os piores do mundo.

E, o pior não é isto. Hoje, estamos exportando para a América Latina e para a África, mercados em que se abrem à grande opção do Brasil, e esses automóveis chegam, também, com essa redução, com essa *capitis diminutio* de qualidade, comprometendo o futuro do País.

Veja V. Ex^a que a Alemanha — onde já tivemos, inclusive, uma guerra — é um país respeitado. V. Ex^a chega ao interior do Nordeste, ao Paraná ou a São Paulo e encontra máquinas e instrumentos alemães, de extrema durabilidade.

Hoje, o Japão está numa luta tremenda pela qualidade. Estive, recentemente, no Japão e constatei que o que mais o empresário japonês busca e inveja é o prêmio de qualidade.

Então, digamos, sei que o mercado financeiro — embora possa depender de lei — os Ministérios e os bancos muito poderiam fazer, no sentido de condicionar financiamentos e estímulos somente àqueles nossos produtos, em que a qualidade fosse ressaltada, sobretudo quanto à durabilidade.

Veja V. Ex^a que um carro, que é exportado para a Bolívia e que enferruja ao final de dois anos e meio, compromete a nossa vocação futura de País industrial. A América Latina está com os olhos voltados para isto e a restrição está sendo muito grande.

No setor de exportação — e V. Ex^a deseja fazer isto — o crescimento continua a ser a grande fonte de preocupação do Governo do Brasil, e é natural que isto ocorra.

Por outro lado, se o Brasil tem grandes preocupações com a exportação, não vemos porque — e, hoje, a política do Brasil, aliás, nesta parte está correta — nós não comercializamos com todos os países do mundo.

Recentemente, o Senado voltou de Cuba, de um Congresso, de uma Conferência Interparlamentar, que é a Conferência mais importante no setor parlamentarista, onde estiveram presentes 100 nações — todos os países do mundo.

Lá, nós tivemos contato, inclusive, com o Sr. Ministro da Indústria e do Comércio, que manifestou o desejo de importar dois mil caminhões do Brasil; iria até importar veículos da Mercedes-Benz e sugerimos, inclusive porque a tínhamos no Paraná, a Volvo, que vem fazendo grandes negócios com a Argentina. E, não sei porque razão, ainda, existem essas limitações. Até Senadores do próprio PDS, depois desta volta, manifestaram o desejo de caminhar, ao Ministério das Relações Exteriores, sugestões, no sentido de que essas relações comerciais se reatassem.

Na questão do açúcar, porque não temos, como eles, um reajustamento constante, estamos sofrendo *capitis diminutio* permanente. O Paraná é um grande produtor de açúcar, o País também, e não há uma segurança para

isso, quando, entre os dois maiores produtores no hemisfério, poderia haver um convênio, no sentido de que esses interesses fossem protegidos.

No mais, Sr. Ministro Ernane Galvêas, as minhas congratulações a V. Ex^a. No particular não há restrição; há restrição ao geral. E reassuro a V. Ex^a que o Senado e eu, pelo menos, vimos com muita simpatia sua conferência, muito objetiva, mas na qual não houve essa preocupação social. É verdade que V. Ex^a é Ministro de um outro setor, mas não pode haver uma dimensão de ministério que não de preocupe com esses reflexos sociais.

Outro fato a que V. Ex^a não se referiu é a questão da previdência privada aberta. Isso nos está causando grande preocupação, pois determinados grupos se organizaram para captar o capital, as poupanças de trabalhadores e nós sabemos que muitos deles não têm condição, nem qualificação, para, por anos seguidos, serem titulares, serem depositários dessas poupanças, para assegurar a aposentadoria. Nós temos receio de que, neste setor, venham ocorrer estourros verdadeiros, como ocorreram nos setores financeiros. Quantas financeiras, quantos bancos, estouraram neste País? Isso foi prejuízo para a Nação, que teve de pagar os encargos, os passivos, enquanto que os beneficiados, os titulares das próprias patentes, sempre estiveram muito bem, com o seu patrimônio cada vez mais favorecido e assegurado.

Congratulo-me com os representantes do Ministério de V. Ex^a e isto é o que eu digo, também, ao Presidente do Banco do Brasil, Roberto Colin, ao Presidente do Banco Central, Carlos Langoni, e, finalmente, a todos esses altos funcionários do setor, que, neste convívio aqui no Senado, ofereceram sua colaboração. No final, Sr. Presidente, mais uma vez, congratulo-me com o Sr. Ministro por essa conferência, por esta palestra.

O SR. PRESIDENTE (Tancredo Neves) — Concedo a palavra ao Sr. Ministro Ernane Galvêas.

O SR. ERNANE GALVEAS — Ilustre Senador Leite Chaves, eu, realmente, fico muito estimulado com as suas observações e satisfeito por poder coincidir, na maior parte, com as mesmas.

Temos, efetivamente, uma preocupação muito grande com os aspectos sociais do desenvolvimento do Brasil e sentimos que, possivelmente por uma razão fundamental de escassez de recursos, própria de um País, que, ainda, tem de construir a sua infra-estrutura e moldar a sua economia, e de um País de renda relativamente baixa, com todo um enorme campo de realizações a fazer, não se tenha acompanhado, talvez, de maneira paralela, o desenvolvimento social com o desenvolvimento econômico experimentado nessas últimas décadas.

Mas, se não temos, realmente, um banco voltado para esses setores de natureza social, estamos, também, trabalhando muito nessa direção e, hoje, poderíamos dizer que a Caixa Econômica Federal é, na verdade, um banco social.

A maior parte das economias que a Caixa Econômica tem mobilizado, atualmente, através da captação de recurso e, também, as importantes aplicações do BNH estão dirigidas para a construção de habitações de baixa renda.

Está-se construindo, ademais, sistemas de água e saneamento, em número enorme, em cidades do Brasil, levando essa assistência a regiões do País, que antes eram praticamente desassistidas, nesse particular.

Verificamos, também, um progresso relativamente importante na área de saúde, de educação, onde, hoje, temos mais de 25 milhões de jovens nas escolas do Brasil, configurando um progresso extraordinário. Em 1964, tínhamos 120 mil alunos nas universidades; hoje, temos quase 1 milhão e 700 alunos. Temos mais estudantes nas nossas escolas do que o Canadá, com praticamente o mesmo produto nacional, tem na sua população total.

A previdência privada, que, em 1964, atendia a menos de 6 milhões de pessoas, atualmente atende a 24 milhões de pessoas, com problemas, problemas que estamos vivendo hoje, em decorrência da crise da Previdência Social, oriunda da incompatibilidade de recursos com os programas que lhe foram confiados.

Mas, eu diria que se verificarmos os progressos que foram feitos na área de habitação, na área de saúde, na área de saneamento, na área de educação, na área da Previdência Social, também nesses setores o Brasil realizou um grande avanço nos últimos anos.

Ainda falta muita coisa a fazer e, sem dúvida alguma, há escassez de recursos, porque o Brasil é um País escasso de capital, o que, ainda, vai condicionar muita coisa, que não poderemos resolver num prazo curto. Na medida em que o País vai progredindo, a população vai melhorando o seu padrão de vida e vamos sentindo que o Brasil vai, cada vez mais, caminhando na direção dessas áreas sociais.

Um outro ponto que V. Ex^a mencionou, e que é uma preocupação séria, também, da nossa parte, trata-se do posicionamento do Banco do Brasil no contexto financeiro. Sentimos que, principalmente nesses últimos dois anos, temos imposto um certo sacrifício ao Banco do Brasil, que vinha sobrecarregado com a responsabilidade de, praticamente, dar atendimento a todos os grandes programas de crédito subsidiado, especialmente na área da agricultura e da educação. Assim, estamos especialmente na área da agricultura e da educação. Assim, estamos mobilizando o sistema bancário privado, para formar ao lado do Banco do Brasil, no atendimento desses programas prioritários, e já podemos dizer que, neste ano de 1981, estamos vivendo, com esta orientação, uma experiência altamente satisfatória.

A orientação da política de crédito, como mencionei antes, está, hoje, voltada para essas altas prioridades, que configuram investimentos e atendimento na área agrícola, na área da exportação e na área da energia.

São esses, basicamente, os grandes problemas que temos, hoje, no meio das dificuldades criadas desde 1964.

No campo das exportações, V. Ex^a conhece o esforço e o sucesso que tem sido a política neste particular. Embora tenhamos estado, praticamente, estagnados em matéria de comércio exterior, de 1945 a 1963, a partir de 1965 iniciamos uma nova era na área das exportações; de um montante de 1 milhão e 300 mil dólares, já estamos caminhando para 24 bilhões de dólares de exportação, com os produtos manufaturados representando mais de 50%. Talvez, neste ano, 55% das exportações brasileiras sejam representadas por produtos industrializados.

Ganhando na diversificação dos produtos, estamos abrindo um maior leque na pauta das exportações, exportando um número, cada vez maior, de produtos, produtos esses cada dia mais sofisticados.

Com as deficiências que a nossa tecnologia, ainda, não nos permite superar, em parte pelo seu próprio estágio de desenvolvimento, em parte pela própria limitação dos recursos de capital, não temos podido realizar, nessa área, um maior desenvolvimento nacional.

Mas, pelo número de mercados que, hoje, o Brasil alcança com as suas exportações, vendendo para a Ásia, para o Oriente Médio, para a África, para a América Latina, para os grandes países industrializados, para a Europa, para os Estados Unidos, já vamos sentindo que temos grandes possibilidades no campo das exportações e, também, dos produtos industrializados.

Estamos aperfeiçoando as ciências das nossas indústrias e, como V. Ex^a mencionou, exportamos automóveis, caminhões, ônibus, ambulâncias, máquinas, tratores, diversos outros produtos e bens de capitais pesados, equipamentos para a indústria de cimento, refinarias, além de termos iniciado um processo de exportação de serviços das nossas grandes empresas de engenharia, que dominaram a técnica de grandes construções e que, a-

tualmente, já estão presentes nas competições internacionais, ganhando concorrência de grandes empresas europeias, no Oriente Médio, na África, na América Latina e, até mesmo, em alguns países industrializados.

O País está montando uma estrutura de exportação e está avançando na direção de levar as fronteiras econômicas, praticamente, a todo o território nacional; Roraima, Mato Grosso, Rondônia, Goiás, os cerrados, Minas Gerais, o Nordeste estão, hoje, cada vez mais incorporados e integrados à economia nacional.

Há, realmente, uma orientação da política financeira e econômica nesta direção e o esforço, que estamos realizando na área da exportação, está, efetivamente, representado pela taxa de expansão que temos experimentado nas nossas vendas ao Exterior. O País, no ano passado, exportou mais 32%, perfazendo os produtos manufaturados mais de 40% do total de exportações. Estamos com uma taxa de crescimento, que acarretará, ao final do ano, uma expansão global de 20%, com 30% de expansão dos produtos industrializados numa conjuntura inteiramente adversa, numa configuração de recessão praticamente em todos os países do mundo.

A Europa, desde 1974, tem experimentado um crescimento insignificante na sua economia; agora, ingressam os Estados Unidos na sua recessão. Neste mundo de dificuldades, neste mundo de recessão, a experiência que estamos realizando na área de exportações, de comércio exterior, eu considero extremamente positiva e traduz o esforço e a orientação empreendidos para estimular essas atividades.

Falta muito a fazer e concordo inteiramente com as observações de V. Ex^a, no sentido de que temos que dividir as atenções para o progresso econômico, para a área das exportações, para a melhoria da qualidade e da eficiência e, simultaneamente, para atender aos programas sociais. Os números indicam que estamos realizando com dificuldades, com as limitações que enfrentamos, mas que estamos realizando um trabalho que eu acho altamente positivo. Muito obrigado pelas suas considerações.

O SR. LEITE CHAVES — Sr. Presidente, peço licença para me retirar, porque estou sendo chamado pela Presidência, para recepcionar o Vice-Presidente dos Estados Unidos.

O SR. ERNANE GALVEAS — Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Tancredo Neves) — Dando continuidade aos nossos trabalhos, concedo a palavra ao segundo interpelante inscrito, o nobre Senador Bernardino Viana.

O SR. BERNARDINO VIANA — Eu quero, antes de tudo, parabenizar o Ministro Ernane Galvêas pela notável contribuição que traz aqui, através dessa publicação, ao nosso Relator Senador José Lins.

Queria aproveitar a oportunidade, também, para louvar a V. Ex^a e aos membros de sua equipe, pela atuação na pasta do Ministério da Fazenda, pois a essa altura dos acontecimentos já se prevê a sua vitoriosa linha de ação e dos seus companheiros de trabalho.

Gostaria de fazer perguntas, inclusive de interesse de empresários da minha região. Há esperança, Sr. Ministro, de liberação de verbas para as destilarias de álcool, com cronograma de liberação já aprovado ainda neste ano?

Outra pergunta: em que pé estaria o zoneamento agrícola que está sendo elaborado pela Diretoria de Crédito Rural do Banco Central? Se V. Ex^a estiver a par, poderia nos prestar este esclarecimento?

A terceira pergunta está relacionada com o noticiário de hoje da imprensa. Em que parâmetros V. Ex^a se baseou para fazer previsão de superávit, no balanço de pa-

gamentos, de cerca de 3 bilhões de dólares, para o exercício de 1982?

São essas as perguntas. Muito obrigado.

O SR. ERNANE GALVÊAS — Ilustre Senador Bernardino Viana, eu gostaria de dizer a V. Ex^a que temos voltado toda uma atenção especial para a realização do programa de álcool no Brasil. Há uma meta de se produzir 10 milhões e 700 mil metros cúbicos de álcool em 1985, o que, segundo declarações do Ministro da Indústria e do Comércio, talvez tenhamos que adiar pela própria estrutura da demanda de álcool e gasolina, em relação aos outros programas de combustíveis, e pela redução do consumo, que tem ocorrido nos últimos anos, com benefícios evidentes para a economia nacional.

Mas temos já realizada uma grande conquista nessa área; há três anos atrás, produzíamos, escassamente, 1 e meio milhões de metros cúbicos de álcool; este ano, ultrapassamos os 4 milhões de metros cúbicos e estamos com um conjunto de projetos em instalação, em construção, que assegura, pelo menos, 7 e meio milhões de metros cúbicos, só com os projetos já instalados.

O programa de investimentos nessa área, ao lado da formação de lavouras de cana para dar atendimento às novas refinarias, com o ritmo acelerado da inflação em 1980-1981, ultrapassou as nossas previsões. E, realmente sentimos que, pelo subsídio dado, pelo custo subsidiado dos investimentos e pela quantidade de projetos aprovados, reajustados periodicamente em termos de correção dos seus valores orçamentários, encontramos uma certa dificuldade de abrigar toda a demanda para novos investimentos nessas áreas, principalmente a partir da grande massa de projetos, que chegaram às nossas mãos até junho deste ano.

Em função da própria limitação dos custos financeiros dos projetos, em vista de uma elevação das taxas a partir daí, o que é que estamos fazendo? Estamos procurando, hoje, concentrar os recursos do Banco Central, os recursos do Fundo de Mobilização Energética orientados nessa direção, os do Banco do Brasil, os do BNDE e os do Banco do Nordeste, para dar um atendimento prioritário, e sem nenhuma interrupção, aos projetos que já estavam em andamento, ou seja, àqueles projetos, cujos desembolsos já haviam sido iniciados anteriormente, que já estejam em fase de realização, alguns com formação de lavoura, outros já na fase de instalação dos seus equipamentos. Para esses estamos, na verdade, procurando preservar recursos, para que sejam realizados e concluídos em tempo.

Vai, evidentemente, haver um certo adiamento no início de realização de alguns outros projetos, sem nenhuma influência maior na realização do programa, ao mesmo tempo em que vamos procurando orientá-lo na direção de áreas, que não representem uma substituição de lavouras de produtos de alimentação, em favor da produção do álcool.

Na reorientação, na delimitação de áreas para esse programa do álcool, temos procurado evitar que os projetos sejam localizados, por exemplo, em regiões de São Paulo, onde é importante manter as lavouras de alimentação. Estamos orientando os projetos na direção do Norte, do Nordeste, de Mato Grosso, e com isso eu creio que o programa ganhe uma estrutura bastante equilibrada. Possivelmente, não teremos essa meta cumprida em 1985, como tem anunciado o Ministro Camilo Penna, mas vamos dar resposta em termos de substituição de gasolina com o programa do álcool, sem dúvida alguma, na exata dimensão das nossas necessidades. Muito obrigado pelas suas observações.

O SR. PRESIDENTE (Tancredo Neves) — Pergunto ao Senador Bernardino Viana se já está com as suas perguntas encerradas.

O SR. BERNARDINO VIANA — O Sr. Ministro não falou do zoneamento agrícola, a respeito do qual eu perguntei, e também do noticiário de hoje. Em que parâmetros V. Ex^a se baseou?

O SR. ERNANE GALVÊAS — Este ano, devemos exportar cerca de 24 bilhões de dólares. Se exportarmos, no ano que vem, mais 4 bilhões em cima desses 24, teremos uma exportação total de 28 bilhões. Não é fácil exportar mais 4 bilhões de dólares num mundo de recessão, num mercado que está, cada vez mais, marcado por um processo de restrições. Mas, eu creio que crescer 15%, ou até 20%, em termos de exportações, é uma tarefa que podemos realizar. Já a realizamos antes e a continuamos realizando nessa fase nova das exportações, iniciada em 1965. No ano passado, aumentamos as exportações em 32%; nesse ano, possivelmente, as aumentaremos em 20%. Assim, se aumentarmos em 15% a 20% as nossas exportações, teremos assegurado o montante de 28 bilhões de dólares.

As importações estão muito contidas, em função do encarecimento e da sistemática da política cambial adotada nesses últimos anos. O processo de minidesvalorizações reais, a eliminação de uma série de isenções, a presença de tarifas na importação de matérias-primas e de equipamentos, a imposição da taxa de IOF sobre as importações, e um modo geral estão trazendo as importações para um nível mais compatível com as nossas possibilidades de balanço de pagamentos e, de certa forma, estimulando uma série de projetos e de setores de substituição de importação, na área interna.

Isto está sendo feito, de certa maneira, sem se comprometer a estrutura industrial, apesar de que, evidentemente, uma limitação de importações impõe, pela sua própria natureza, pela própria relação natural entre o crescimento de importações e o crescimento de Produto Nacional, uma limitação também na expansão das atividades econômicas.

Mas, estamos vendo que, até agora, com exceção da importação do petróleo, que continua crescendo, principalmente em função das elevações de preços em relação aos dos anos anteriores, as outras importações estão decrescendo, em dólares.

Mas, se chegarmos, ao final deste ano, com um total de 23 bilhões ou 23,5 bilhões de dólares e se projetarmos este montante das importações para o ano que vem, admitindo que se possa chegar a 25 bilhões de dólares, teremos um diferencial entre 28 bilhões de exportações e 25 bilhões de importações, perfazendo um superávit de 3 bilhões de dólares.

Isto é uma meta e não uma estimativa de resultados para o ano de 1982, mesmo porque, ainda, não nos debruçamos inteiramente para realizar as hipóteses de trabalho na área externa, na área do balanço de pagamentos. Geralmente, fazemos isto para levar ao Conselho Monetário a orientação, as diretrizes da política fiscal, monetária e cambial, e, nessa época, então é que concluímos os exercícios, a hipóteses. Nesse contexto, geralmente, trabalhamos com três hipóteses para o balanço de pagamentos.

Em princípio, adiantando apenas essas primeiras indicações, creio que essa meta não é somente uma previsão, mas se trata de uma necessidade imperiosa. Temos que dedicar todo o nosso esforço, temos que concentrar todas as nossas vontades, todas as nossas atenções, para produzir um superávit importante na balança comercial.

É através do superávit na balança comercial que vamos resolver o problema da dependência da captação de recursos no exterior e vamos superar esse processo de endividamento crescente em moeda estrangeira. Como esse esforço está dando resultado, como temos verificado que as exportações têm respondido aos incentivos, que têm sido concedidos nessa área, creio que é perfeitamente factível trabalhar com uma projeção de 3 bilhões de

dólares de superávit na balança comercial, para o ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (Tancredo Neves) — Com a palavra o nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Sr. Ministro, parabenizá-lo pela exposição seria, praticamente, uma redundância, porque V. Ex^a sempre que fala sobre os assuntos, que dizem respeito à sua Pasta, o faz com o brilhantismo que todos nós reconhecemos, assim como os companheiros de V. Ex^a, que estiveram nessa CPI, na sua primeira fase de trabalhos, no nosso modo de ver, já sanaram as dúvidas, porventura existentes, a respeito daqueles assuntos, que, na época, eram assuntos palpíntes.

Quero aproveitar a vinda de V. Ex^a para fazer algumas indagações e, pelo que estou vendo, as indagações devem ser feitas todas antes de V. Ex^a iniciar as respostas. Por isto, farei uma série de indagações, para, posteriormente, V. Ex^a apresentar as respostas.

Como Senador nordestino, não poderia deixar de tratar de assuntos de interesses da região.

Todos sabemos que o mercado financeiro capta recursos, que são canalizados, a título de incentivos fiscais, para o Nordeste.

De 1966 para cá, o sistema de incentivos fiscais, que antes eram maciçamente destinados àquela Região, passou a ser retalhado e dividido também com a Região Norte, substancialmente para diversos setores beneficiados, tais como a pesca, turismo, reflorestamento e outros.

Novas reduções se fizeram sentir, com a criação do PIN e do PROTERRA, em 1971 e 1972.

Diante disso, o sistema de incentivos passou a ser deficitário.

A perda sofrida pelo Nordeste, com o fracionamento do sistema de incentivos fiscais, foi quantificada em cerca de Cr\$ 270 bilhões, no período. Convenhamos que se trata de uma significativa perda de recursos, indispensáveis ao desenvolvimento da região.

Para se ter uma idéia mais concreta dessa perda constante, vale a pena lembrar que, no ano de 1980, foram destinados Cr\$ 11,8 bilhões ao Fundo de Investimentos do Nordeste, para uma estimativa de Cr\$ 35 bilhões, necessários à viabilização de projetos na Região. O fato é que aquele valor alocado ao FINOR, em 1980, representou Cr\$ 1,9 bilhão a menos do que os Cr\$ 13,7 bilhões de 1979.

Diante desse quadro, a pergunta que dirigimos a V. Ex^a é no sentido de saber se o governo pretende ou não alterar a atual sistemática dos incentivos fiscais para o Nordeste, atendendo às urgentes necessidades da Região. Se afirmativa a resposta, quais seriam essas medidas e se elas já estariam em estudos ou em via de implementação.

A segunda indagação, Sr. Ministro, seria a respeito do IOF. Quando foi instituído o IOF no Brasil, em 1979, determinou-se que ao Banco do Nordeste caberiam 12% de todo esse imposto recolhido no País. No entanto, esse percentual não vem sendo observado.

A pergunta seria se nós receberemos de volta para o Banco do Nordeste esses 12% do IOF.

A terceira pergunta, Sr. Ministro, que vamos fazer, não diz respeito, diretamente, ao problema do funcionamento do mercado financeiro, mas, de forma indireta, relaciona-se com o assunto e nos parece de grande atualidade e oportunidade.

Recentemente, o governo adotou medidas, visando à tributação dos lucros dos Bancos. A reação, como se sabe, não foi favorável.

Queremos saber se, para evitar ou neutralizar possíveis manobras tendentes a repassar o ônus dessa tributação, cujos reflexos seriam altamente negativos ao próprio nível desejável de poupança e de investimentos, o go-

verno está preparado e quais as medidas a serem adotadas, com vistas a neutralizar esses eventuais expedientes?

Outra pergunta, Sr. Ministro: anteontem (terça-feira), foi concedido o Prêmio Nobel de Economia ao Professor americano James Tobin.

Consta que o agraciado é um áspero crítico das concepções monetaristas de linha dura, como é o caso de Milton Friedman, inspirador das atuais políticas econômicas do Presidente Reagan e da Primeira-Ministra Margaret Thatcher.

Das idéias divulgadas do Senador Tobin, duas pareceram constituir os fundamentos de suas teorias.

A primeira é aquela que enfatiza a prioridade da política de pleno emprego, como forma mais conveniente de combate à inflação, em lugar de uma política antiinflacionária, mesmo com o custo social do desemprego, como querem as correntes monetaristas mais rígidas e ortodoxas.

A segunda idéia, refere-se à sua posição mais decididamente favorável ao incremento do mercado financeiro, com toda a certeza a partir da idéia anterior de pleno emprego, pois essas duas políticas (de pleno emprego e a de incremento do mercado financeiro) se relacionam íntima e interdependentemente.

Como o Senhor vê as teorias do Prof. Tobin e em que aspectos estariam em acordo ou desacordo com a política do governo de combate à inflação, sabendo-se que há uma taxa de desemprego crescente e um insatisfatório nível de poupança?

Ainda com referência às idéias do Prof. Tobin, tendo em vista sua opinião de que as pessoas, para diminuir os riscos de suas aplicações, preferem "não colocar todos os ovos numa cesta só", optando pela diversificação, dentro do princípio da "seleção de carteira", gostaria de indagar a V. Ex^a, Senhor Ministro, se diante desse perfil psicológico, digamos assim, do investidor, o Governo pensaria em incentivar a poupança popular via aplicações, por exemplo, em fundos de investimentos, ou se, ante àquela comprovada tendência diversificadora, o Governo preferiria a captação direta, via operações de Bolsa, por exemplo?

Mais uma indagação que faço a V. Ex^a, Sr. Ministro: comenta-se que a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) teria encampado algumas sugestões do ex-Ministro Otávio Gouvêa de Bulhões, com vistas à capitalização do setor privado, através do mercado acionário.

Dentre essas propaladas medidas, uma diria respeito à redução do lucro tributável, correspondente a dividendos distribuídos a ações novas, para efeito do Imposto de Renda.

Isso beneficiaria as empresas, mas, em contrapartida, o acionista seria onerado na base do cálculo do dividendo, com uma elevação de 30% a 40%.

Segundo os técnicos, o objetivo da medida seria transformar o dividendo não em um título patrimonial, da forma com é hoje, mas num rendimento financeiro.

As notícias a respeito dão conta de que o ex-Ministro Bulhões teria feito gestões preliminares junto a autoridades do Governo e obtido boa receptividade.

Gostaria de saber de V. Ex^a, caso sejam procedentes as notícias, em que consistem, efetivamente, essas medidas e que benefícios concretos elas trariam à capitalização da empresa privada nacional?

Da mesma forma, em que consiste a comentada introdução da exigência de uma contrapartida de recursos em moeda estrangeira, na forma de capital de risco, em volume equivalente ao que for captado no mercado brasileiro, via lançamento de ações, por parte de empresas de capital majoritariamente estrangeiro?

(Em anexo matéria sobre o assunto).

Outra indagação, Senhor Ministro: o ex-Presidente do Banco Central, Sr. Carlos Brandão, num estudo recente, partindo da constatação de que mais de 50% da poupança financeira bruta do País — ou 70% de todo o cré-

dito, ao se acrescentarem os depósitos à vista e a prazo recolhidos pelos Bancos Oficiais e Caixas Econômicas — entende que, para deter o processo estatizante, não basta privatizar algumas empresas, mas é indispensável colocar o crédito nas mãos do setor privado.

O que acha V. Ex^a dessa opinião e qual seria a estratégia do Governo para reduzir essa concentração de crédito em suas mãos?

(Em anexo a matéria pertinente).

A última indagação, Sr. Ministro, é a respeito de uma afirmativa, se não me engano, feita aqui pelo Dr. Langoni de que nós necessitaríamos modificar a legislação hoje existente, para que o Governo tivesse condições de atingir aqueles elementos do Mercado Financeiro que fazem aplicações indevidas, em prejuízo dos acionistas e dos aplicadores nos capitais. Eu perguntaria a V. Ex^a se já existe em andamento alguma medida nesse sentido para atingir os chamados "colarinhos brancos", que, infelizmente, nunca vão para a cadeia.

O SR. ERNANE GALVÊAS — Ilustre Senador Jutahy Magalhães, tentando responder a sua primeira pergunta, relacionada com o fluxo de recursos em direção ao Nordeste, eu diria que, realmente, no ano de 1981, temos uma situação substancialmente melhor do que tivemos no ano de 1980. Considerados os programas especiais e a transferência de recursos através do FINOR, transferimos, em 1979, na direção da Região Nordeste, 20 bilhões e meio de cruzeiros e cerca de 30 bilhões, em 1980. De fato, foi um crescimento relativamente modesto do ponto de vista de transferência de recursos para esses programas especiais a que nos referimos: POLO-NORDESTE, Sertanejo, inclusive hídricos, irrigação, agroindústria, zona canavieira, e FINOR. O FINOR, por exemplo, de 13 bilhões de cruzeiros em 1979, foi a 16 bilhões em 1980, com um crescimento modesto de menos de 30%. O POLONORDESTE de Cr\$ 3 bilhões e meio para Cr\$ 4,7 bilhões. Realmente, nós nos penitenciamos desse processo, porque foi uma época de extrema dificuldade, com difíceis problemas, principalmente na área agrícola, com a seca no Nordeste. Outros programas foram desenvolvidos para os projetos de emergência.

No ano de 1981, entretanto, a configuração de transferência de recursos vai de Cr\$ 29 bilhões, em 1980, para Cr\$ 57 bilhões, significando, praticamente, mais do que dobrar esses diversos programas. O POLONORDESTE, por exemplo, passa de Cr\$ 4,7 bilhões para Cr\$ 10,9 bilhões; o Projeto Sertanejo de Cr\$ 1,5 bilhões para Cr\$ 3 bilhões; o FINOR, por exemplo, que passou de Cr\$ 13 bilhões, em 1979, para Cr\$ 16 bilhões, em 1980, passa para Cr\$ 32 bilhões, em 1981. Então, acho que o problema foi superado neste exercício e que, sem dúvida alguma, pelas verbas que estão colocadas no Orçamento da União e pelos programas que estão inseridos no Orçamento Monetário, vai-se continuar esse mesmo processo.

O Banco do Brasil, os bancos comerciais, a própria política de crédito do Banco Central têm procurado preservar esse fluxo de recursos em relação ao Nordeste, mesmo dentro das limitações impostas pela política monetária.

Da mesma forma que a política fiscal, as transferências, os Fundos de Participação dos Estados e Municípios, também a utilização do Fundo Especial assegura ao Nordeste uma participação importante nesse conjunto. Temos, por exemplo, na área de transferência de fundos fiscais, o Nordeste com 91% de crescimento de participação, enquanto que as regiões Sul e Sudeste participam modestamente com 16% e 3,5%, respectivamente. Acho que, através desse processo, temos recomposto o fluxo de recursos para o Nordeste, nas proporções adequadas.

Com relação ao IOF, objeto de um decreto-lei que fixou uma participação de 12% para o Banco do Nordeste e de 6% para o BASA, esses programas foram interrom-

pidos, a partir do momento em que passamos a utilizar os recursos.

Utilizamos, primeiramente, os recursos do IOF que ficavam nas reservas monetárias do Banco Central e no Orçamento da União. E, basicamente, temos procurado absorver ou recuperar esses recursos para financiar, com maior prioridade, os programas de exportação, sem descurar das outras transferências que, dentro dos projetos especiais, o Banco Central tem feito na direção do Banco do Nordeste e do BASA.

Basta verificar os programas de aplicação do Banco do Nordeste e do BASA e a expansão realizada em 1980 e em 1981, para se constatar que eles, realmente, muito mais do que duplicaram as suas operações com recursos originários do Orçamento Monetário. E o IOF, embora não tenha mantido as proporções de 12% e 6%, em relação ao Banco do Nordeste e ao BASA, não impediu que essas duas instituições, tão importantes para o desenvolvimento de suas regiões, tenham tido suas ações continuadas.

A respeito das suas observações sobre a teoria do Professor Tobin, acho que se tratam de colocações um tanto acadêmicas do ponto de vista e da ênfase que se devem dar, ao lado da oferta de bens e serviços e do estímulo à produção, como medidas de combate à inflação, em lugar dos instrumentos clássicos de política fiscal e de política monetária.

Na verdade, a experiência realmente não endossa esse tipo de colocação para combater a inflação, principalmente quando a inflação está arraigada na economia, como é o caso do Brasil e, hoje, também, dos Estados Unidos.

Evidentemente, que havendo capacidade ociosa nas fábricas, havendo terras disponíveis e mão-de-obra desempregada, é possível estimular o lado da oferta e o lado da produção, sem que a resposta, em termos de inflação, seja proporcional às medidas de apoio à produção.

Mas, na medida em que vivemos menos do que um processo de inflação e mais uma espiral inflacionária, em que os reajustamentos dos preços vão se fazendo através dos reajustamentos dos salários, e isso forma um círculo vicioso de inflação, dificilmente poderemos imaginar programas importantes de alocação de recursos para o processo produtivo, como medida de combate à inflação.

No momento em que temos essa interação de fatores, com salários agindo sobre os preços, preços agindo sobre os salários e o processo numa continuidade, acho que, realmente, o desaquecimento da demanda do setor público e do setor privado tem que ser continuado, se queremos quebrar o círculo vicioso da inflação.

É uma teoria que, talvez, os Estados Unidos estejam se propondo a realizar, aumentando os gastos nos investimentos do setor privado, através dos cortes de tributação no orçamento federal, ao mesmo tempo em que realizam alguns cortes na área das despesas, com o sentido de estimular e reativar a produção e responder às preocupações maiores do desemprego. Não é uma teoria provada. Acho até que, no caso brasileiro, não teríamos a menor condição de realizar um programa inteiramente voltado para esta direção, o que não significa dizer que não estejamos fazendo, paralelamente, essa experiência.

O que se tem feito no Brasil, ultimamente? Na medida em que a inflação ultrapassou o limite dos 100%, nos voltamos, realmente, para uma disciplina do setor público, tratando de conciliar as suas despesas, incluídas as empresas estatais, com as disponibilidades de recursos do próprio setor.

E na área privada, onde realmente há um excesso de demanda em relação às disponibilidades de recursos, estamos procurando controlar a expansão do crédito e dos meios de pagamento, de uma maneira gradual, de uma

maneira cautelosa, para não provocar traumas maiores sobre a economia nacional.

Ao mesmo tempo em que executamos essa disciplina na área fiscal e na área monetária, temos estimulado a produção agrícola, temos realizado investimentos, que até excedem a nossa capacidade de mobilização de recursos não inflacionários, para estímulo desses setores. E é isso, em grande parte, que ainda responde pela continuidade do processo inflacionário no Brasil, nos níveis em que ele ainda se encontra hoje.

Mas, não interrompemos esse processo, não interrompemos o fluxo de recursos para as regiões mais atrasadas; continuamos a dar assistência à agricultura, praticamente para atender à elevação dos custos de produção, e estamos orientando enorme massa de recursos na direção das exportações.

Portanto, estamos, ao mesmo tempo em que impomos uma disciplina fiscal e monetária, com o sentido de reduzir a inflação, mas não descuidamos de fomentar os setores prioritários, entre os quais, a área de energia é um campo que serve de exemplo, pela mobilização de recursos para fomentar atividades, que vão compensar, possivelmente, a redução de investimentos, principalmente na área das empresas estatais.

Com relação às idéias do Dr. Bulhões, tratam-se de colocações, cuja análise iniciamos, a fim de examinar a sua viabilidade e a possibilidade de que alguma modificação importante se possa fazer nessa área.

Mas, a primeira impressão, por exemplo, com relação à isenção de imposto sobre os dividendos das ações novas, seria de que as ações emitidas pelas empresas abertas, entre os anos de 1981 e 1982, não teriam os seus dividendos onerados para fomentar a capitalização das empresas.

Não é um problema fácil de ser solucionado. Em primeiro lugar, porque ele contemplaria de imediato as grandes empresas, as empresas que já têm acesso ao mercado de capitais e não as empresas médias e pequenas, que estariam com os mesmos problemas que já têm hoje. Em segundo lugar, acho que traria uma complicação maior ainda, relacionada com as cotações dessas ações no mercado.

Além das ações ao portador, das ações nominativas, das ações ordinárias, das ações preferenciais, teríamos, também, que ter umas ações verdes, umas ações amarelas, para saber que, num determinado momento, num determinado exercício, os lucros produzidos por determinada capitalização de uma empresa não estão sujeitos à tributação. É um mecanismo extremamente difícil, audacioso na sua concepção, mas que vai requerer, realmente, uma dose grande de consideração, para chegarmos a decidir alguma coisa nessa direção.

Diria também que, com relação à sugestão da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, de se fazer uma composição em todos os empréstimos do sistema financeiro, misturando, paralelamente, recursos de origem externa com recursos de origem interna, as complicações, que isso poderia trazer para a administração do sistema, nos dão a idéia da perplexidade que poderia ser gerada no mesmo, se um processo dessa ordem fosse introduzido no momento, em que, ainda, temos tantas dificuldades e tantos problemas a superar.

Fico imaginando, por exemplo, que isso traria uma maior disparidade, dentro do sistema, entre as organizações maiores e as menores. As empresas maiores teriam um atendimento melhor dentro desse sistema. As grandes instituições financeiras, que hoje se expandem mais rapidamente que as instituições menores, que não têm acesso aos mercados internacionais, teriam ainda uma vantagem acrescida do ponto de vista que se expandiriam, em maior intensidade, nas duas direções.

Atualmente, as instituições financeiras de menor porte estão com uma limitação de expansão dos seus emprésti-

mos com recursos captados no mercado interno, ao nível de 50%, que prevaleceu durante este ano.

O sistema se está expandindo com recursos captados no exterior e, portanto, se expande mais na direção das instituições que têm maior acesso a esse mercado. Na medida em que combinássemos as duas fontes de recursos, as grandes instituições e, possivelmente, as grandes empresas seriam favorecidas nos dois segmentos do mercado, o que me parece não ser a melhor solução para dar resposta às necessidades de crédito que as empresas estão apresentando, atualmente.

Acho que o sistema atual está funcionando bem. Estamos começando a colher os frutos de uma disciplina, que foi imposta, recentemente, com a nova orientação da política monetária e da política de crédito.

Essa experiência não está ainda inteiramente consolidada, mas os resultados já se apresentam com os primeiros sinais de declínio da inflação, com a maior disciplina da atuação das instituições financeiras, e, agora, com as primeiras indicações na área externa e na do balanço de pagamentos, toda essa política começa a apresentar resultados positivos.

Assim, não é essa a conjuntura, ou o momento mais adequado, para reformulações, que seriam experiências impossíveis de serem testadas em laboratórios. Estaríamos nos arriscando a comprometer todos esses primeiros resultados alcançados através da política vigente, para iniciar uma experiência, que, na verdade, não sabemos aonde nos levaria.

Com relação às observações do Dr. Carlos Brandão, relacionadas com a concentração dos recursos e do crédito nas instituições oficiais, nas mãos do Governo, cabe consignar que esta é uma característica acentuada da estrutura financeira atual no Brasil. Trata-se dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, do BNH, do PIS e do PASEP, da captação de poupanças, através da Caixa Econômica.

Mas, o importante verificar é que, embora esse sistema esteja sendo orientado e conduzido pela área governamental, as aplicações estão todas voltadas na direção do sistema privado.

Os benefícios do PIS e do PASEP são as empresas privadas, que, antes, recebiam empréstimos do Banco do Brasil e da Caixa Econômica e que, hoje, os recebem do BNDE; os beneficiários da poupança carreada através do BNH são as empresas privadas que constroem habitações. Assim, dentro do sistema há uma concentração de recursos, realmente, através de programas oficiais, mas os beneficiários estão, na verdade, no setor privado.

Finalmente, com relação à proposta, aos estudos, que estão sendo realizados para aperfeiçoar a legislação sobre as instituições financeiras, especialmente no tocante ao comportamento dos agentes que atuam no mercado de capitais e aos processos de liquidação extrajudicial, cabe informar que um primeiro projeto já está, inclusive, aqui no Congresso e começa a ser examinado. Além desse, existe um segundo projeto, que é uma revisão da Lei nº 6.024 e que se encontra em fase final de elaboração.

De modo que, eu poderia adiantar que, realmente, esses estudos estão sendo completados e, dentro em breve, estarão sendo discutidos no Senado e na Câmara dos Deputados.

Muito obrigado pelas suas observações. Não sei se cobri a sua longa lista de indagações.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — V. Exª cobriu praticamente toda a lista; faltou, apenas, uma ligeira formação a respeito da ação do Governo, quanto ao possível repasse dos bancos da tributação sobre o seu lucro, que hoje os atinge.

Mas, queria dizer a V. Exª que agradeço todas as informações que V. Exª prestou; acho que são do interesse

público, inclusive, e lamento que o Governo Federal ainda continue em déficit com o Nordeste.

O SR. ERNANE GALVEAS — Obrigado, nós trataremos de resgatar a dívida o mais breve possível.

O SR. PRESIDENTE (Tancredo Neves) — Com a palavra o nobre Senador Henrique Santillo.

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Sr. Presidente, Srs. Ministro, Sr. Ministro, V. Exª há de desculpar, mas nesta Casa de quando em vez se sobrepõem várias atividades ao parlamentar, no mesmo horário, e esse foi o motivo pelo qual não pude ouvi-lo, infelizmente, por inteiro.

Mas lendo rapidamente as conclusões deste trabalho que V. Exª teve a gentileza de oferecer à essa Comissão, eu destaco o seguinte que V. Exª escreve: o País está atravessando um período em que se registram profundas mutações na sua estrutura econômica, dada a questão energética. Assim, V. Exª entende que o momento não é oportuno para que sejam procedidas alterações substanciais na estrutura do sistema financeiro e, por isso, o Governo propõe uma política gradual capaz de ir eliminando os atuais pontos de estrangulamento e ir introduzindo aperfeiçoamentos no funcionamento do mercado financeiro, evitando, tanto quanto possível, a ocorrência de traumas na economia nacional.

Mas, de todas as distorções, que comumente são discutidas no sistema financeiro, uma me parece sobrepor-se às demais: é o problema da intensa formação de oligopólios no sistema, no setor privado. Trata-se da formação dos conglomerados que acabam açambarcando uma série de especializações, de atividades financeiras diferentes. Neste caso, eu gostaria de saber, como primeira questão, o que pensa V. Exª da estatização do sistema financeiro.

O segundo ponto Sr. Ministro, refere-se à questão do crédito subsidiado. Sabemos, também, que essa questão está sendo altamente discutida e, agora mesmo, a imprensa começa a noticiar o possível aumento dos juros no crédito agrícola. Eu gostaria de saber de V. Exª qual é a estratégia do Governo para a questão do crédito subsidiado e se, realmente, para a próxima safra agrícola financiada, esses créditos sofreriam uma alteração dos juros.

A terceira questão se relaciona com o balanço de pagamentos. Nós todos sabemos que o balanço de pagamentos é altamente deficitário, em vista dos elevados custos da nossa dívida externa, e disse V. Exª que uma das formas de solução é tentar um superávit na balança comercial do País.

Eu perguntaria se teria o Governo, se estaria pensando o Governo noutras medidas, que levassem o País a controlar, em futuro não muito distante, o seu balanço de pagamentos.

A outra questão se refere, também, a algumas distorções: é a questão, por exemplo, de algumas entidades financeiras permitirem graves distorções na questão de crédito e de depósito a prazo fixo e etc... Eu gostaria de saber de V. Exª como o Banco Central pode atuar para regularizar situações em entidades financeiras oficiais, em geral nos estados.

Cito-lhe um exemplo concreto: é o caso do Banco do Estado de Goiás, que, no primeiro semestre do corrente ano, apresentou um déficit no seu balanço superior ao seu capital registrado. Isso nos pareceu bastante surpreendente, na medida em que as notícias são de que todas as entidades financeiras tiveram um aumento extraordinário em seus lucros no primeiro semestre do corrente ano em relação ao ano passado.

Mas, algumas das distorções do Banco do Estado de Goiás foram apontadas pelo próprio Banco Central num ofício encaminhado pelo seu setor de fiscalização finan-

ceira à direção daquele banco, me parece que em 18 de agosto de 1980, e portanto há mais de um ano. Nenhuma providência foi tomada; ao contrário, se injetaram recursos originários do IOF para acudir essa situação, sem nenhuma outra providência.

Eu perguntaria se há condições do Banco Central realmente tomar alguma providência, no que diz respeito a instituições oficiais, à semelhança das que ele toma com relação às instituições financeiras privadas.

O SR. ERNANE GALVEAS — Ilustre Senador Santillo, vamos começar pelo princípio.

Acho que a sua primeira indagação, relacionada com o aperfeiçoamento do sistema financeiro e das instituições que militam no mercado de capitais, aborda, realmente, um problema visível. Os resultados que temos obtido nesses últimos anos, através do aperfeiçoamento gradativo e gradual — sem provocar grandes mudanças desde a transformação sofrida pelo sistema em 1965 — revelam que, pouco a pouco, o sistema vem se ajustando, no sentido de uma maior eficiência e da redução dos custos operacionais.

Convivemos, durante muitos anos, com uma proliferação de instituições financeiras, aliada a um crescimento exagerado de agências para um determinado período da evolução do sistema. A partir de um certo momento, o próprio sistema foi procurando uma acomodação, especialmente mediante o processo de fusões.

Já tivemos mais de 500 bancos; hoje temos 112. Todas as instituições financeiras, que se expandiram exageradamente, já se concentraram em unidades maiores, através de uma tendência natural do próprio sistema e de uma aceitação tácita das autoridades governamentais, gerando a nova forma de conglomerados, que muda a configuração da departamentalização, da especialização, que foi a característica inicial da reformulação feita em 1965.

Sem dúvida alguma, ao serem analisados os resultados operacionais, acho que fica patente a maior dimensão de escala dessas instituições, que acarretou maior eficiência do sistema, com uma redução de custos operacionais.

Todavia, esse processo criou uma grande concentração e, hoje, realmente, estamos diante de uma situação, em que os 25 maiores bancos do País, por exemplo, detêm 82% dos depósitos de todo o sistema, quando, há dez anos atrás, havia uma desconcentração muito maior.

Mas, se tivemos esse processo, que V. Ex^a caracterizou como formação de oligopólios no setor privado, através da formação de conglomerados, acho que, paralelamente, ganhamos um dimensão de escala, em eficiência e em redução dos custos operacionais.

Essa experiência ainda não está consolidada; há apenas 15 anos, ou um pouco mais, que introduzimos todas essas transformações importantes nos segmentos do sistema financeiro e do mercado de capitais.

O criticado processo de especialização recebeu a resposta natural dos conglomerados; atualmente, começam as críticas de que os grandes conglomerados detêm o banco comercial, as demais instituições financeiras, as companhias de seguros e de leasing e de que, inclusive, começam a trabalhar na área de turismo, a realizar serviços de computação e até de contabilidade para as empresas, substituindo, talvez, pequenas unidades, que antes já se dedicavam a essa diversas atividades.

Efetivamente, acho que ainda não temos resposta para este tipo de problema. Estamos acompanhando a evolução do sistema, estamos recebendo as críticas e tratando de mensurar até que ponto o crescimento natural nessa direção pode produzir resultados negativos que superem os resultados positivos, que são tão evidentes.

Dessa forma, acho que, antes que o sistema esteja plenamente consolidado, não cabe nos dedicarmos à introdução de profundas transformações na sua estrutura.

Quanto à sua indagação sobre como eu vejo a possibilidade de estatização do sistema financeiro, externo, aqui, o meu parecer pessoal inteiramente contrário à essa tese. Temos um grau de estatização muito grande na economia brasileira, nos setores fundamentais da infraestrutura, da produção de produtos básicos e, também, na área financeira, com o Banco do Brasil, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, a Caixa Econômica Federal, as Caixas Econômicas Estaduais, o Banco do Nordeste, o BASA, o BNDE, o BNH, sempre com o sentido de utilizar esses instrumentos sociais como catalizadores de grandes massas de poupança, para, depois, redistribuí-las, na direção do sistema privado.

A respeito da tese da estatização, parto do princípio de que o Estado é mal administrador. O Estado administra de maneira menos eficiente que o empresário privado e a experiência das economias capitalistas, principalmente no mundo ocidental, onde está inserido o nosso País, nos indica, realmente, que, se em alguns setores se impõe a presença do Estado para evitar monopólios, que possam representar a concentração de poder econômico com prejuízo para os consumidores e a população, nas atividades financeiras e em certas atividades industriais, de um modo geral, não há absolutamente necessidade de se impor a presença ou a tutela do Estado como administrador.

Sou inteiramente favorável à privatização da economia, como ela está inscrita na Constituição Federal do País, e inteiramente engajado no programa traçado pelo Presidente Figueiredo, que coloca a empresa privada em prevalência absoluta nas atividades econômicas do País, programa este específico e mencionado expressamente, cuja preocupação fundamental da política econômica é a redução da tutela do Estado sobre as atividades econômicas, de modo a que ela só se realize onde for supletiva, onde for absolutamente indispensável, onde a iniciativa privada não se apresentar em condições de desenvolver um determinado setor, ou uma determinada atividade, em prejuízo do desenvolvimento do País. Fora disso, acho que temos de seguir os rumos traçados pela Constituição e pelo atual programa do Governo de dar ênfase ao programa de privatização.

Se vamos ter sucesso com a continuidade desse programa, isso vai depender muito da ação conjugada, não só do Executivo, como do Legislativo, impedindo que novas iniciativas sejam adotadas na direção de se aumentar a estatização no Brasil, que já é bastante intensa, e, até mesmo, procurando reverter o processo, através de programas de desestatização, mediante vendas de empresas que, hoje, estão nas mãos do Governo, por várias razões, e que o Governo está tratando de repassar ou devolver ao setor privado.

Com relação às suas observações sobre o crédito subsidiado, tratam-se, sem dúvida, de grandes preocupações nossas, atualmente, pelas grandes implicações que o crédito subsidiado tem com a execução da política monetária e o sucesso, que se possa esperar dessa política, em relação ao processo inflacionário.

O crédito subsidiado não é uma necessidade comprovada para desenvolver as necessidades agrícolas, nem outras atividades, mesmo na área de exportação.

Já tivemos os maiores resultados nas atividades econômicas, na produção, inclusive na produção agrícola, nos anos de 1972 e 1973 em que o crédito subsidiado representava uma percentagem reduzida; quando a inflação foi trazida ao nível de apenas 15%, depois de ter atingido 100% em 1974, praticamente não tínhamos crédito subsidiado à agricultura.

Em 1975, o crédito subsidiado à agricultura não representava 4% da diferença entre o custo dos recursos e a taxa de juros que se cobrava das atividades prioritárias na agricultura, mas, na medida em que a inflação foi crescendo e mativemos o mesmo sistema de subsidiar as atividades prioritárias, o crédito subsidiado foi sendo

alargado, o ônus dessa política foi aumentando e, hoje, representa uma quantia dificilmente de ser manipulada com os recursos que podemos mobilizar, seja fazendo colocação de títulos e papéis no mercado, seja absorvendo recursos do orçamento da união.

Em 1980, na área da agricultura, elevamos a quase 75% a diferença entre o custo dos recursos e a taxa de juros que se pratica na agricultura.

Evidentemente, isto está exagerado e pode ser corrigido, na medida em que se mantêm as taxas estabilizadas, a inflação começa a declinar e, então, os dois patamares vão se aproximando, ou na medida em que, sempre com a preocupação de não provocar choques ou traumas na economia nacional, vamos ajustando os programas, para reduzir o ônus sobre a área da política monetária e a dependência da agricultura a esse tipo de política de crédito subsidiado.

De fato, o que se cria, com esse exagero no crédito subsidiado, é uma dependência cada vez maior dos setores em relação à política oficial e isso, realmente, não ajuda a agricultura.

Com relação ao balanço de pagamentos, V. Ex^a pergunta que outras medidas poderiam ser adotadas para apressar o processo de seu reajustamento.

Tivemos um balanço de pagamentos desequilibrado, em 1974, e, depois, ainda mais desequilibrado, com o segundo choque do petróleo e das taxas de juros, a partir de 1977. O novo choque do petróleo, a partir de 1979 e 1980, realmente, impõe uma série de providências, que não se restringem ao superávit da balança comercial.

O superávit da balança comercial é fundamental. Assim, é imprescindível estimular as exportações, para que elas cresçam com uma taxa superior ao crescimento do produto, com uma taxa superior ao serviço da dívida externa, representando, realmente, uma possibilidade de economizar na área da balança comercial e de reduzir a dependência na área de serviços.

Mas, há outras medidas que, também, são importantes e, nesse contexto, eu diria que estamos orientados no sentido de não continuar com a mesma programação de investimentos em projetos dependentes de financiamentos do mercado externo.

Várias vezes o Ministro Delfim menciona isto, até com certa graça, dizendo que vínhamos construindo projetos com o vento, porque projetos como ITAIPU, TUCURUI, METRÔS de São Paulo e do Rio de Janeiro, estradas de ferro, certos programas na área siderúrgica e na área de comunicações foram feitos sem que dispuzéssemos de recursos, previamente determinados, para a sua realização. Estes projetos foram feitos, fundamentalmente, com base na captação de recursos externos e com programação para dar resposta num determinado tempo aos problemas do balanço de pagamentos.

Quando nos demos conta de que estávamos diante de um desequilíbrio de 7 bilhões de dólares no balanço de pagamento, em 1975, a resposta do Governo, a estratégia do Governo, foi realizar esses empréstimos no mercado internacional. A liquidez era abundante, a taxa de juros era baixa, muito menor do que a taxa de retorno dos investimentos.

Então, iniciamos uma série de projetos nas áreas da siderurgia, de bens de capital, de papel e celulose, de fertilizantes, de metais não ferrosos, da petroquímica, da hidrelétrica, projetos que estão, hoje, alguns maturados, produzindo grandes resultados na exportação, alguns economizando importações, outros entrando, a curto prazo, em operação. Todos eles vão, realmente, reduzir o ônus que onera o balanço de pagamentos.

Mas, eu diria que a medida mais concreta, mais objetiva, é estancar ou reduzir, substancialmente, projetos dependentes de financiamento externo e fomentar a poupança nacional, para que os projetos mais prioritários possam ser realizados com os nossos próprios recursos,

evitando-se, em consequência, um maior crescimento do endividamento externo.

Por outro lado, cabe destacar que o endividamento externo vai crescer, vai continuar crescendo, porque estamos sofrendo os efeitos da elevação da taxa de juros, que, de uma média de 6% a 8% entre 1974 e 1978, passou para 14, 16, 18% e chegou, muitas vezes, a 20% neste ano de 1981.

Assim, não temos, realmente, condições de realizar essa mesma experiência de projetos financiados com recursos do exterior. Em decorrência, uma primeira providência é adiar os projetos, cujos recursos não estejam perfeitamente delimitados na área interna.

Conjugando as providências citadas e tratando de realizar uma política cambial realista, de minidesvalorizações reais, como estamos fazendo, encarecendo as importações e concedendo estímulo às exportações, acho que estaremos aplicando uma combinação de políticas que vão, sem dúvida alguma, nos levar a resolver o problema do balanço de pagamentos, num prazo relativamente curto.

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Sr. Presidente, apenas mais uma observação: a questão do crédito agrícola. Há notícias de que o governo pretenderia, este ano, aumentar os juros do crédito agrícola, quando se sabe que as previsões inflacionárias para o próximo ano seriam inferiores à inflação de 1981. Essa é uma questão que gostaria de saber de V. Ex^a.

Outra questão que gostaria de ressaltar refere-se a duas posições adotadas por V. Ex^a, que me pareceram bastante lógicas, em resposta às perguntas do Senador Jutahy Magalhães: a primeira, sobre a questão dos dividendos não tributáveis de novas ações, o que, parece bastante claro, viria beneficiar, apenas, grandes empresas; e a segunda, sobre a questão da vinculação dos empréstimos internos e externos, que acabariam, também, no setor financeiro, privilegiando, somente, os grandes conglomerados.

Todavia, V. Ex^a fez uma colocação final sobre os grandes projetos, no sentido de se evitar que haja uma expansão de grandes projetos dependentes de recursos externos. Essa colocação tem sido encarada, por alguns setores, como uma velada crítica ao Governo Geisel. A respeito, há poucos dias, o ex-Ministro Reis Velloso fez uma declaração sobre essa questão, dizendo que os dois últimos anos do Governo Geisel, caracterizaram-se por uma política econômica destinada a conter justamente esses projetos e que, lamentavelmente, logo no início do mandato do Presidente Figueiredo, sobretudo no primeiro ano, essa política foi abandonada e se adotou uma política de expansão exagerada nesses investimentos. Gostaria de saber a opinião de V. Ex^a a respeito disso.

Ao mesmo tempo, gostaria, Sr. Presidente, de saber, rapidamente, do Sr. Ministro sobre uma questão, também muito discutida, relacionada com a necessidade de se reorientar os investimentos da poupança interna do País, a fim de redirecioná-los, no sentido de que eles sejam articulados com uma política nacional de empregos, cuidando-se, assim, do aspecto social do crescimento econômico.

Aproveito para, não precisando mais usar da palavra, agradecer a V. Ex^a e ao Sr. Presidente.

O SR. ERNANE GALVEAS — Senador Henrique Santillo, eu diria que, com relação a possíveis críticas à política executada na administração do Presidente Geisel, por várias vezes eu, o Ministro Delfim e outras autoridades do governo temos nos manifestado sobre os grandes projetos realizados a partir de 1974, bem como sobre alguns iniciados antes de 1974.

Esse elenco de projetos caracterizou uma decisão de grandes dimensões, talvez ousada, mas compatível com as condições da época. Os resultados desses grandes investimentos já estão sendo sentidos hoje.

Acho que investimos, de 1974 até, praticamente, 1989, quase 50 bilhões de dólares em oito setores principais na área de bens de capital e de produção de produtos básicos, com resultados que, hoje, já vamos experimentando em termos de balanço de pagamentos. Tratavam-se de projetos com alta taxa de retorno em relação ao balanço de pagamentos, dos quais, por exemplo, podemos citar os da siderurgia.

Chegamos a importa 1 bilhão e 700 milhões de dólares de produtos siderúrgicos e, hoje, essas importações praticamente desapareceram, tendo o Brasil se transformado num exportador de produtos siderúrgicos.

Chegamos a importar 600 milhões de dólares de papel e celulose e, atualmente, o Brasil exporta 400 milhões de dólares de produtos da espécie, importando somente alguns itens que ainda não produz internamente, sendo, todavia, o resultado líquido altamente positivo.

Importávamos mais de 300 milhões de dólares de fertilizantes fosfatados e hoje, embora ainda importemos muitos outros tipos de fertilizantes, praticamente somos auto-suficientes nos daquela espécie.

A petroquímica, realizada com um tremendo esforço de investimento, através desse mesmo processo, está demonstrando que os resultados em relação ao balanço de pagamentos são altamente positivos.

De fato, com esses projetos geramos uma economia de divisas, em termos de substituição de importações, e geramos novas exportações, de tal ordem que se pode afirmar que o resultado dessa política de grandes realizações, tirando vantagem da situação do mercado internacional na época, com abundante liquidez de recursos, a taxas de juros baixas, demonstra que a mesma não foi uma política possível de crítica, mas, sim, uma decisão, a meu ver, acertada.

Evidentemente que ninguém podia imaginar que, hoje, estaríamos pagando sobre esses empréstimos externos taxas de juros de 18%, 20%, mais os *spreads*, que elevam o custo dessas operações a níveis insuportáveis. Mas, o que se fez é uma realidade e os projetos aí estão, alguns já terminados e outros em fase de conclusão.

Uma grande parte desses projetos, tais como os da área hidrelétrica, tem, também, o alto sentido de substituir energia importada. E, mais uma vez, projetos, como Itaipu, Tucuruí e Sobradinho, vão representar uma importante contribuição para o balanço de pagamentos.

Eu não diria que há, nessa administração, uma crítica à filosofia, adotada naquela época, em relação aos grandes projetos. Estamos verificando que os seus resultados foram, sem dúvida alguma, positivos.

Com relação à reorientação de poupanças para reduzir a dependência dessa tomada de recursos externos, isso está sendo feito, na medida em que sentimos o agravamento do balanço de pagamentos.

De fato, o endividamento externo e o custo da dívida externa, realmente, nos impõe essa mudança de orientação, voltada para estancarmos o processo de endividamento e para procurarmos realizar projetos, que tenham mais condição de utilizar os recursos naturais de que o País dispõe e que ocupem a maior quantidade possível de mão-de-obra nacional.

Assim são os programas da agricultura, da construção na área de habitações, de energia, de reflorestamento e mineração, que envolvem atividades de mão-de-obra intensiva e que, na orientação de crescimento, com a ênfase que, agora, se dá à formação de poupanças nacionais, poderão apresentar, dentro da preocupação externada por V. Ex^a, resultados muito favoráveis do ponto de vista social, ao lado dos resultados econômicos.

O SR. HENRIQUE SANTILLO — E os juros continuarão os mesmos?

O SR. ERNANE GALVEAS — Isso não é uma decisão isolada e sim uma decisão que será tomada pelo Conselho Monetário.

Evidentemente que, na medida em que se aproxima o fim do ano e na medida em que vamos registrando os resultados da política monetária do ano que termina, começamos o exercício de formulação do orçamento monetário, onde se incluem, também, a política de crédito e as taxas de juros, que são atribuídas à agricultura e a outros setores prioritários.

Estamos, realmente, trabalhando com a perspectiva de uma inflação em declínio para o ano de 1982, imaginando que, contra uma inflação de 110% e o índice geral de preços do ano passado, vamos ter, este ano, uma inflação de cerca de 95% e, no próximo ano, uma inflação de, talvez, 70%, que seria um objetivo que considero factível e que deveria, realmente, merecer todo o esforço para ser alcançado.

Nesse quadro, o problema do crédito subsidiado apresenta um papel importante, pelo exarcebamento da demanda de crédito, em função de um custo menor.

Estamos, como mencionei antes, procurando convocar o sistema bancário privado para financiar atividades, que antes repousavam somente na responsabilidade do Banco do Brasil. E, como o Banco do Brasil não dispõe dos recursos para dar atendimento a todas essas atividades, acabávamos tendo que financiá-las, por via inflacionária.

Na medida em que for possível ajustarmos o custo desses financiamentos, acho que estaremos aperfeiçoando a política monetária e dando mais eficiência à sua execução. Todavia, creio que é cedo, ainda, para mencionarmos alguma orientação nesse sentido. A respeito, há uma determinação clara, nas posições adotadas pelo Conselho Monetário, de se ir caminhando nessa direção, o que, creio, trata-se de posição que está bastante nítida nas últimas formulações daquele Conselho, em relação, principalmente, à política de crédito agrícola.

O SR. PRESIDENTE (Tancredo Neves) — Com a palavra o nobre Senador Dirceu Cardoso.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Sr. Ministro, permita V. Ex^a a ousadia do confronto, sendo eu um simples leitor de artigos de economia e V. Ex^a um pós-graduado em economia pela Universidade de Yale. Mas, como o Prêmio Nobel dos Estados Unidos declarou, em economia lançamos uma teoria segunda, outra quarta e outra sexta-feira e, depois, outra terça, outra quinta e outra sábado e, no domingo, descansamos, pois ninguém é de ferro.

Foi com alegria imensa, com verdadeiro "frisson", que li, hoje, as declarações de V. Ex^a quanto a que serão abertos, hoje, os debates no Senado a respeito de empréstimos, porque vou levar essas declarações ao conhecimento daquela Casa.

Ademais, V. Ex^a disse que as idéias do Prêmio Nobel deste ano não se aplicam ao Brasil. Com isso V. Ex^a reformulou aquele pensamento do escritor português: "o amor é diferente em Portugal".

Sr. Ministro, faço parte de um grupo de Senadores que luta, que persevera, contra os empréstimos que os meios financeiros do Brasil têm jogado na pauta dos trabalhos do Senado. Para expor a V. Ex^a o que tem significado isso, registro que, só num dia, foram aprovados, no Senado, empréstimos no valor de 18 bilhões de cruzeiros, 1 bilhão e 50 milhões de dólares e 130 milhões de marcos, sob a alegação de que isso nada influía, de que isso não tinha uma carga inflacionária, no atual momento das finanças brasileiras.

Hoje, na pauta estão 31 projetos de empréstimos, em dólares e em cruzeiros, e, na nossa agenda para este ano, constam 166 projetos de empréstimos, que têm o volume de alguns bilhões de cruzeiros, de alguns bilhões de dólares e de alguns milhões de marcos.

Faço parte do grupo que luta, desesperadamente, para conter esses empréstimos e, felizmente, no segundo semestre, graças a uma obstinada resistência, às vezes desesperada, não se conseguiu aprovar nenhum empréstimo. Ontem, um acordo entre os grandes Partidos, contra

um só Senador, impediu que fossem retirados da pauta projetos de empréstimos em dólares, mas isso não vai acarretar, de agora em diante, que essa resistência cesse, essa resistência obstinada, desesperada, que, creio, é patriótica.

Sr. Ministro, há alguma carga inflacionária nesses empréstimos que o Governo está concedendo a Estados e Municípios, de mão cheia, jorrando uma hemorragia nas nossas finanças, de tal maneira, Sr. Presidente, que a guitarra do Senado está concorrendo com o poder de emissão da Casa da Moeda?

Ademais, perguntaria a V. Exª, e aí está a minha ousadia, e aos brasileiros sobre cujos ombros está pesando a responsabilidade de dirigir a política financeira do País: há alguma carga inflacionária nesses empréstimos que estão inflacionando a inflação, na definição de V. Exª?

Estão eles estimulando a inflação, que está nos garroteando, que está perturbando a nossa vida e pode perturbar até as instituições, se isso não for de fato estancado?

Perguntaria a V. Exª, com humildade, diante dos meus escassos conhecimentos e da pós-graduação, na Universidade de Yale, do Ministro da Fazenda do meu País, se há carga inflacionária nesses empréstimos, que o Senado luta, porfiadamente, para dar aos Estados e aos Municípios, esquecendo de que a nossa luta deveria ser contra o nosso inimigo?

Não é a luta política, luta eleitoral, não é a candidatura, não é ninguém, o nosso inimigo chama-se inflação.

O SR. ERNANE GALVÊAS — Meu ilustre Senador Dirceu Cardoso e conterrâneo. Muitas vezes, temos conversado sobre esse problema e, novamente, eu pediria ao Ilustre Senador que separássemos o problema do endividamento dos Estados e Municípios e de algumas empresas estatais no âmbito dos estados ou no âmbito federal, do da mobilização de recursos, para despesas correntes, para a manutenção da administração, e de recursos, mobilizados no exterior, para a realização de projetos.

A inflação, sem dúvida alguma, trouxe distorções enormes para a tranquilidade da execução dos programas realizados com financiamentos externos.

O grande encarecimento do custo da mão-de-obra, o aumento brutal dos custos de energia, dos equipamentos, impuseram aos estados e municípios que haviam tomado empréstimos no exterior para a realização de programas e projetos, assim como às empresas estatais, ônus muito superiores àqueles que haviam sido estimados nas programações iniciais.

Então, o que podemos separar, como uma orientação de política em relação à área externa, é a renovação dos empréstimos constituídos anteriormente, pois esses Estados e esses Municípios, para realização de obras, projetos, programas, assumiram empréstimos externos e, na medida em que os custos desses empréstimos e as dificuldades de mobilização de recursos internos não permitam o resgate da dívida, eles têm que ser reformados.

Para pagar esses projetos e programas, temos recorrido a novas operações de empréstimos no exterior, pois, se esse processo for interrompido, enormes dificuldades poderão ser acarretadas, não só para os Estados e Municípios e para as empresas estatais, como também para o balanço de pagamentos, porque, para amortizar a dívida externa, para pagar o serviço da dívida, precisamos de moeda estrangeira e, não havendo sobras na balança comercial, evidentemente que a dívida tem que ser rolada, renovada, tomando-se empréstimos adicionais para, inclusive, se cobrir o déficit existente no balanço de pagamentos.

Assim, é necessário estabelecer a diferença entre os projetos novos e os antigos — com compromissos já assumidos pelos Estados e Municípios — que, hoje, não podem ser resgatados, pela falta de recursos externos, e que, então, devem ser renovados, para permitir a administração do balanço de pagamentos. Nesse contexto, é importante que os Estados e Municípios não sacrifiquem seus projetos, a sua própria administração, ou algum

programa de alto sentido social, apenas pela liquidação da dívida.

Outro problema é assumir novos encargos, é realizar novos projetos ou, até, programas de administração, sem recursos internos disponíveis ou adequados para a sua realização. A posição e as atitudes lógicas e racionais, hoje, são não assumir, não incorrer ou não dar partida a novos programas, para os quais não existam, perfeitamente definidos, os recursos internos.

Evidentemente que em alguns casos, como importação de equipamentos e mobilização de recursos financeiros acoplados ao financiamento desses equipamentos, interessa, ao País, aos estados, a continuidade dos investimentos, desde que isso seja feito dentro das possibilidades de liquidação da dívida, do serviço da dívida.

Considero que essa é a separação que o nobre Senador poderia fazer ao analisar e discutir os projetos, que são encaminhados à consideração do Senado. Alguns não podem deixar de ser aprovados e renovados, porque, de outra forma, seria causado um tremendo transtorno às atividades dos estados e municípios e das empresas; outros, realmente, poderão ser adiados para o momento, em que estejamos, novamente, com margem suficiente para assumirmos compromissos em moeda estrangeira.

O SR. PRESIDENTE (Tancredo Neves) — Concedo a palavra ao nobre Relator, Senador José Lins.

O SR. JOSÉ LINS — Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão, meus Senhores, minhas Senhoras, meu prezado amigo, Ministro Ernane Galvêas, eu diria a V. Exª, numa alusão à análise do nobre Senador Dirceu Cardoso, que o Congresso só aprovará projetos de empréstimos que tenham sido, previamente, aprovados por V. Exª.

Todos eles passam pelo Ministério de V. Exª, onde são analisados, e vêm para cá, sendo a maioria deles empréstimos internos, que estão viabilizando grandes programas de investimento, sobretudo no campo social, como é o caso do BNH, o caso de água e esgoto. Em suma, essa é uma explicação que julgo importante.

Passando, propriamente, à questão da nossa Comissão de Inquérito, V. Exª sabe que essa Comissão tem por objetivo analisar as inter-relações entre as diversas partes do sistema financeiro nacional e a concepção que organiza o mercado financeiro, o mercado de capitais e o mercado monetário.

É claro que, nesse contexto, ressaltam duas instituições fundamentais: o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central.

Essa Comissão tem recebido — V. Exª sabe disso — subsídios, os mais importantes, para a análise desse problema.

O nosso sistema financeiro vem evoluindo através dos anos e V. Exª acaba de fazer um resumo, que julgo extraordinário, quando analisa a evolução do sistema e a sua posição atual.

V. Exª fez uma exposição didática e analisou o sistema na sua fase de fluidez para a fase de consolidação. V. Exª deu informações importantíssimas a respeito das modificações estruturais, em termos de dimensão e de unidade, e da quantidade dos componentes do sistema, mostrando o sentido da sua interiorização através de todo o País, com uma evolução de representatividade em 1.600 municípios, há aproximadamente dez anos, para, atualmente, mais de 3.500 municípios.

Nesse avanço, que é importantíssimo para o País, devemos ressaltar o trabalho extraordinário que o Governo vem fazendo, através do Banco do Brasil.

Ocorreu, inegavelmente, a especialização do sistema nesses últimos anos e, em suma, V. Exª mostrou que há uma experiência vivida em tempo curto, uma experiência que tem sido criticada e que, certamente, merece críticas, sendo esse, talvez, o papel fundamental que deve ser representado por esta Comissão.

A exposição de V. Exª nos ajudou muito. Eu diria que V. Exª não nos surpreendeu, porque vem ganhando, sis-

tematicamente, o respeito das Instituições Parlamentares do País e, porque não dizer, de toda a Nação, se firmando, cada vez mais, como um administrador sério, honesto e capaz, cujo trabalho, e de todos os seus auxiliares, é, hoje, um dos patrimônios do País, nessa fase difícil que estamos atravessando.

Sr. Ministro, creio que, para um Relator, não precisaríamos de mais nenhuma indagação, mesmo porque a exposição de V. Exª veio complementar subsídios importantíssimos, que outros aqui trouxeram.

Mas, eu faria a V. Exª duas perguntas. A primeira — sobre assunto tratado nesse trabalho que V. Exª nos apresentou — é a respeito de um estudo sob reforma do sistema bancário, feito no tempo do Ministro Simonsen e que, praticamente, foi suspenso. Eu perguntaria a V. Exª se essa suspensão se deveu à instituição da conta das reservas bancárias, que, certamente, introduziu modificações profundas nas relações entre o Banco Central e o Banco do Brasil, através da conta de movimento. Essa é uma indagação que julgo importante, porque estamos, exatamente, interessados em analisar toda a estrutura do sistema financeiro e, conseqüentemente, se for o caso, sugerir as medidas legislativas necessárias ao seu aprimoramento.

Mais por curiosidade, faço uma segunda pergunta com o intuito de saber o pensamento de V. Exª, que é, hoje, um homem que assume uma importância muito grande na orientação das políticas de desenvolvimento nacional.

Os três grandes problemas do momento são: o balanço de pagamentos, a inflação e, como resultado em termos sociais, o desemprego.

Ora, sabemos que a inflação está hoje, no mínimo, contida, ou mesmo, que ela vem caindo, apesar de todas as dificuldades. Sabemos, ademais, que teríamos de conseguir uma queda mais veloz dos índices inflacionários, em virtude da necessidade da instituição de medidas de proteção ao próprio setor menos salvaguardado — as classes trabalhadoras — e em função de outras dificuldades.

Mas, o fato fundamental é que a inflação está controlada e certamente caindo, tendo, também, V. Exª a opinião de que, certamente, poderemos chegar ao fim do ano com uma inflação de dois dígitos, ao invés de uma de três dígitos.

Quanto ao problema do balanço de pagamentos, as notícias dos últimos meses, são de que, também, trata-se de um problema que está sendo conduzido para a sua solução.

— Hoje, a balança comercial já apresenta um superávit e há a expectativa de que esse superávit cresça até o fim do ano.

A respeito, V. Exª chega a prever que, com grande esforço de nossa parte, talvez consigamos atingir um superávit, no próximo ano, de 2 a 3 bilhões de dólares. É uma vitória que julgo extraordinária, que demonstra estamos caminhando para a solução desse segundo problema — o balanço de pagamento — que, também, é fundamental para nós.

Mas, a conseqüência disso é um dos preços sociais, dos custos sociais, mais danosos, representado pela queda do crescimento do emprego e pelo desemprego, já que neste País a mão-de-obra cresce um milhão e meio de unidades por ano.

Ora, Sr. Ministro, sei que, nas décadas de 50 e 60, quando nos dedicávamos ao estudo do planejamento do desenvolvimento, sobretudo baseados nas idéias desenvolvidas das academias americanas, dávamos um valor extraordinário, como damos ainda hoje, ao problema do desenvolvimento da renda, pelo menos em termos de renda média per capita.

Planejávamos sempre na esperança de que toda programação de investimento criasse empregos e nunca adotamos uma posição sem considerar a utilização de mão-de-obra como importante fator de bem-estar social e mesmo de desenvolvimento.

Então, considerando que estamos caminhando para a solução dos dois problemas fundamentais — inflação e balanço de pagamentos — que, ainda, vão exigir uma luta passo a passo para o seu domínio, pergunto como V. Ex.^a vê a problema do desemprego, ou do crescimento deficiente do emprego, e quais as medidas que poderíamos adotar, no País, com o objetivo de conquistar mais essa vitória, dentro do extraordinário trabalho que o Governo vem fazendo, já agora no domínio do campo social.

Eram estas as perguntas que desejava fazer, Sr. Ministro e Sr. Presidente. Desejo, também, agradecer, como Relator, as informações valiosas que S. Ex.^a, o Sr. Ministro Ernane Galvêas, nos trouxe para a orientação de nosso trabalho. Muito obrigado à V. Ex.^a

O SR. MINISTRO (Ernane Galvêas) — Senador José Lins, respondendo à sua primeira pergunta, sobre o abandono de um projeto de reforma bancária, que se havia ensaiado há algum tempo, apenas relembra o seguinte: esse projeto, basicamente, propunha a criação de uma superintendência bancária para realizar a fiscalização e exercer a disciplina sobre o sistema financeiro, aliviando o Banco Central desse encargo e procurando reduzir as suas preocupações com problemas, que não os puramente de natureza monetária ou de política monetária.

Visava-se, com isso, reduzir as atividades do Banco Central como banco de fomento, como banco que promove a ativação de atividades econômicas, em determinados setores, mobilizando recursos do mercado, recursos próprios ou recursos oriundos de emissão de moeda.

Admitia-se, nesse projeto, que essas atividades paralelas, de um lado reduziam, ou reduzem, a eficiência da ação do Banco Central e, de outro lado, o colocam como um instrumento de produção de pressões inflacionárias ou de alimentação do processo inflacionário.

A nossa posição, desde o início e, também, na gestão do Ministro Mário Simonsen e do Ministro Rischbieter, é de que uma alteração desse tipo não se impõe ou não se revela necessária, porque os seus objetivos podem ser atingidos por outros processos, através de uma mudança na forma de atuação do próprio Banco Central.

A separação das atividades de fiscalização, que é uma sistemática que impera em alguns países, principalmente do nosso Continente, não significa nenhuma melhoria de eficiência com relação ao sistema em que se concentram as atividades do Banco Central.

De fato, a ação disciplinadora do Banco e as suas funções, de prestador de última instância, de administrador dos depósitos compulsórios, de operador da carteira de redesconto, aumento de eficiência, na medida em que o Banco conhece a situação das empresas, através do processo de fiscalização, impõe a disciplina traçada pelo Conselho Monetário e pune os afastamentos, distorções ou desvios da orientação traçada para o melhor comportamento do sistema.

Então, a meu ver, não são as atividades de fiscalização que, na verdade, criam problemas para uma maior eficiência do Banco Central na área da política monetária.

De outro lado, já concordamos, inteiramente, com que o Banco Central deve ir, gradualmente, se afastando da preocupação de ser um mecanismo de fomento das atividades agrícolas, das exportações ou, ainda, de projetos especiais em todas as áreas, porque isso pode ser realizado, de outra forma, através do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste, do Banco da Amazônia, do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, do BNDE, sem que ele tenha de se comprometer, ou comprometer recursos não disponíveis, para manutenção ou realização dessas atividades.

E isso está sendo feito. É fácil observar, analisando e comparando os balanços do Banco Central, nesses últimos dois anos, pelo menos, que ele vem se afastando desses tipos de atividades e vem procurando se concentrar, cada vez mais, nas suas tarefas primordiais de refinanciamento, de redesconto e de execução da política monetária.

Essas são as razões pelas quais não se deu continuidade ao projeto de reforma mencionado por V. Ex.^a

Sobre a segunda indagação de V. Ex.^a, relacionada com o balanço de pagamentos, a inflação e o desemprego, eu diria que, na verdade, inflação e balanço de pagamentos são dois problemas autônomos e perfeitamente definidos, mas que o desemprego é a consequência de acontecimentos gerados em outros setores.

Em princípio, acho que é válido afirmar que um decréscimo na atividade econômica e um aumento ou uma diminuição no nível de emprego decorrem, antes de mais nada, das limitações do balanço de pagamentos e das distorções e impedimentos impostos pelo próprio processo inflacionário.

A atividade econômica cresce com a realização de investimentos, seja na área privada, seja na área pública, e a realização dos investimentos não só propicia a continuidade do produto, como garante a manutenção do nível de emprego e o seu incremento.

Na medida em que a inflação ultrapassa determinados níveis, na medida em que a inflação passa a ser um ingrediente insuportável, sob o ponto de vista de quem realiza programas de investimento, na medida em que o setor público, pela própria inflação, fica destituído de recursos para dar continuidade a novos projetos, como é o caso típico da conjuntura atual, não há outra alternativa senão estancar o início de novos empreendimentos.

Na medida em que o setor privado, pelo grau de incerteza que a inflação introduz nos seus planos, na medida em que a inflação distorce todas as relações de custo no processo de produção, o empresário pára de investir.

Com uma inflação de 100%, o Governo investe muito menos e os empresários fazem o mesmo. Então, a redução no nível de investimentos acarreta, sem dúvida alguma, um decréscimo na atividade econômica, bem como na oferta de empregos.

Então, o primeiro fator a ser acusado nesse processo insidioso e que fere, fundo, as possibilidades da economia nacional é a inflação. A inflação é, realmente, a principal responsável por esse estado de coisas, não só aqui, mas em outros países que vivem experiências, sem dúvida, muito parecidas com a nossa.

Inegavelmente, o choque do petróleo e o encarecimento da energia, resultantes da elevação dos preços do petróleo, acarretaram adaptações, reformulações, reestruturações, na indústria, na agricultura e demais setores da economia, que tiveram que ajustar-se à nova realidade, inclusive reduzindo as suas atividades.

Isso aconteceu, nitidamente, na Europa. A partir de 1974, a readaptação das economias européias e a nova realidade do petróleo lançaram os grandes países europeus num estado de recessão, do qual eles não saíram até hoje. Essa situação agravou-se, profundamente, com a depressão de 1975 e a Europa, atualmente, tem um crescimento negativo na sua economia, em decorrência dos impactos iniciados em 1974.

Na economia brasileira isso também ocorreu. Ademais, na medida em que isso ocorria, tivemos um recrudescimento espantoso do processo inflacionário, que, como vimos antes, ultrapassou o nível de 120% de inflação.

Numa conjuntura inflacionária dessa dimensão, não poderíamos esperar outro resultado senão a redução substancial dos investimentos na área pública e no setor privado e, em consequência, o desemprego.

Se é certa essa análise, se é certo esse diagnóstico e se indagamos qual seria o melhor caminho para recuperarmos as condições para criação de novos empregos, acho que a primeira resposta consiste em se reduzir a inflação, que, gerando a queda dos investimentos, está impedindo a economia nacional de manter o seu ritmo de crescimento.

Na medida em que, efetivamente, reduzirmos o grau de incerteza na economia nacional, pelo fortalecimento e reajustamento do balanço de pagamentos, e na medida em que demonstrarmos, realmente, a eficiência das polí-

ticas monetária e fiscal no controle da inflação, certamente um novo clima será criado para a realização de investimentos e, assim, voltaremos ao processo de criação de novos empregos.

É por isso que dedicamos todos o nosso cuidado e toda a nossa atenção a esses dois problemas, que, uma vez solucionados, vão, naturalmente, dar solução ao terceiro problema a que V. Ex.^a se refere.

Quanto ao mais, Ilustre Senador José Lins, eu queria agradecer as bondosas expressões, com que V. Ex.^a se referiu ao Ministro, seu amigo. Isso caracteriza sua grande bondade e traduz, também, os laços de amizade que nos unem, há muitos anos.

Portanto, eu queria lhe agradecer e dizer que nada mais tenho procurado fazer senão exercer as minhas atividades no Ministério da Fazenda, com o sentido de dar a resposta mais rápida possível às dificuldades por que o País atravessa, neste momento, sem criar novas dificuldades e sem produzir traumas, que possam agravar os aspectos sociais, com a aplicação desse programa de solução das adversidades, que confrontam a economia nacional.

Devo dizer, também, ao Sr. Presidente, o nosso estimado Senador Tancredo Neves, que esta foi uma oportunidade, em que o Ministério da Fazenda, o Banco Central e o Banco do Brasil aproveitaram para prestar uma homenagem ao Senado Federal, aos seus Membros e, principalmente, à figura extraordinária do Presidente desta Comissão e ao seu Relator.

Sentindo o alcance e a elevação dos propósitos da avaliação do sistema financeiro nacional, procuramos reunir, nas áreas ligadas ao Ministério da Fazenda, todas as informações e toda a contribuição passíveis de servirem de subsídio ao trabalho do ilustre Relator. O Banco Central, com dados levantados no Banco do Brasil, no Ministério da Fazenda e na Caixa Econômica, supriu esta Comissão de muitos documentos, de muitas estatísticas, de muitas informações. E eu entreguei, hoje, ao Sr. Presidente este trabalho, especialmente realizado com essa mesma finalidade.

De modo que pediria ao ilustre Relator e ao ilustre Presidente desta Comissão que recebessem esta contribuição como uma homenagem ao Senado Federal. Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Tancredo Neves) — Antes de encerrar os trabalhos desta Comissão, não só pelo avanço da hora, como pelos encargos que, ainda hoje, esperam o Sr. Ministro da Fazenda, quero deixar aqui patenteado que o ilustre Conferencista de hoje induziu duas importantes lições: uma de espírito democrático, que não surpreende a nós que convivemos com S. Ex.^a há muito anos — homem do Executivo, tendo importante passado nos destinos deste País, comparece modestamente, despreocupadamente, a uma comissão parlamentar de inquérito do Senado Federal, para mostrar o seu respeito, o seu apreço, o seu acatamento a esta instituição, que, mais do que nunca, precisa do respeito e do acatamento de todos quanto mantenham qualquer parcela de autoridade neste País; outra pelos ensinamentos que recolhemos da sua presença nesta Comissão e da sua competência.

Na realidade, quando o Ministro da Fazenda dissertava sobre a evolução das nossas instituições financeiras, outra coisa não fazia senão dar o balanço de uma obra que é muito sua, pois que, há muitos anos, ele vem dando à construção e à expansão de nossas instituições financeiras o melhor do seu espírito público e do seu talento, bem como da sua capacidade de estadista e de homem público.

A sua passagem por esta Comissão ficará assinalada com mais uma demonstração do seu alto espírito democrático e do seu valor, como um dos grandes homens públicos deste País. (Muito bem! Palmas)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.